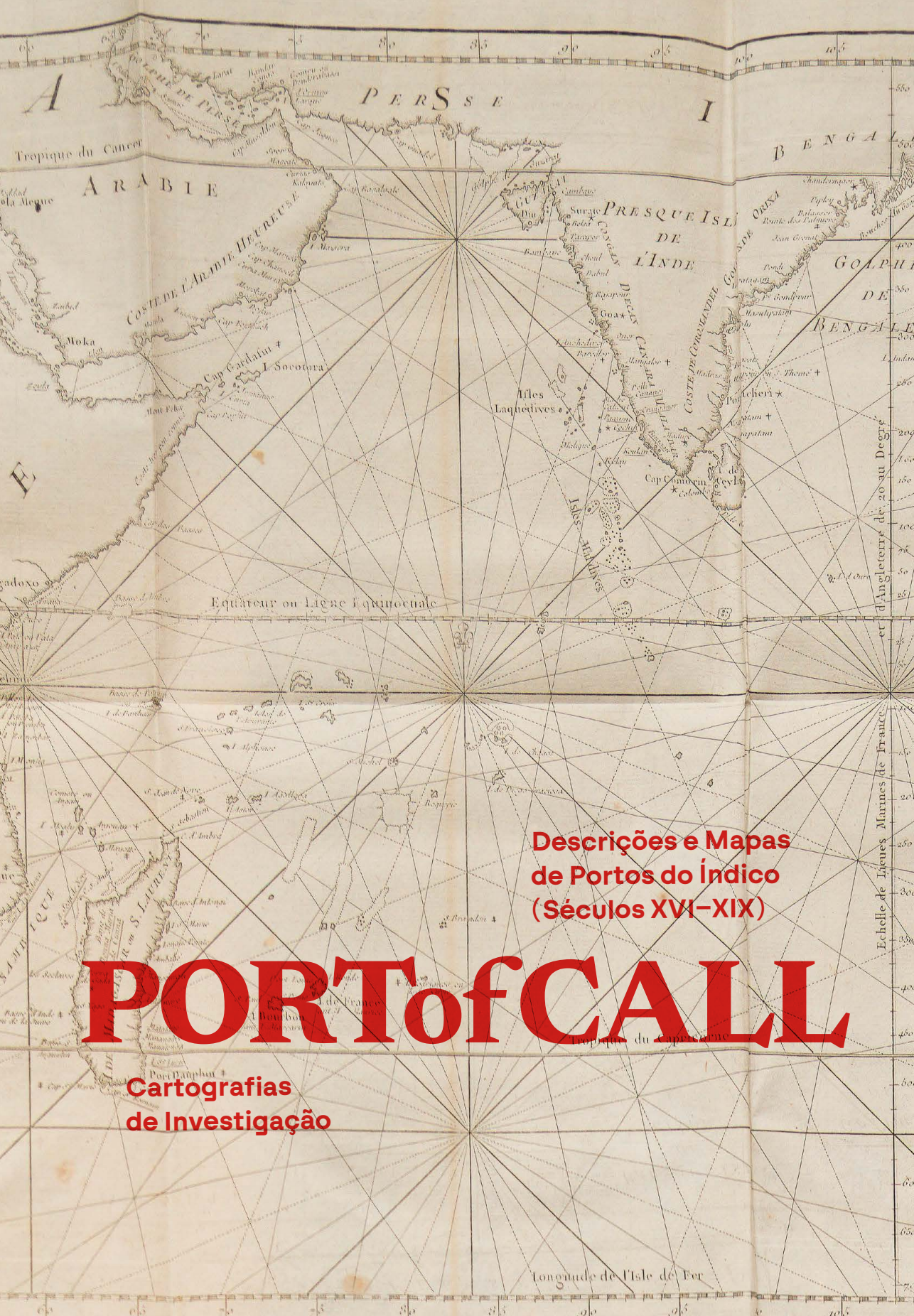




Descrições e Mapas
de Portos do Índico
(Séculos XVI-XIX)

PORT of CALL

Cartografias
de Investigação

Descrições e Mapas
de Portos do Índico
(Séculos XVI–XIX)

PORTofCALL

Cartografias
de Investigação

Coordenação Científica
Marta Oliveira & João Carlos Garcia

Coordenação científica

Marta Oliveira
João Carlos Garcia

Autores

Ana Ferreira
Filipa Guerreiro
João Carlos Garcia
João Luis Marques
Mariana Martins de Carvalho
Marta Oliveira

Design gráfico

Manuel Granja

Revisão

Teresa Godinho

Editor

Universidade do Porto
Faculdade de Arquitectura
Via Panorâmica 215
4150-564 Porto
www.arq.up.pt

Os textos respeitam as opções
ortográficas adotadas por cada autor.

Imagem da capa

Carte des Costes de Perse, Gusarat et Malabar tirée
de la Carte Française de l'Océan Oriental publiée
par ordre de M.gr le Comte de Maurepas en 1740.
Jacques-Nicolas Bellin, 1703–1772

ISBN

978-989-8527-80-6

e-ISBN

978-989-8527-81-3

DOI

<https://doi.org/10.54499/PTDC/ART-DAQ/4357/2021>

Impressão

Forward
Impresso em Portugal, 2025

Tiragem

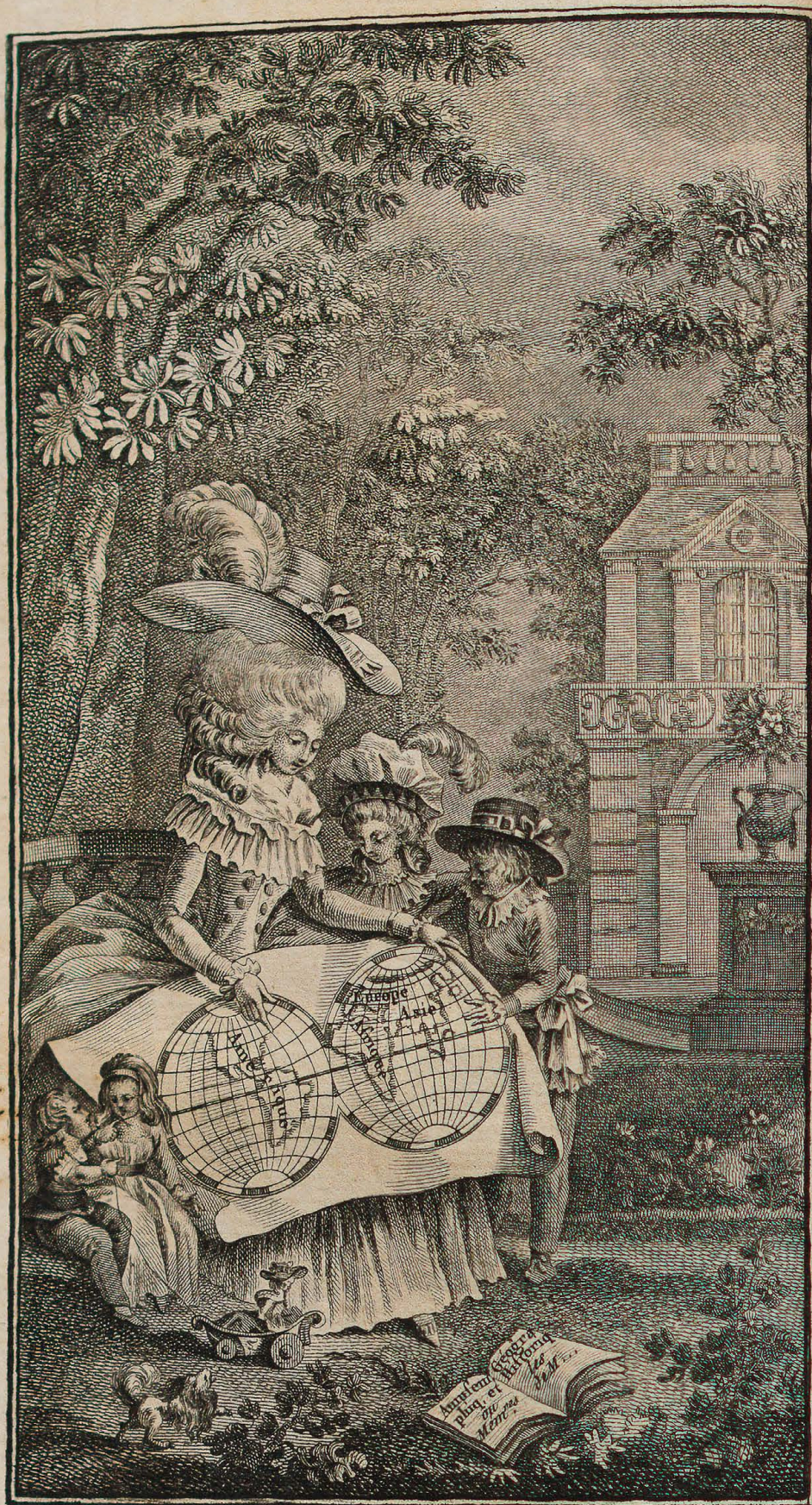
150

Depósito Legal

000000

Sumário

- 6 PORTofCALL,
A Ideia do projecto**
Marta Oliveira
- 12 Cartografias ‘a Contrapelo’
Sofala e os muti: reinscrições no tempo longo**
Filipa de Castro Guerreiro
- 24 Redesenhar a partir do Desenho.
Representar Sofala e Ormuz**
Mariana Martins de Carvalho
- 36 Cartografar um Território de Encontros: São Tomé de Meliapor
Presença, memória e transformação na Costa de Coromandel**
João Luís Marques
- MAPAS E VISTAS DE PORTOS DO ÍNDICO NO FUNDO ANTIGO
DA UNIVERSIDADE DO PORTO (SÉCULOS XVI–XIX)**
- 50 Livros que Desenharam o Mundo:
O Fundo Antigo da Universidade do Porto**
Ana Freitas
- 54 Mapas do Oceano Oriental e Plantas dos seus Portos
(Séculos XVI–XIX)**
João Carlos Garcia
- 64 CATÁLOGO**



AM
GÉ
ET
OU
CONTEN
dan
Ornés

P R

Chez M
coin d

USEMENS

OGRAPHIQUES

HISTORIQUES,

LES MÉMOIRES DE M.***

ANT ses Voyages & ses Aventures,
as les quatre Parties du Monde;

s de Cartes Géographiques
& de Figures.



EMIERE PARTIE.



A PARIS;

ÉQUIGNON junior, Libraire, au
de la rue de Richelieu - Sorbonne, rue
de la Harpe.





Pieter Boudewyn Van der Aa, 'Le berceau du jardin du Roi de Sofala', in *La galerie agréable du monde, où l'on voit en un grand nombre de cartes très exactes et de belles tailles douces les principaux empires, royaumes, républiques, provinces, villes, bourgs et forteresses ...les îles, côtes rivières, ports de mer (...)*, Tome troisième d'Afrique, Planche 59a, 1729
Bibliothèque Nationale de France,
ARK:/12148/BTV1B105097464

local das minas de ouro

Pero de Anaia, primeiro capitão-mor de Sofala, sobe o rio, para se encontrar com o rei de Sofala. O rei espera-o em suas casas; irá conceder-lhe um sítio para a fundação da feitoria e fortaleza portuguesa. Próximo da beira-mar, é representada a visão da fortaleza, esboçando o processo de metamorfose, de uma primeira tranqueira passando a edificação abaluartada, com torre de menagem. No horizonte longínquo, o interior do continente, é imaginada a serra,

PORTofCALL, A IDEIA DO PROJECTO

Marta Oliveira

Publicam-se as actas do Colóquio *PORTofCALL Cartografias de investigação*, e o catálogo da Exposição *Mapas e Vistas de Portos do Índico no Fundo Antigo da Universidade do Porto (Séculos XVI–XVIII)*, coordenado por João Carlos Garcia. Os dois eventos tiveram lugar na Reitoria da Universidade do Porto, a 11 de Junho de 2025, enquadrando-se nas iniciativas de encerramento do projecto de investigação, ‘PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: Património Cultural e Portos de Escala no Oceano Índico, durante a Época Primo-Moderna’.

Em breve introdução às Actas, esboçam-se os contornos da investigação, que o plano de trabalhos propunha desenvolver, considerando os casos de estudos de cinco portos, em posições estratégicas nos circuitos de navegação e comércio do Índico, cada um dando origem a uma pequena publicação: Sofala, na *Etiópia* (Moçambique); Ormuz, no Golfo Pérsico (Irão); Chaul e São Tomé e Meliapor (hoje, uma parte da cidade de Chennai), no Indostão (Índia); e Jaffna, no reino de Jafanapatão, a parte norte da Ilha de Ceilão (Sri Lanka).

Os portos seriam considerados na sua relação com o mar, e com a terra, o seu *hinterland*. A posição de interface era intrínseca à razão de ser dos assentamentos portuários e cidades entreposto, no modo como se formavam, floresciam e, se necessário, deslocizavam. Cada um dos casos implicava o reconhecimento da rede de relações própria: o porto na estrutura urbana, cidade ou povoação, e o seu *umland*; o porto, e as rotas terrestres, ou caminhos do «trato» penetrando na terra continental; e o porto, cidade entreposto de trânsito marítimo de mercadorias e bens. A navegação no Índico era condicionada pelo regime de monções, ventos e correntes, que determinava tempos, e o sentido de circulação, entre margens continentais e ao longo das costas, e impunha um limite à distância de travessia que podia ser realizada em uma só monção. Desse modo, certos portos surgiam como lugares centrais, a partir dos quais se efectuava a articulação entre as rotas de longo curso e as rotas de navegação regionais, desdobrando-se estas em redes capilares, que costeavam o litoral, entre recifes e bancos de areia, alcançando pequenos portos e enseadas, e entrando nos rios. Partindo dos casos de estudo elegidos, a investigação procurou contribuir para o estudo e cartografia das redes de navegação, e posições fortificadas, detidas pela Coroa portuguesa, e bem assim reuniu informação relativa a alguns casos de estudo, na perspectiva local das ligações próximas, e mais longínquas.

No âmbito da arquitectura, o património erudito, militar, religioso e civil, de influência portuguesa encontrava-se identificado, e bem assim a estrutura urbana, em alguns casos, como a ilha de Moçambique, Goa, Chaul e Meliapor. Porém, havia a perspectiva de efectuar o inventário de um arquivo e espólio

fotográfico, relativo a arquitectura portuguesa na Índia; em Meliapor, incidir o estudo no enquadramento do culto de São Tomé, pela Igreja Católica Romana, considerando os seus lugares, na cidade e território envolvente; e rever, com a expectativa de novos dados, o que era conhecido relativamente às fortalezas de Sofala e Ormuz, e de Chaul e Jaffna. Era necessário identificar as intervenções de transformação da cidade, e do espaço vital envolvente, inquirindo aspectos da malha urbana e espaço público, e considerando os lugares e formas de habitar das diferentes comunidades, que formavam a paisagem cultural dos lugares portuários, incluindo na sua relação com o *inland*. A presença do porto sugeria atenção à localização de lugares da administração, de edificações, com função social, ou de natureza religiosa, e obras de serviço corrente (com menor visibilidade na documentação), porventura construídas em materiais que as tornavam percíveis com o tempo, como a madeira, uma característica da construção naval e civil daqueles lugares.

Se o processo de transformação dos lugares denotou influência portuguesa, reciprocamente significou miscigenação e assimilação local dos portugueses, integração e aculturação, nas formas de vida e de habitar. Implicaria aprendizagem, e opção por tradições construtivas dos lugares, em obras correntes, como monumentais. Numa vertente de reflexão, em torno do património de influência portuguesa e de acções de valorização realizadas no enquadramento do Serviço Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, no Oriente, a fortaleza de Ormuz e o respectivo projecto de revalorização seriam estudados, por Igor Outeiro, finalista da FAUP, no âmbito de uma de três bolsas de investigação para estudantes de mestrado, atribuídas através do projecto PORTofCALL, com financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A dissertação intitulada *No Irão, Ormuz: fortaleza de influência portuguesa e enredos intersticiais para uma paisagem cultural contestada* mereceria o Prémio Património Arquitectónico 2024, atribuído pela Ordem dos Arquitectos. Em idêntica condição de bolseira, Carlota Branco, finalista da FAUP, desenvolveria o tema *A Fundação Calouste Gulbenkian e a intervenção no Património: O contributo do arquiteto Viana de Lima*.

Uma das linhas estruturantes do projecto incidia no tema de ‘encontro’, entre África, Ásia e Europa. Contemplava distintas questões. Envolviam a Coroa portuguesa, no âmbito político, militar, e religioso, compreendendo relações de poder estabelecidas com senhorios dos lugares, em que se verificou o assentamento de feitorias e fortalezas, por negociação, ou por força, à luz de um entendimento do direito de conquista de territórios; e formas de actuação relativamente a confissões religiosas prevalecentes e presentes, nos territórios, na medida do dever de evangelização cometido aos reis de Portugal pelos Sumos Pontífices. Envolviam igualmente a Igreja Católica Romana portuguesa, através do Padroado Português do Oriente, e a actuação das ordens religiosas regulares, no terreno. Observaram-se diferenças dentro da Igreja, e com a Coroa, no que se refere ao alcance de acções de missão e a conversão de figuras gradas e de poder, em particular em áreas do mundo islâmico; bem como aquelas dirigidas a comunidades cristãs de Igrejas de diversas obediências, consideradas cismáticas; e medidas destinadas a limitar ou impedir práticas religiosas do Islamismo, Hinduismo e Judaísmo, entre outras.

Além da posição da Coroa, da Igreja e das capitanias, relativamente ao modo como era compreendido o direito de poder e conquista, e, no terreno, a realidade de confrontos militares, exploração comercial, e acção missionária, importava atender a certos sinais que dariam uma imagem mais diferenciada da realidade. No reino, num contexto ibérico do Humanismo, com as *Relectiones* de Francisco de Vitoria, em Salamanca, o entendimento da validade universal do poder civil e temporal do Sumo Pontífice sofreria uma revisão, ainda na primeira metade de Quinhentos. Surgia o reconhecimento da legitimidade do poder público e privado dos povos indígenas, e do seu direito à posse de propriedades e bens privados; e bem assim eram definidas condições de anúncio do evangelho e baptismo, e os termos de guerra justa que lhes poderia ser feita. O pensamento do doutor da Ordem dos Pregadores entraria nos *curricula* de estudos, como na Universidade de Coimbra e de Évora; permearia o Conselho de D. Sebastião, e a Mesa da Consciência, evidenciando-se indícios (ainda que contraditórios e inconsequentes) em procedimentos seguidos para justificar a conquista e guerra a fazer ao Monomotapa, no fim do terceiro quartel do século XVI, em Moçambique.

Ao mesmo tempo, e por natural inclinação humana, pequenos sinais deixariam entrever ligações interpessoais e de encontro cultural e social, que seriam estabelecidas com poderes, e manifestações locais de convívio, familiaridade e afinidade humanas, entre cristãos, a comunidade de portugueses e «casados», e comunidades de outras confissões religiosas. Se por um lado não seria possível omitir sinais de força, opressão e violência e desenganos, por outro lado, apontamentos de acontecimentos particulares, que relevam de contextos estudados, dariam uma nota subtil da diferença do que ainda faltaria dizer, com palavras justas. A percepção de alteridade cedia lugar à descoberta de uma humana familiaridade, em gestos, ligações e «verdadeiras demonstrações de amizade» tecidos no encontro com o ‘outro’. As referências surgem no tempo e em alguns dos lugares, em que se evidenciaria o processo de assentamento, cooperação, na vida corrente, e assimilação local.

Cada um dos casos de estudo ofereceria um ponto de vista particular e diferenciado, sobre temas e questões similares, presentes transversalmente na investigação, e suscitava novas interrogações. A tomada de uma posição, no porto de Sofala, respondia ao interesse primordial de D. Manuel I de assegurar o acesso às terras de minas de ouro, no interior do continente. O estudo de Sofala teria em consideração os diferentes assentamentos, compreendendo a fortaleza portuguesa e o seu ‘termo’, e os lugares das comunidades africana islamizada, de cultura suaíli, e africana gentia, que partilhavam uma área da faixa do litoral, sob um mesmo governo de um rei e xeque; e bem assim os reinos africanos e centros de poder com assento no interior das terras de Sofala. Do ponto de vista da estrutura de povoamento ocupavam sítios distintos, mas em vizinidade, definindo uma paisagem cultural complexa. Os temas de porto e *hinterland* referiam-se a uma área regional muito alargada, onde se viria a desenvolver um processo de territorialização de portugueses e «casados», evoluindo para um povoamento enquadrado no regime de aforamento de prazos da Coroa.

Em Ormuz, a presença portuguesa seria exercida, sob a forma de um protegido, relativamente a um reino situado numa área regional onde prevalecia o

Islamismo e concorriam os reinos da Pérsia, Arábia, Omã, e o império Otomano. O reino de Ormuz englobava a cidade-entreposto comercial, situada numa ilha estéril, a rede de espaço vital próximo, que a sustentava, e certas ilhas e áreas costeiras nas duas margens do Golfo Pérsico. As intervenções de fortificação, em diferentes sítios, e a transformação urbana, implicando a deslocalização do poder ormuziano, e a apropriação dos principais lugares da cidade, pelos portugueses, bem como a introdução da marca cristã, na cidade de Ormuz e no espaço periurbano, constituiriam aspectos principais a relevar, naquele espaço do mundo islâmico sunita e shi'ita, multicultural, étnico e religioso.

No Indostão, num contexto dominante do Hinduísmo, o caso de Chaul, na costa ocidental, implicava a consideração da presença cristã e fortificação da povoação portuária, situada no estuário de um rio, cuja importante posição nas rotas comerciais do Índico acabaria por entrar em declínio; a fortificação do morro, já no *inland*; bem como a consideração do espaço agrícola de *umland*, que se alargava de permeio. Do lado oriental, na costa de Coromandel, a cidade portuária de Meliapor, distinguia-se pela importância de acolher, segundo a tradição, o túmulo do apóstolo São Tomé, centro de devoção dos cristãos de São Tomé, uma cristandade síria-malabar, de rito oriental. No âmbito do projecto, seria abordado o aspecto principal da acção da Igreja Católica Romana, no enquadramento do culto de São Tomé e ordenamento dos lugares de veneração, segundo a lenda da vida e martírio, incluindo na envolvente da cidade, implicando edificações religiosas, a transformação do espaço urbano, e fortificação.

Em Jaffna, como em certas partes da Índia, além da ocupação e fortificação urbanas, as marcas da presença portuguesa e de cristianização incidiriam em áreas do *inland*, no quadro dos foros de aldeias. Constituía um dos objectivos do projecto estudar, e se possível representar, essa relação entre o sítio portuário e a estrutura urbana que lhe estava associada, e o *umland* e *inland* próximo. Nesse âmbito, o projecto acolheria, adicionalmente, a investigação de Ana Brett, bolseira de doutoramento FCT, com o tema de tese, 'Além de Velha Goa: Cartografias da Ilha de Tiswadi'.

No plano do direito internacional, com a política de *mare clausum* posta em causa, as nações europeias surgiriam no Índico, em concorrência. Em África buscavam alcançar as regiões das minas de ouro, e junto dos centros produtores da Ásia, disputavam posições portuguesas. Caía Ormuz, perante forças aliadas anglo-persas, em 1622; Jaffna, face a holandeses, em 1658; e a cidade de Meliapor, a partir de meados de Seiscentos, era tomada sucessivamente pelo sultanato de Golconda, por franceses, e por holandeses, com períodos intermediados de soberania dos portugueses, exercida de forma mitigada, até à conquista pelos ingleses, em 1749. Estes acontecimentos tinham sugerido um limite aproximado, para a cronologia da investigação.

No tempo de União das Coroaas ibéricas, a elaboração de levantamentos das fortalezas e de territórios envolventes marcaria o crescente interesse da representação como um meio de gestão do património edificado da Coroa, e para o ordenamento do espaço. Seria esse acervo de primeiras representações desenhadas, bem como ulteriores cartografias e desenhos, dos séculos XVIII e XIX,

a oferecer uma base essencial para a metodologia de investigação, por meio de desenho, desenvolvida no projecto.

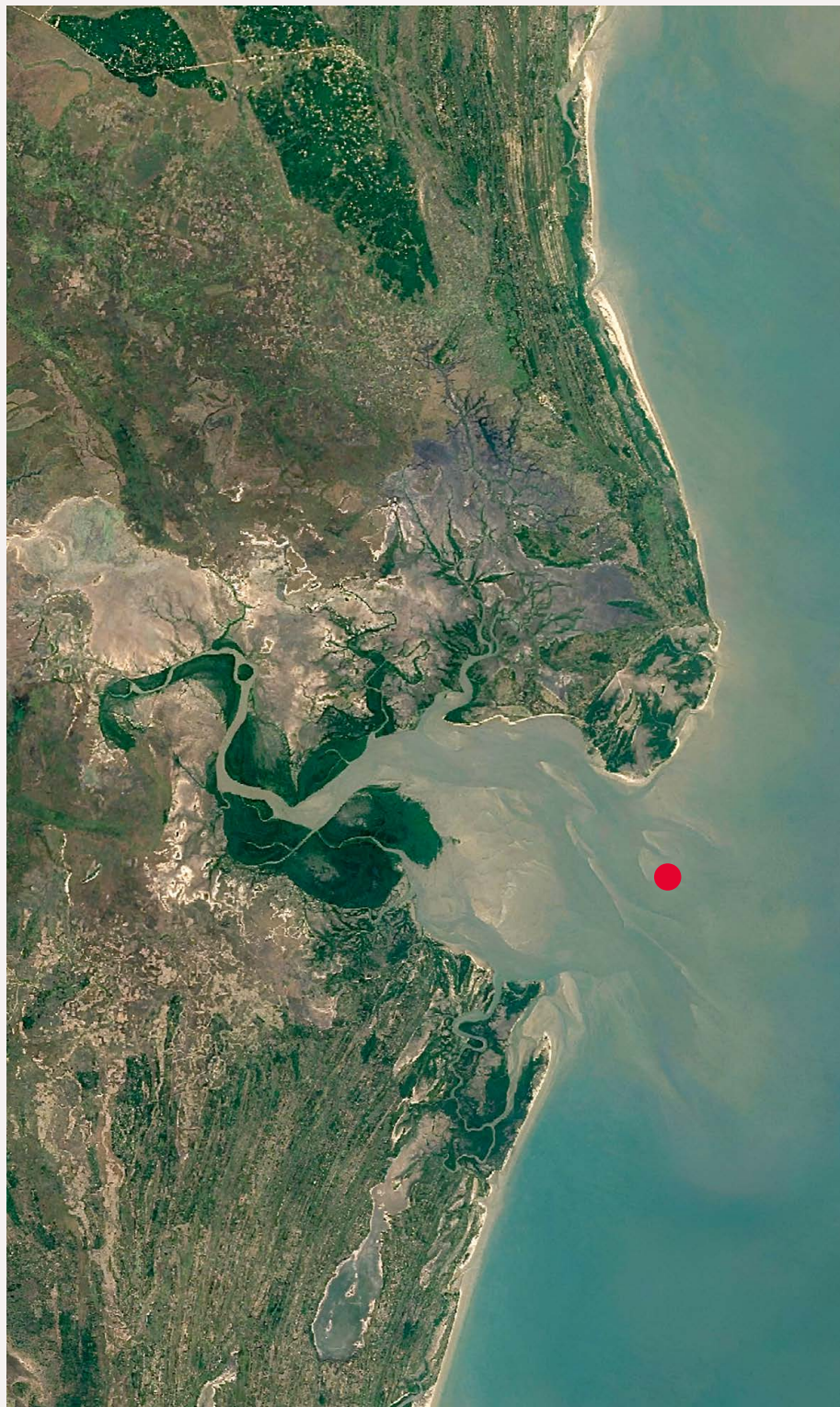
Nesse sentido, nas actas do Colóquio, entre as apresentações efectuadas, são reunidos três contributos que mostram diferentes âmbitos da abordagem metodológica, subordinada ao tema 'Cartografias de investigação'. O reconhecimento de cada um dos casos de estudo teria por base a revisitação de fontes escritas (documentação, memórias, relatos de acontecimentos, descrições de viajantes, incluindo, se possível, textos originados naquelas partes), conjugada com o estudo de iconografia e cartografia antigas.

Filipa de Castro Guerreiro apresenta em síntese uma reflexão sobre a experiência de investigação do território, por meio de desenho, e considera, em particular, os traços da morfologia da paisagem actual de Sofala, e de lugares de habitar tradicionais de núcleos familiares alargados, os 'muti', num processo regressivo de interpretação crítica. Estudo e redesenho daqueles lugares foram efectuados por Mónica Loureiro, finalista da FAUP e igualmente bolseira FCT, com a dissertação intitulada *Habitat rural em Moçambique. Leituras a partir de estudos e registos dos séculos XIX e XX*.

Mariana Martins de Carvalho expõe, relativamente a Sofala e Ormuz, a metodologia da pesquisa efectuada com base em plantas e vistas, e cartografia antigas. A informação documental é aferida, através de desenho e redesenho, elaborados sobre uma base de cartográfica contemporânea, contendo a morfologia de parcelamento e espaços de circulação. Desse modo se formula uma hipótese de interpretação da cidade, conhecendo, todavia, que apenas trabalhos de arqueologia poderiam oferecer segura validação.

João Luís Marques incide a sua pesquisa na recolha de iconografia e cartografia, relativas a São Tomé de Meliapor. Com recurso aos vários tipos de representações e imagens, incluindo fotografias antigas, abarcando um arco de tempo alargado, desenvolve uma investigação visual sobre a base formada. Em cruzamento com fontes documentais, cuja interpretação oferece dificuldades de interpretação, em certas passagens, são identificadas imagens de sítios e obras, incluindo desaparecidos, e pequenos restos e espólio de obras remanescentes, desvendando e documentando sucessivas camadas de sobreposição e transformação de edificações e lugares.

Ao concluir o tempo de investigação do projecto, aferindo os trabalhos realizados, a experiência de estudo do particular mostra quanto é inesgotável, na espessura do que ainda guarda para ser sabido. Não seria possível senão reconhecer a necessidade de um questionamento prudente do conhecimento, buscando conselho de autores e estudos, e ajuizando provisórios os resultados alcançados.



GOOGLE EARTH. Imagem de satélite da costa de Sofala, Moçambique
(Lat. -20.183019; Long. 34.751890) captada em 02/2022.

CARTOGRAFIAS ‘A CONTRAPELO’

Sofala e os *muti*: reinscrições no tempo longo

Filipa de Castro Guerreiro

A cartografia, instrumento de representação do território, pode constituir um meio privilegiado de investigação e assumir um carácter operativo, capaz de articular espaço, tempo e conhecimento. Enquanto método, permite espacializar informação dispersa, reinscrever vestígios e tornar legíveis processos inscritos num território em permanente mutação. Mapas, vistas e descrições não se reduzem ao registo de uma realidade estática: inscrevem modos de ver, interpretar e intervir no território¹, reflectindo escolhas, processos históricos, técnicos e culturais que moldaram a sua forma ao longo do tempo.² Nesta perspectiva, a cartografia pode ser entendida simultaneamente como objecto, método e meio de comunicação. Enquanto objecto, constitui matéria de análise; enquanto método, permite ler no espaço a sobreposição de diferentes temporalidades; enquanto meio, sintetiza e transmite conhecimento complexo. A acção de cartografar estabelece, assim, uma afinidade profunda com a investigação em arquitectura, em particular através do desenho, entendido não apenas como representação, mas como processo crítico de leitura e construção do território³.

Esta compreensão da cartografia enquanto processo, afim do projecto de arquitectura, está presente em vários trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto PORTofCALL, entre os quais os estudos de Igor Outeiro⁴ para Ormuz, de Marta Peters Oliveira e Mariana Martins de Carvalho também para Ormuz⁵ e para Sofala⁶, e de Mónica Loureiro sobre os *muti* em Moçambique⁷. Embora incidam sobre contextos e documentos distintos, partilham uma abordagem metodológica comum.

Nos estudos que incidem sobre Moçambique — Sofala e os *muti* — a investigação confronta-se com duas situações contrastantes: por um lado, uma intervenção arquitectónica desaparecida; por outro, um sistema de habitar que se expande e reconfigura no território num tempo longo. Em ambos os casos, o acesso ao objecto faz-se através de registos — documentação escrita, fotografia, levantamentos desenhados e fontes cartográficas — que exigem um trabalho de leitura crítica, reconhecimento da “lente” que condiciona as fontes, e reconstrução. Apesar da diversidade de fontes, partilham, na sua essência, um mesmo método: questionar, espacializar e contextualizar, a várias escalas, a informação decantada das fontes, formular hipóteses de leitura estratigráfica dos vestígios, redesenhar criticamente levantamentos e cartografias e identificar elementos estruturantes que permitem compreender como diferentes formas de ocupação interpretaram o território, as suas variações ambientais e as suas transformações socioeconómicas.

Cartografar como prática crítica

Cartografar não é apenas representar um território, mas construir um modo de o compreender. A cartografia, entendida como prática crítica⁸, permite ler no espaço os processos longos que o constituíram, reconhecer permanências e transformações, silêncios e relações de poder⁹, e formular hipóteses sobre a relação entre forma natural, ocupação humana e construção cultural.

Mapas, vistas e roteiros deixam de ser documentos ilustrativos para se afirmarem como instrumentos de produção de conhecimento. O que está em causa não é apenas o que estes documentos representam, mas aquilo que permitem pensar quando são interrogados, cruzados entre si e redesenhados à luz de novas questões.

A cartografia é aqui entendida no sentido lato da representação, estabelecendo, enquanto instrumento crítico, uma relação de afinidade estreita com o método de projecto: constitui simultaneamente um modo de descrição, um método de análise e interpretação; um instrumento de construção de hipóteses; e permite sintetizar e transmitir conhecimento complexo. Constitui, assim, um método de investigação partilhado entre a arquitectura, a história, a geografia, a antropologia, entre outras disciplinas — um método que não se limita à descrição, mas que procura compreender a lógica profunda da construção do território, reconhecendo no presente a sedimentação de múltiplos tempos.

A leitura do território enquanto palimpsesto¹⁰, pela riqueza e complexidade que traduz, e pela sua tradução numa representação, oferece um quadro conceptual particularmente fértil. Tal como num manuscrito reescrito sucessivas vezes, o território resulta de um processo contínuo de inscrição, apagamento e reinscrição. A sua forma actual condensa sinais¹¹ deixados por diferentes modos de ocupação, decisões técnicas, económicas, simbólicas, políticas e culturais que permanecem, ainda que de forma fragmentária¹². Esta leitura torna-se mais inteligível à escala do tempo longo. Como observa Ilídio Araújo, a estrutura e a fisionomia de algumas paisagens em meados do século XIX não eram significativamente diferentes das que apresentavam muitos séculos antes.¹³ Esta persistência não implica imobilidade: traduz a lentidão de certos processos e a resistência de determinadas matrizes. Álvaro Domingues descreve a paisagem como síntese resultante de relações prolongadas entre condições biofísicas e acção humana¹⁴. É também neste sentido que “as escalas, do espaço e do tempo, são fundamentais para entender e sentir (entender o sentido; sentir o entendimento) a paisagem”, como lembra Jorge Gaspar¹⁵. Sem esse vaivém de escalas, a leitura tende a oscilar entre o detalhe fragmentário e a abstracção excessiva.

A forma natural do território — relevo, hidrografia, vegetação, orientação solar — constitui frequentemente a primeira premissa de fixação humana.¹⁶ Essa condição inicial é progressivamente transformada pelo uso: os lugares são adaptados, reformulados, reutilizados, e cada intervenção deixa marcas que se sobrepõem às anteriores e que influenciam ou condicionam as seguintes¹⁷. Traçados viários, estruturas parcelárias, edificado, ruínas ou vazios persistentes, ainda que fragmentários e com diferentes níveis de legibilidade, permitem reconstruir uma história longa de transformações, desde que exista um método capaz de as ler.

Redesenho, espacialização, cruzamento de escalas e leitura estratigráfica

A cartografia afirma-se como prática operativa, sustentada por um conjunto de procedimentos que permitem articular fontes, escalas e temporalidades.

A espacialização das fontes constitui um passo decisivo deste método. Ao reunir informação dispersa — textual, cartográfica, fotográfica e desenhada — num campo comum de representação, torna-se possível restabelecer relações que, em documentos isolados, permanecem opacas ou fragmentárias. É também nesse gesto que o cruzamento de escalas ganha consistência: do território ao assentamento, do assentamento ao artefacto, e deste às suas condições materiais e ambientais.

Este processo não é neutro. Toda a cartografia é orientada por um objectivo e por um ponto de vista, que condicionam escolhas de escala, selecção de elementos, hierarquias gráficas e níveis de abstracção. Descrever e representar implicam sempre seleccionar, atribuir valores, delimitar, classificar e hierarquizar — o olhar e a memória escolhem¹⁸. Neste sentido, as representações exigem uma crítica das condições e das intenções que as produziram antes de serem tomadas como evidência. O desenho, assim como a fotografia¹⁹, não reproduz o território: constrói uma leitura circunstancial, que torna visíveis certas relações e silencia outras.

Ler o território a contrapelo — na acepção que Walter Benjamin²⁰ propôs para a história — implica recusar o fio condutor da narrativa dominante e atentar nos vestígios, nas descontinuidades, no que foi apagado ou considerado menor. Aplicado à cartografia, este gesto significa não tomar os mapas como progressão cumulativa de precisão técnica²¹, mas interrogar os documentos como produtos situados, produzidos por actores e objectivos concretos, que inscrevem tanto o que mostram como o que silenciam. A identificação da lente que condiciona as fontes é condição prévia para ultrapassar a subjectividade das escolhas e reinscrever criticamente os dados num quadro interpretativo mais amplo. A espacialização das fontes é, neste sentido, também um acto de restituição: permite recompor relações e devolver legibilidade ao que a narrativa dominante deixou na sombra.

A leitura estratigráfica apoia-se num princípio interpretativo fundamental: mais do que procurar coincidências geométricas exactas entre documentos de épocas e condições técnicas distintas, importa interpretar cada vestígio a partir da sua posição relativa no sistema representado. A distorção — inerente à técnica, à escala e ao objectivo de cada fonte — não invalida a leitura; obriga, exige um cuidado metodológico que privilegia relações e coerências internas.

Neste quadro, a distinção gráfica entre elementos naturais e artefactos construídos não é apenas convenção, mas instrumento de análise: relevo, vegetação e hidrografia estabelecem um campo de condições; muros, traçados e edifícios inscrevem decisões e adaptações. A leitura conjunta permite compreender dependências, conflitos e ajustamentos entre processos naturais e formas de ocupação.

A exigência de cruzar fontes e escalas decorre também do facto de o território não ser apenas um conjunto abstracto de forças e de actividades, de fluxos e de funções. Como observa Daniele Vitale²², sob esse plano subsiste uma estrutura

material, uma trama de elementos concretos e resistentes que condiciona e orienta transformações posteriores; mesmo quando perdem a sua função, elementos como muros ou alinhamentos continuam a organizar o espaço²³.

Tal como para um edifício, também para o território é possível construir uma leitura das suas sucessivas transformações através de uma cartografia que distinga os vários estratos de intervenção, correspondentes a diferentes épocas e materiais. A noção de cartografias regressivas assenta neste princípio. Parte-se do presente — das formas visíveis, dos vestígios materiais, das permanências e dissonâncias — numa prática sistemática de observação, compilação de dados e cruzamento de fontes. A experiência directa do lugar, quando possível, é complementada pela análise de descrições gráficas e escritas de diferentes épocas — mapas náuticos, vistas de costa, plantas de fortificações, relatos de viagem, levantamentos arquitectónicos, registos etnográficos — para, por inversão temporal, formular hipóteses de reconstrução dos processos que conduziram à configuração actual. Cada uma das fontes oferece uma escrita distinta do território, com níveis variáveis de legibilidade, que só ganham pleno significado quando colocadas em relação com as restantes. Esta leitura regressiva apoia-se na descrição, no ordenamento estratigráfico e na análise²⁴, em que o olhar e a memória operam de forma selectiva e interpretativa.

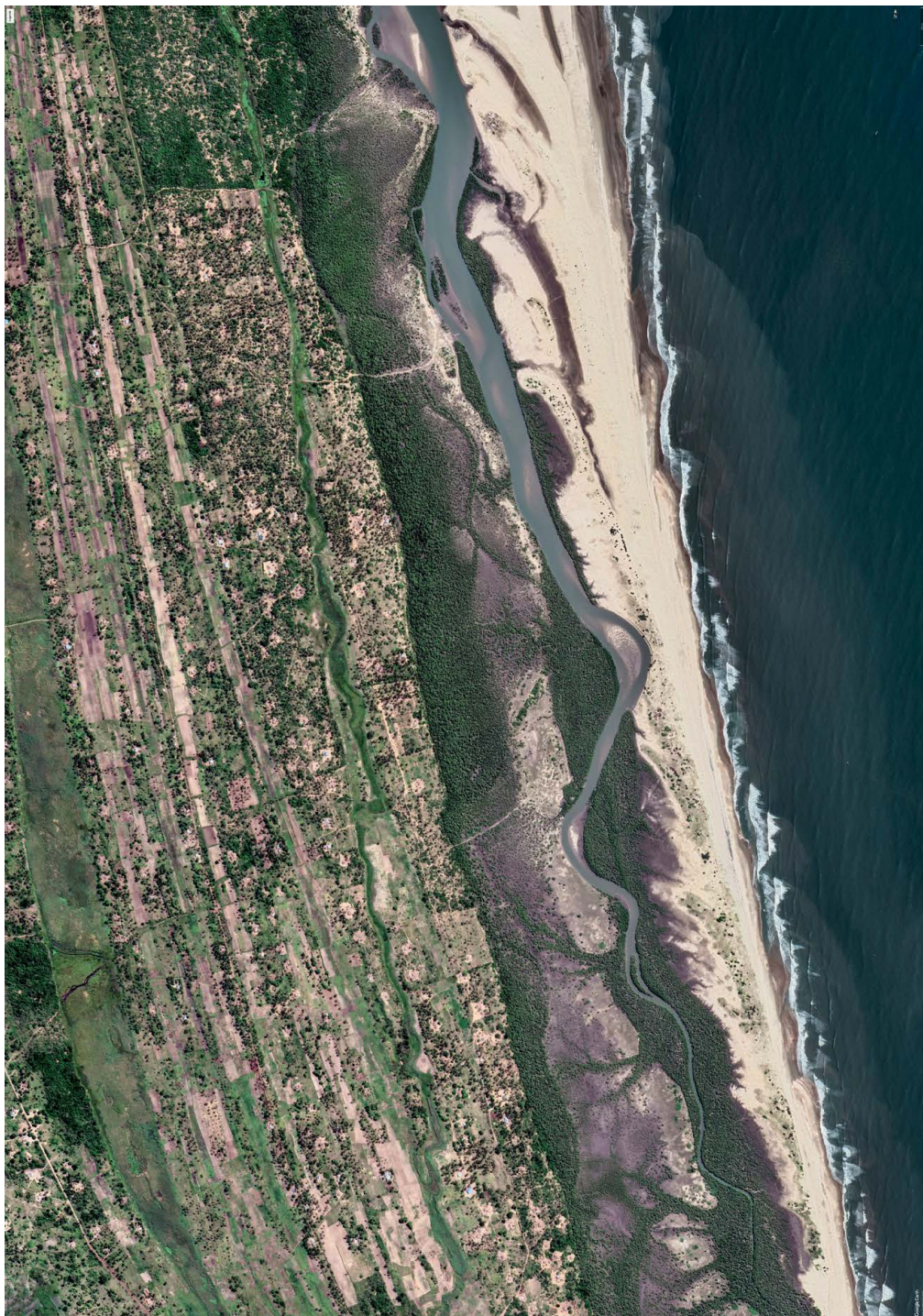
O redesenho assume, neste contexto, um papel central.²⁵ Não se limita a clarificar graficamente, nem pretende produzir uma restituição geométrica absoluta: constitui uma forma de inquirição crítica: capaz de reconstituir, por inversão, o processo de concepção. Enquanto instrumento simultâneo de representação, análise e comunicação, o desenho permite desmontar o território nas suas partes constitutivas, isolar elementos, testar relações ocultas e estruturas latentes, e formular hipóteses sobre os critérios que presidiram à sua construção. A abstracção e a parcialidade inerentes ao desenho, longe de constituírem um limite, afirmam-se como uma das suas maiores potencialidades enquanto instrumento crítico.

Moçambique

No âmbito do projecto PORTofCALL, este quadro metodológico permite abordar, em Moçambique, dois objectos de natureza distinta. Em Sofala, trabalha-se sobre uma intervenção desaparecida, reconstituída a partir de registos heterogéneos. No estudo dos *muti*²⁶, procura-se compreender um sistema de habitar a partir da análise de levantamentos da década de 1980, e registos de Missões Etnográficas e Antropológicas das décadas de 30 a 60 do século xx, enunciando os elementos que o constituem, as relações que estabelecem e o modo como se desenvolvem, expandem e reimplantam.

Sofala: cartografia de um território instável

Sofala constitui um território marcado por condições naturais específicas que condicionaram profundamente as formas de ocupação humana e as tentativas de implantação europeia ao longo dos séculos. Os portos desta costa devem ser entendidos não como lugares fixos, mas como sistemas territoriais dependentes de condições ambientais variáveis e de redes comerciais mais amplas no Oceano



GOOGLE EARTH. Imagem de satélite de do sistema de habitação a norte de Sofala, Moçambique (Lat. -20.082753°; Long. 34.756291°) captada em 02/2022.

Índico.²⁷ A instabilidade de Sofala constitui, assim, uma condição estrutural. A costa caracteriza-se por um sistema de faixas geomorfológicas paralelas à linha de costa, correspondentes a antigos cordões litorais arenosos e a zonas baixas alagadiças, sujeito a variações constantes provocadas pelos sedimentos fluviais e pelas dinâmicas marítimas. Estas faixas estruturam historicamente a ocupação humana, funcionando como suportes preferenciais de implantação num território instável, onde a presença da água condiciona profundamente os modos de habitar, produzir e circular.

A antiga ilha de Sofala localizava-se precisamente num lugar de articulação entre sistemas marítimos e fluviais, funcionando como charneira entre escalas. No ponto em que as faixas paralelas à costa são interrompidas por um complexo sistema estuarino associado ao rio Buzi e aos seus braços distributários — como o Chenguene —, bem como a uma rede de rios e canais locais cuja configuração variou ao longo do tempo. A escolha de uma ilha na ruptura da continuidade geomorfológica do litoral não respondeu apenas a condições locais de abrigo, mas a uma lógica territorial mais ampla, em que o estuário funciona como charneira entre escalas e como dispositivo natural de estruturação do espaço, articulando as rotas marítimas com as rotas comerciais do *hinterland* do Monomotapa. No entanto, essa mesma condição introduzia instabilidade ambiental através de processos de sedimentação e das dinâmicas costeiras. A instabilidade ambiental, que já tinha inviabilizado o porto antes da chegada dos Portugueses²⁸, acabaria por comprometer também a permanência das estruturas por eles construídas, nomeadamente a Fortaleza de São Caetano. A presença portuguesa não foi apenas um processo de ocupação, mas também um agente de transformação ambiental, interferindo com dinâmicas sedimentares e alterando equilíbrios existentes.

A Fortaleza de Sofala constitui um exemplo paradigmático das dificuldades de transplantar modelos arquitectónicos europeus para contextos ambientais profundamente distintos. A sua implantação, forma e sucessivas reformulações reflectem tentativas de adaptação a um território cuja lógica escapava, em grande medida, aos pressupostos técnicos e construtivos importados. A leitura estratificada das plantas, vistas e descrições da fortaleza, redesenhadas e sobrepostas à cartografia contemporânea por Marta Oliveira e Mariana Martins de Carvalho, revela não apenas a evolução do edifício, mas também as razões da sua ruína.

A leitura cruzada entre escalas — do território ao assentamento, e deste ao edifício — permite compreender a fortaleza não como um objecto isolado, mas como parte de um sistema territorial em tensão permanente com as condições naturais do lugar.

O sistema do *muti*: habitar o território no tempo longo

No estudo dos *muti*, o método enfrenta um objecto de natureza distinta: não uma intervenção desaparecida, mas um sistema de habitar em transformação contínua. Procura-se compreendê-lo a partir de levantamentos da década de 1980, enunciando os elementos que o constituem, as relações que estabelecem e o modo como se desenvolvem, expandem e reimplantam.

O sistema do *muti* constitui uma forma territorialmente informada de habitar, profundamente enraizada nas condições naturais, sociais e culturais do território. Mais do que formas vernaculares fixadas no tempo, os *muti* revelam-se como sistemas sociais, ecológicos e territoriais cuja organização espacial reflecte tanto relações sociais e simbólicas — parentesco, género, hierarquia — como uma leitura atenta das condições ambientais: orientação solar, circulação dos ventos, proximidade da água, qualidade dos solos.

É neste contexto que o trabalho de investigação de Mónica Loureiro²⁹ se revela particularmente fecundo. Os levantamentos realizados na década de 1980 foram produzidos com um objectivo específico — informar a construção de aldeias comunais —, o que condicionou necessariamente os critérios de registo e selecção, participando na construção de uma determinada leitura do território. Explicitar essa chave de leitura é condição prévia para reinscrever criticamente os dados num quadro interpretativo mais amplo, que integre habitação, cultivo, arrecadação e redes de circulação como partes de um mesmo sistema de vida.

O redesenho crítico dos levantamentos existentes, cruzando fontes históricas, registos etnográficos, funciona como instrumento de conceptualização, permitindo passar da descrição à formulação de hipóteses sobre princípios organizadores invisíveis: eixos simbólicos, hierarquias espaciais, relações entre cheios e vazios, e modos de expansão, integração entre habitar e produzir. A sobreposição com imagens de satélite contemporâneas revela dinâmicas de permanência e transformação à escala do território, evidenciando a resiliência deste modelo de ocupação face a sucessivas mudanças ambientais, políticas e económicas. A expansão e reimplantação do *muti* ao longo do tempo, obedece a lógicas claras, integrando crescimento familiar, produção agrícola e valores simbólicos numa estrutura flexível e adaptativa.

A comparação implícita entre a Fortaleza de Sofala e o sistema do *muti* não pretende estabelecer juízos de valor simplistas, mas sublinhar diferenças fundamentais de abordagem ao território. Enquanto a arquitectura militar europeia se apresenta como um objecto finito, rígido e dependente de condições de estabilidade difíceis de garantir naquele contexto, o habitat rural moçambicano afirma-se como um arquivo vivo de saberes técnicos, sociais e ecológicos, capaz de absorver influências externas, adaptar-se e persistir ao longo do tempo sem perder a sua lógica interna.

Esta persistência ao longo de séculos levanta uma questão central para a investigação contemporânea: como se constrói uma forma de habitar capaz de se manter relevante num tempo longo? A resposta parece residir menos na fixidez formal do que na capacidade de adaptação selectiva, na leitura fina do território e na articulação entre cultura e natureza.

Cartografar como forma de conhecimento

Através da articulação entre texto, cartografia histórica, desenho crítico e leitura territorial — ao redesenhar e reinscrever mapas antigos, ao sobrepor tempos e escalas, ao cruzar arquitectura erudita e saberes vernaculares — torna-se possível

reconhecer continuidades invisíveis e questionar narrativas lineares sobre o passado.³⁰

Cartografar, neste contexto, é mais do que representar: é pensar através do território. O desenho não constitui apenas um resultado, mas um processo — uma síntese de conhecimento que condensa decisões, interpretações e valores num sistema legível e transmissível. Tal como o projecto de arquitectura, a cartografia pode ser entendida como um produtor de conhecimento.³¹

Cartografar a contrapelo é, neste sentido, um gesto simultaneamente metodológico e crítico. O confronto entre a Fortaleza de Sofala — arquitectura do domínio, rígida e falhada — e o sistema do *muti* — arquivo vivo de saberes adaptados ao lugar — não é apenas uma comparação de modelos de ocupação. É uma forma de restituir espessura e dignidade histórica a formas de habitar frequentemente subalternizadas. Redesenhar, reinscrever, cruzar escalas e sobrepor tempos não é um exercício nostálgico: é uma forma de produzir conhecimento, questionando hierarquias entre o que foi registado e o que foi silenciado, entre o que persistiu pela força e o que persistiu pela inteligência do lugar.

Arquitectura e território são realidades complexas, cuja compreensão exige instrumentos capazes de lidar com a ambiguidade, a fragmentação e a sobreposição de tempos. A construção de sistemas de representação constitui um dos modos de decifrar e explorar essa complexidade: como em qualquer procedimento científico, a parcialidade das suas convenções pode tornar-se um forte instrumento descritivo; e, como em qualquer acção inventiva, essa mesma abstracção permite reconhecer, aferir e propor leituras de princípios, estratégias e elementos que introduzem, em cada época, um sentido de legibilidade ao território.

Referências

- 1 “Descrições justas e pertinentes fazem e refazem a cidade — e refazem também o nosso modo de fazer a cidade”. Nelson Goodman. “Come conquistare la città”. In *Le città del mondo e il futuro delle metropoli*. 17ª Triennale di Milano. Milano, Electa, 1988.
- 2 Matthew H. Edney. “Cartography without ‘Progress’: Reinterpreting the Nature and Historical Development of Mapmaking.” *Cartographica* 30 n.º 2-3, 1993, p. 54-68.
- 3 “Representar o território, é já apreendê-lo. A representação não é um decalque, mas sempre uma construção. Elabora-se um mapa para conhecer primeiro e agir em seguida. O mapa partilha com o território o facto de ser processo, produto, projecto: sendo como ele também forma e sentido”. André Corboz. *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon, Les éditions de l'imprimeur, 2001.
- 4 Igor Viegas Outeiro. *No Irão, Ormuz: fortaleza de influência portuguesa e enredos intersticiais para uma paisagem cultural contestada*. (Ed. autor, 2023. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)
- 5 Marta Oliveira; Mariana Martins de Carvalho. *Sofala*. FAUP, Porto, 2025.
- 6 Marta Oliveira; Mariana Martins de Carvalho. *Ormuz*. FAUP, Porto, 2025.
- 7 Mónica Loureiro. *Habitat rural em Moçambique. Leituras a partir de estudos e registos dos séculos XIX e XX*. (Ed. autor, 2025; Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)
- 8 Matthew H. Edney, “Cartography without ‘Progress’: Reinterpreting the Nature and Historical Development of Mapmaking,” *Cartographica* 30, no. 2-3 (1993): 54-68.
- 9 J. B. Harley. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 2001.
- 10 André Corboz. *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon, Les éditions de l'imprimeur, 2001.
- 11 “Os sinais contam a história de cada paisagem. São um código que, decodificado, contém a narrativa completa de um pedaço de mundo.” Marc Augé. *Não-Lugares. Introdução a Uma Antropologia da Sobre-modernidade*. Bertrand, Lisboa, 1994 (1.ª ed. Le Seuil, 1992).
- 12 “Dos fragmentos procura-se frequentemente reconstruir a biografia: a biografia de um lugar, de um edifício, como de uma pessoa, de um alimento ou de uma prática social. Um trabalho paciente que procura no palimpsesto do território e da cidade o que foi apagado e procura reconstitui-lo.” Bernardo Secchi. “Dell'utilità di descrivere ciò che si vede, si tocca, si ascolta”. Corso di Urbanistica A, 1998/99 [em linha]. [consult. 1999/06/06]. Disponível em. www.iuav.unive.it/urbanlab.
- 13 Ilídio Araújo. “A evolução do povoamento, da economia e das paisagens no Entre Douro e Minho”. In *Actas do Seminário “Património Paisagístico do Vale do Lima”*. Município de Ponte de Lima, Ponte de Lima, 2007.
- 14 Álvaro Domingues. “A Paisagem Revisitada”. In *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 36, n.º 72. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- 15 Jorge Gaspar. “O Retorno da Paisagem à Geografia, Apontamentos místicos”. In *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 36, n.º 72. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.
- 16 “Mesmo reconhecendo que «a natureza é sempre a base e muitas vezes a condição dos factos humanos», P. Gourou diria que foi o Homem, e não a Natureza, que “escolheu”; mas o êxito de uma economia rural resulta da escolha bem adaptada às condições naturais que constituem o seu suporte...” Orlando Ribeiro. “Paisagens, regiões e organização do espaço”. In *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 36, n.º 72. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001 (1.ª ed., francês, in Scritti Geografici in Onore di Aldo Sestini, Florença, 1982).
- 17 “O espaço organizado pelo homem é condicionado na sua organização, mas, uma vez organizado, passa a ser condicionante de organizações futuras”. Fernando Távora. *Da organização do espaço*. Porto, FAUP Publicações, 1996 (1.ª ed. 1962).
- 18 Bernardo Secchi. *Un progetto per l'urbanistica*. Torino, Einaudi, 1989.
- 19 “Efetivamente, o contexto colonial foi determinante para a forma como foram obtidas estas imagens, que tiveram então um significado e uma leitura orientadas para objetivos bem definidos.” “Em que medida é que a fotografia, usada enquanto instrumento de trabalho e propaganda ao serviço do poder colonial, pode hoje ser encarada numa outra perspectiva? Será que, sem que a mesma seja descontextualizada, a podemos considerar hoje como um documento fundamental, não só para uma melhor compreensão da realidade colonial, mas também para uma melhor perceção do que está para lá dessa mesma realidade? Até onde é que ela nos guia e nos fornece pistas para a análise de várias questões?” Ana Cristina Roque. “Missão Antropológica de Moçambique (1936-1956): a fotografia como instrumento de trabalho e propaganda.” In *Anais do Congresso Internacional História e Patrimónios Coloniais*. Lisboa, 2015.
- 20 Walter Benjamin, (ed. e trad. de João Barrento). *O Anjo da História*. Lisboa, Assírio & Alvim, 2010.
- 21 Matthew H. Edney, “Cartography without ‘Progress’: Reinterpreting the Nature and Historical Development of Mapmaking,” *Cartographica* 30, no. 2-3 (1993): 54-68.
- 22 “Arquitectos e urbanistas têm-se voltado especialmente para o território de um modo académico e abstracto, pensando-o como conjunto de forças e de actividades, de fluxos e de funções, mas esquecendo, como, sob este, existe uma estrutura material, uma trama de elementos concretos e resistentes.” Daniele Vitale in Aldo Rossi; Eraldo Consolascio; Max Bosshard. *La Costruzione del Territorio. Uno studio sul Canton Ticino*. Lugano, Fondazione Ticino Nostro, 1979.
- 23 “Este princípio sistemático de organização do território, constitui como que uma chamada de atenção para a ordem em vigor aqui e em toda a parte. Mesmo que esses muros, ou o que resta deles, não sejam utilizáveis nem utilizados como na sua origem — para a agricultura e a horticultura —, eles estão lá. Há essa espécie de inércia, essa permanência dos muros, que determinou a ocupação posterior do terreno. São elementos ordenadores de uma geometria que influencia tudo o aqui se passa sobre o território.”

- Álvaro Siza Vieira. “Não faço distinção entre Arquitectura e Urbanismo. O centro de Montreuil”, Porto, 1996. In Laurent Beaudouin e Dominique Machabert. *Álvaro Siza: uma questão de medida*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009.
- 24** Bernardo Secchi. “Diario di un urbanista”. *Diario di un urbanista* [em linha]. [consult. 2009/05/30]. Disponível em www.planum.net/topics/secchi-diario.html.
- 25** James S. Ackerman, *Distance Points: Essays in Theory and Renaissance Art and Architecture*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991. Helen Thomas, Desley Luscombe e Niall Hobhouse (eds.). *Architecture Through Drawing*. London, Lund Humphries, 2019.
- 26** Mónica Loureiro. *Habitat rural em Moçambique. Leituras a partir de estudos e registos dos séculos XIX e XX*. (Ed. autor, 2025; Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)
- 27** Ana Cristina Roque. “Mozambique Ports in the 16th Century: Trade Routes, Changes and Knowledge in the Indian Ocean under Portuguese Rule”. In *Cahiers d’Études Africaines*, vol. 53, n.º 211–212. Paris, Éditions de l’EHESS, 2013, p. 485–508.
- 28** Ana Cristina Roque. “A Costa de Sofala entre os séculos XVI–XVII: Presença portuguesa, alterações ambientais e impactos na paisagem”. In *Rede BrasPor — Entre Rios e Mares*, 163–174. Rio de Janeiro, 2016.
- 29** Mónica Loureiro. *Habitat rural em Moçambique. Leituras a partir de estudos e registos dos séculos XIX e XX*. (Ed. autor, 2025; Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto)
- 30** Denis Wood. *The Power of Maps*. New York, Guilford Press, 1992.
- 31** Paola Viganò. *I territori dell’urbanistica. Il progetto come produttore di conoscenza*. Roma, Officina Edizioni, 2009.

REDESENHAR A PARTIR DO DESENHO. REPRESENTAR SOFALA E ORMUZ

Mariana Martins de Carvalho

Este estudo parte da prática do desenho enquanto instrumento de investigação em arquitetura, história e geografia, procurando contribuir para um melhor entendimento das estruturas urbanas e arquitectónicas implantadas em portos de presença portuguesa.

Tomando como casos de estudo os portos de Sofala (Moçambique) e Ormuz (Irão), propõe-se a interpretação de fontes cartográficas, iconográficas e textuais, com vista ao desenvolvimento de desenhos de reconstituição destes lugares. Estes desenhos constituem um corpo gráfico que não apenas comunica, mas também consolida o conhecimento produzido.

Mais do que um exercício de representação, este processo afirma o desenho como ferramenta de investigação, capaz de articular diferentes tipos de fontes, testar hipóteses e construir interpretações. O desenho emerge, assim, como lugar de mediação entre o documento e a conjectura, entre passado e presente, constituindo simultaneamente método e resultado de um processo de conhecimento.

Neste ensaio desenhado, procede-se à reinterpretação e reinvenção de fontes históricas e contemporâneas, integrando-as em desenhos que procuram transmitir a pluralidade de tempos, espaços e histórias. O desenho trabalha, deste modo, com a incerteza da distância espacial e temporal, à semelhança de outros registos deste património, frequentemente baseados em descrições, representações e intuições de olhares que, por vezes, nunca incidiram directamente sobre o objecto real.

O desenho como instrumento

Contabilizam-se, de cada uma das fortalezas/ cidades portuárias de Sofala e Ormuz, cerca de uma dezena de representações nos livros e atlas do Estado da Índia Oriental do século XVII¹. Pretendeu-se interpretar essas fontes e desenvolver desenhos de reconstituição arquitectónica e urbana, com o objetivo de construir um corpo gráfico que comunique e consolide o conhecimento produzido pelo projeto.

O desenho constitui-se, destarte, como linguagem comum e base de entendimento num processo transdisciplinar articula arquitetura, história e geografia, permitindo o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e contribuindo para o aprofundamento da interpretação².

Entendido como processo de descoberta, seleção, produção e transmissão de conhecimento, o exercício do desenho responde a critérios de ordem morfológica, assumindo simultaneamente um carácter descritivo e científico. Valoriza-se, deste modo, o processo — o como desenhar — privilegiando o método sobre



Fig. 1 “Ruínas da Fortaleza de Sofala, na costa oriental de África, construída no século XVI”. J. S. M. Lazarus Photos (1902). Companhia de Moçambique, n.º de ordem 3012, pt/tt/cmz-af-gt/e/18/2/5. <https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/2e2478423c3f4ca0bffd17c188f93e32>



Fig. 2 'Distant View of Hormuz.' Photographer: Unknown [15r-a]. 'Photographs of Lord Curzon's tour in the Persian Gulf, November, 1903. https://www.qdl.qa/en/archive/81055/vdc_100024008052.0x000029

o resultado, e demonstrando a relevância que a arquitectura pode desempenhar na construção dessa linguagem.

O trabalho pratica um desenho com uma natureza particular — “um desenho de reconstituição que fomenta a imaginação, que opera entre o real e o imaginário”³. Este desenho requer uma atitude de questionamento perante o objecto percebido, afirmando-se como meio privilegiado de aproximação ao lugar, pela sua capacidade de evocação e materialização.

Os casos de Sofala e Ormuz apresentam condições muito distintas, o que se reflete diretamente na metodologia adotada e nos resultados obtidos.

Propõe-se, mapear os modos como essas estruturas foram apropriadas, reinterpretadas e transformadas e miscigenadas pelas comunidades ao longo do tempo. Trata-se, assim, de um desenho de investigação entendido como prática para a compreensão da arquitectura e da história, na relação entre o objecto e o território.

Se, por um lado, o desenho viabiliza a análise e a síntese, por outro, constitui também o meio através do qual se acede a um conhecimento singular destas estruturas, na medida em que, enquanto linguagem arquitectónica, permite reflectir sobre a definição de espaços e volumes, a sua organização, expressão e relação com a envolvente, bom como formas de acesso, de circulação e permanência.

Em Sofala, a quase total ausência de vestígios materiais e a escassez de fontes iconográficas implicaram um trabalho fortemente dependente de registos indirectos. As representações históricas, frequentemente esquemáticas, foram interpretadas à luz de outras evidências, incluindo fotografias do século XIX e imagens aéreas recentes [Fig. 1].

Em Ormuz, pelo contrário, a presença de uma cidade contemporânea e de vestígios materiais permitiu um trabalho uma leitura mais directa do território. A análise da morfologia urbana atual, apoiada em imagens das vistas aéreas, possibilitou a formulação de hipóteses sobre a organização da cidade histórica. O reconhecimento das estruturas remanescentes, e a análise documental originaram, por conseguinte, uma síntese histórica, baseada na identificação e

selecção das estruturas correspondentes a diferentes períodos, permitindo a sua sobreposição num mesmo suporte e a formulação de interpretações a partir dos indícios existentes [Fig. 2].

Nestes dois contextos, o desenho assume formas distintas, refletindo não apenas a natureza das fontes, mas também as características geográficas, geológicas e climáticas de cada lugar.

Método: observação — interpretação — reconstituição

O trabalho desenvolveu-se a partir de um processo de observação e reconhecimento das fontes iconográficas e escritas, procurando identificar particularidades, singularidades e convergências. A partir dessa análise, construiu-se uma interpretação em diálogo com as fontes, com vista à invenção de imagens de reconstituição destas estruturas aproximadamente coetâneas.

Estes lugares, hoje desaparecidos ou em ruína, subsistem através de uma série de registos gráficos e escritos — textos de viajantes, cartografia, desenhos, fotografias — que, no seu conjunto, constroem uma narrativa da história do lugar. Estes materiais da memória constituem, assim, a base de trabalho para a compreensão, representação e criação de novos significados e representações.

A metodologia adotada centra-se no registo e na interpretação, sendo o corpo de desenhos resultante uma forma de comunicação desse método. Redesenhar a partir do desenho corresponde, deste modo, a um processo contínuo de reinterpretação de representações.

Observação — as fontes como instrumentos de reflexão

Das fontes iconográficas destacam-se mapas históricos que contribuíram para a interpretação não apenas das fortalezas, mas também das povoações ao longo do tempo. As primeiras fontes iconográficas, do século XVI-XVII, não visavam uma aproximação rigorosa ao real, mas antes a identificação e codificação dos elementos constitutivos da paisagem, recorrendo a convenções próprias de representação urbana e militar.

Importa reconhecer que estas fontes não obedecem a sistemas homogêneos de representação. Pelo contrário, revelam uma grande diversidade de linguagens, cruzando diferentes modos de ver e representar o território. Combinavam, no mesmo suporte, múltiplas escalas, pontos de vista e sistemas projetivos⁴. Muitas destas imagens situam-se entre a descrição e a interpretação, combinando elementos simbólicos e empíricos.

Devem, por isso, ser analisadas com a devida reserva, embora fundamentais podem induzir em erros de leitura. Ainda assim, funcionam instrumentos de reflexão, dotados de grande plasticidade interpretativa. Como refere Luísa Trindade “o facto de qualquer representação ser uma construção não a torna necessariamente menos “verdadeira”⁵.

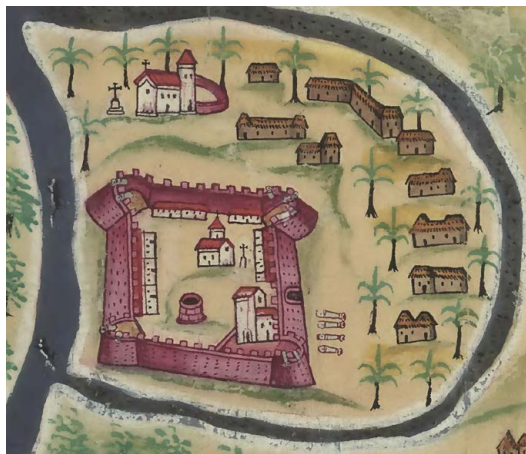


Fig. 3 Fortaleza de Sofala (detalhe).

Pedro Barreto de Resende, [Sofala], in António Bocarro, Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental, [1635], est. I. Biblioteca Nacional de Portugal, <<https://purl.pt/27184>>

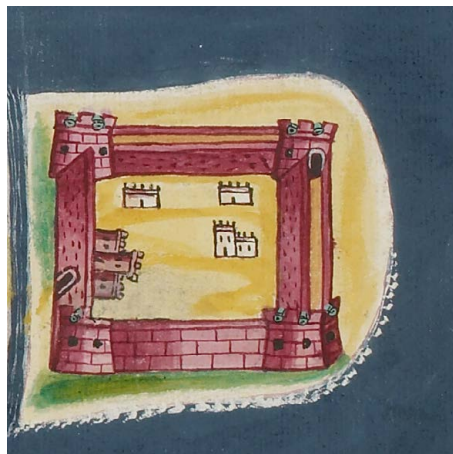


Fig. 4 Fortaleza de Ormuz (detalhe)

Pedro Barreto de Resende, 'Ormvs', in António Bocarro, Livro das Plantas de Todas as Fortalezas cidades e povoações do Estado da Índia Oriental, [1635]. Biblioteca Nacional de Portugal

Ambas as fortalezas foram representadas por Pedro Barreto de Resende no *Livro das Plantas de todas as Fortalezas*⁶, Estes desenhos recorrem a códigos uniformizados: os edifícios são representados de forma homogénea e, embora não correspondam diretamente à realidade, permitem identificar a localização e a natureza dos principais equipamentos.

As fortalezas de Sofala e Ormuz surgem representadas de forma semelhante — planta quadrangular, torreões nos ângulos e a porta num dos panos de muralha — configuração próxima da solução de Sofala, mas não de Ormuz. Em Sofala identificam-se ainda outros elementos, como a igreja, os poços, o cruzeiro e as casas da povoação que se distinguem pelos tons térreos [Fig. 3]. Em Ormuz reconhecem-se as duas ermidas no extremo da ilha, o minarete, e diversas construções urbanas, representadas a branco, sem destaque particular [Fig. 4].

Interpretação — o desenho como ferramenta de investigação

Considera-se que a representação deverá transmitir algo mais do que as medidas e as localizações das estruturas, esta deverá tornar-se também um testemunho do lugar e do seu impacto no território. Neste estudo, os desenhos foram trabalhados em camadas sucessivas, sempre com o lugar e a cartografia histórica em mente.

As representações resultam da interpretação das fontes, não só no conteúdo, mas na própria linguagem gráfica — nomeadamente na escolha cromática e nas texturas, informadas pela análise das imagens históricas. As abordagens adotadas refletem as diferenças entre dois contextos com características climáticas, geográficas, orográficas, topográficas distintas.

A água é o vínculo que une estes lugares, cada um contacta com este elemento de forma distinta. Em Sofala, a água transformava continuamente



Fig. 5 Sofala. Hipótese de reconstituição da ilha de Sofala sobre vista aérea de 2004.



Fig. 6 Ormuz, hipótese de reconstituições das sucessivas transformações da linha de costa, junto à fortaleza, desde o século XVI.

a paisagem líquida, os mangais conferiam-lhe alguma unidade e ajudavam a controlar os sinais e os canais de navegação. Ainda assim, era um lugar de permanência difícil, marcado por rios e cheias abundantes, onde a água alterava os limites, transformando a paisagem a cada dia [Fig. 5]. O território de Ormuz estaria mais protegido das marés, no entanto, escasseavam rios e poços [Fig. 6]. Nas duas fortalezas a água potável era armazenada em cisternas.

Todos estes factores contribuíram para que as representações tivessem resultados diferentes. As linguagens, os elementos gráficos de Sofala traduzem essa materialidade da paisagem viva e em transformação, em Ormuz a terra quente incorpora as cores utilizadas. São ambos portos de influência portuguesa em territórios com origens de outros povos. Em Sofala a povoação indígena não terá tanta presença ao contrário de Ormuz que já era uma cidade multicultural pujante e impactante.

O desenho torna-se, assim, um espaço de síntese, onde se articulam escalas, tempos e linguagens distintas. Neste processo, não se procura uma reprodução literal, mas uma leitura informada, capaz de identificar padrões, relações e possíveis configurações espaciais.

Sofala

Na fortaleza de Sofala, os vestígios remanescentes tornam-se visíveis apenas durante a maré baixa, sendo inexistente os da antiga povoação. As fotografias do século XIX, que documentam o que então subsistia, revelaram-se fundamentais para a construção de uma imagem da fortaleza, ainda parcialmente preservada, com alguns dos seus elementos estruturais, nomeadamente, a torre de menagem, três cubelos, os troços da muralha e alguns espaços interiores.



Fig. 7 1. “Planta da Fortaleza de Sofala” (Antônio de Mariz Carneiro, 1639); 2. Planta da Fortz.a de Sofalla, (1749) (D. Pedro de Almeida Almeida, Marquês de Alorna, vice-rei da Índia, 1744–1780, fl. 292); 3. Sofala, 22 de Julho de 1844, escala 292 braças de comprimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/AHU/CARTM/064/00567; 4. Planta de Sofala e da Fortaleza de S. Caetano, por um oficial da guarnição, 1864 (José Justino Teixeira Botelho, 1936); 5. Planta de Sofala (Augusto Castilho, 1889, estampa XI).



Fig. 8 Planta da fortaleza de Sofala, sobre imagem aérea do Google Earth, 2004.

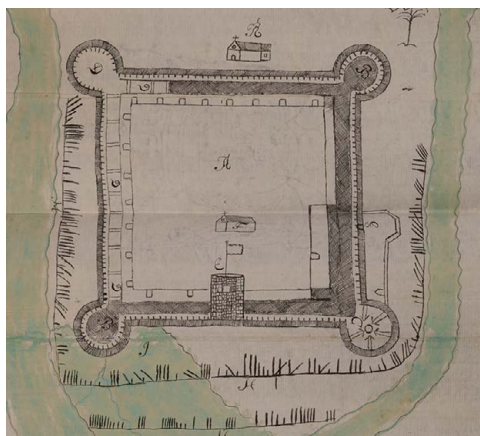


Fig. 9 *Planta da Forteza de Sofalla*, 1749.
“Livro do Governo da India e Africa Oriental” fl. 292, de D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, vice-rei da Índia de 1744 a 1750.
(C. R. Boxer Collection, Indiana University)

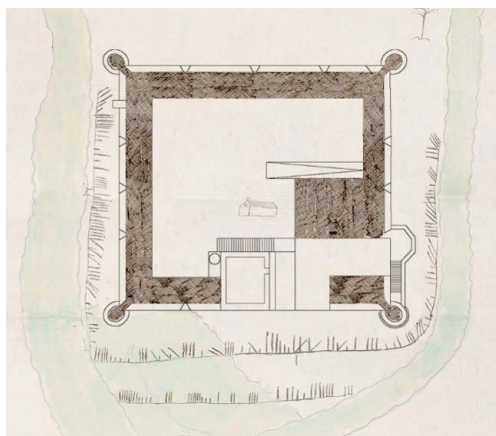


Fig. 10 Desenho das planta de cobertura da fortaleza de São Caetano trabalhada a partir destas referência e fontes.

O cruzamento destas imagens com as descrições históricas (frequentemente divergentes nas medidas), bem como com os levantamentos de época, permitiu estabelecer uma base interpretativa para a reconstituição. Estes dados foram transpostos para desenho vectorial, constituindo um suporte de trabalho rigoroso, ainda que assente em fontes de precisão variável.

Procedeu-se à montagem de diferentes representações do mesmo objeto de estudo, procurando coloca-las à mesma escala, com as devidas reservas quanto ao rigor métrico das fontes originais⁷ [Fig. 7]. A análise cronológica dessas representações evidenciou transformações na configuração da fortaleza, sugerindo que alguns elementos, como os cubelos, terão sido reconstruídos ao longo do tempo. A comparação entre as fontes revelou, por exemplo, que um dos cubelos apresenta dimensões distintas dos restantes, um dado relevante para o processo de reconstituição. Verificou-se que este cubelo, junto à entrada, integrou, a par da torre de menagem, a primeira fase da construção da fortaleza, atribuída a Manuel Fernandes, feitor / capitão interino, iniciada em 1506.

O recurso às imagens aéreas do Google Earth, permitiu identificar vistas anteriores à degradação mais acentuada das ruínas. Verificou-se que, em 2004, a fortaleza ainda apresentava alguma legibilidade. Esta informação foi essencial para a definição da implantação e orientação do conjunto em relação aos pontos cardeais [Fig. 8].

As fontes gráficas que serviram de base ao trabalho foram também determinantes na definição da linguagem de representação. A planta pertencente à colecção de Charles Boxer⁸, datada de 1749, foi um importante ponto de partida para a escolha de soluções gráficas, nomeadamente, de tramas, cores, expressões, entre outras [Fig. 9]. Estes elementos foram reinterpretados e integrados nos desenhos finais, que se afirmam como uma leitura contemporânea de uma realidade histórica, articulando dimensões materiais e imateriais. Para além da fortaleza, a análise estendeu-se à ilha e ao território envolvente, recorrendo igualmente a imagens aéreas, de modo a compreender a relação entre o conjunto edificado e o seu contexto geográfico [Fig. 10].

Ormuz

A cidade actual de Ormuz serviu de base a um exercício interpretativo do tecido urbano, com carácter especulativo. Para a construção desta base, recorreram-se a vistas aéreas recentes (Google Earth, 2024), sobre as quais foi redesenhado todo o cadastro da cidade existente, uma vez que os levantamentos disponíveis se revelavam incompletos ou desatualizados [Fig. 11]. Este desenho vectorial constituiu a principal ferramenta de trabalho para a análise da transformação urbana desde o século xv, permitindo uma leitura mais clara e consistente da morfologia urbana [Fig. 12].

Outras fontes cartográficas, como as plantas do capitão Arthur William Stiffe⁹, foram igualmente analisadas e integradas no desenho [Fig. 13]. A partir destas, foram identificados os eixos estruturantes da cidade e analisado o traçado viário actual, onde se reconhecem diferenças subtis entre os sectores nascente e ponte: o primeiro apresenta uma malha mais regular e densa, enquanto o segundo revela maior irregularidade.

Verificou-se, ainda que o eixo norte-sul actual corresponde a uma intervenção relativamente recente, associada à melhoria dos acessos à zona norte da cidade. A leitura do parcelamento sugere a continuidade anterior dos lotes, levantando a hipótese de que o eixo central representado por Manuel Godinho Éredia¹⁰, teria uma expressão mais axial no centro da malha urbana [Fig. 15].

Com base nestas interpretações, propôs-se a localização da mesquita no miolo da malha a nascente, articulada com a praça central. Este eixo prolongar-se-ia através do tecido urbano desembocando no terreiro onde outrora estaria o Palácio do Rei de Ormuz. Este eixo era visualmente rematado pelo torreão do sino no muro sul da fortaleza manuelina.

Definiu-se, assim, uma possível extensão da cidade histórica até um limite sul, a partir do qual os loteamentos mais recentes apresentam maior regularidade. A leitura cruzada entre fontes históricas e o cadastro actual permitiu formular hipóteses de traçado urbano, incluindo eixos transversais que ligariam os portos de nascente a poente, atravessando uma malha densa de ruas estreitas.

Para além da implantação urbana, considerou-se também a evolução da linha de costa ao longo dos séculos, integrando essas transformações na representação através de diferentes camadas gráficas.

Outras fontes iconográficas, como o perfil nascente atribuído a Pieter van den Broecke (1629), permitiram estabelecer relações entre alçado e parcelamento, possibilitando uma leitura comparativa entre a cidade histórica e a contemporânea. Identificam-se em desenho, de forma significativa, correspondências entre os alinhamentos das ruas nascente-poente existentes e a vista nascente do século XVI, reforçando a consistência das hipóteses formuladas [Fig. 16].

Na representação de Manuel Godinho de Éredia, são enfatizados os pontos altos da ilha, a escassa vegetação, a massa montanhosa a sul e uma cidade+fortaleza de dimensão claramente exagerada a norte. A partir desta leitura, procurou-se conferir espessura ao território, articulando curvas de nível com a textura da mancha desenhada. Sobre a base da imagem aérea, sobrepuseram-se estas curvas, utilizando uma paleta cromática inspirada na representação de Éredia, em correspondência com as tonalidades reais da ilha.

Foram igualmente reinterpretados elementos gráficos como a sinalética de indicação do Norte, inspirada na cartografia de Stiffe, integrando-os na linguagem visual do conjunto [Fig. 14].

Reconstituição — o desenho como imagem-síntese

O estudo possibilitou ensaiar um método assente no desenho como ferramenta de análise. Através deste processo, tornou-se possível observar, interpretar e reconstituir estruturas arquitetónicas e urbanas, produzindo um corpo gráfico que sintetiza o conhecimento adquirido.

Este trabalho, alimentado pela investigação desenvolvida, procura, ainda que no domínio da hipótese, conferir uma imagem a estes lugares. O desenho assume, assim, uma dupla função: sintetiza o conhecimento produzido e constitui o meio da sua comunicação.



Fig. 11 Ormuz, vista aérea do Google Earth, 2004



Fig.12 Ormuz, reconstituição da malha da cidade no século XVI-XVII



Fig. 13 Ilha de Ormuz (detalhe)
W. Stiffe, (1874), *Map showing the position of Hormuz Island, Geographical Magazine*. https://www.qdl.qa/en/archive/81055/vdc_100023320860.0x000002

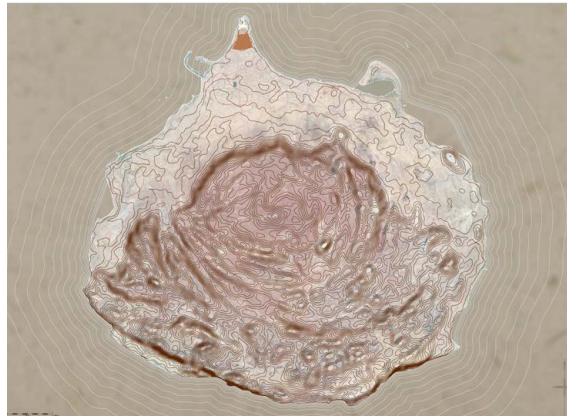


Fig.14 Ormuz

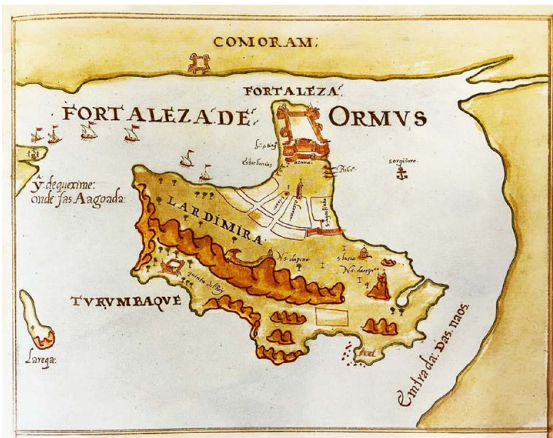


Fig. 15 Manuel Godinho de Erédia.
Livro de Plantaformas das Fortalezas da Índia, c. 1610-1630



Fig. 16 Planta e Perfil nascente de Ormuz, redesenho a partir da vista de Pieter Van den Broecke, Ormovs'.
'Oost-Indien. Het Eylandt Ormous, en Gomeron, op't vaste landt van Persien', 1629, in Willem Philippus Coolhaas (ed.),
Pieter van der Broeck in Azie, 2 vols., facsim. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1962-1963, vol. II, pp. 352-353

A análise da estrutura urbana, em particular, serve de base à formulação de hipóteses que se traduzem em desenhos que representam uma tentativa de síntese. As hipóteses apresentadas levaram à perscrutação de outras épocas também, cujos elementos foram integrados no documento desenvolvido, com vista a um maior entendimento sobre a arquitectura e o traçado urbano.

As imagens resultantes não constituem representações definitivas, mas antes hipóteses abertas, que procuram despertar novas leituras e investigações.

A reconstituição configura-se, assim, como um exercício projetual que, a partir de indícios fragmentários, procura construir uma visão coerente do conjunto. O desenho afirma-se não apenas como meio de representação, mas como instrumento de pensamento — um modo de conhecer, questionar e imaginar o território.

REFERÊNCIAS

- 1 (Portugaliae Monumenta Cartographica, 1960, p. 82)
- 2 Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto de investigação PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: património cultural e portos de escala no Oceano Índico durante a época primo-moderna', (referência FCT/PTDC/ART-DAQ/4357/2021). Sobre os casos de estudo (Sofala e Ormuz), consultar: Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira e Mariana Martins de Carvalho (2025a) e Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira e Mariana Martins de Carvalho (2025b)
- 3 (Mariana Martins de Carvalho, 2022, p. 6)
- 4 (Nadine Gastaldi, 2022, p. 1)
- 5 (Luísa Trindade, 2015, p. 407)
- 6 (António Bocarro, [1635])
- 7 Esta composição compreende as seguintes representações: 1. "Planta da Fortaleza de Sofala" (António de Mariz Carneiro, 1639); 2. Planta da Fortz.a de Sofalla, (1749) (D. Pedro de Almeida Almeida, Marquês de Alorna, vice-rei da Índia, 1744-1780, fl. 292); 3. Sofala, 22 de Julho de 1844, escala 292 braças de comprimento, Arquivo Histórico Ultramarino, PT/AHU/CARTM/064/00567; 4. Planta de Sofala e da Fortaleza de S. Caetano, por um oficial da guarnição, 1864 (José Justino Teixeira Botelho, 1936); 5. Planta de Sofala (Augusto Castilho, 1889, estampa XI).
- 8 (D. Pedro de Almeida Almeida, Marquês de Alorna, vice-rei da Índia, 1744-1780)
- 9 (Arthur William Stiffe, 1874)
- 10 (Manuel Godinho de Éredia, 1610, fol. 4)

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, D. Pedro de Almeida, Marquês de Alorna, vice-rei da Índia (1744-1780). *Livro do Governo da Índia e África Oriental*. [Planta da Fortz.a de Sofalla, 1779]. Charles Boxer Collections, (fl. 292: IU Libraries.
- Bocarro, António ([1635]). *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoaçoens do Estado da Índia Oriental*.
- Botelho, José Justino Teixeira (1936). *História militar e política dos Portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias* (2ª ed. ed.). Lisboa: Centro Tip. Colonial.
- Carneiro, António de Mariz (1639). *Descripçam da fortaleza de Sofala, e das mais da Índia*. (Biblioteca Nacional de Portugal.
- Carvalho, Mariana Martins de (2022). *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*. (Doutoramento). Porto: Universidade do Porto.
- Castilho, Augusto (1889). *Relatorio da viagem da canhoneira "Rio Lima" de Lisboa a Moçambique por Madeira, Tenerife, ... Moma e Angoche*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Éredia, Manuel Godinho de (1610). *Plantas de praças das conquistas de Portugal : feytas por ordem de Ruy Lourenço de Tavora Vizo rey da India*. (Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Gastaldi, Nadine (2022). *La représentation de l'architecture dans les cartes, XVe-XVIIIe siècles. Livraisons de l'histoire de l'architecture*, 43.
- Oliveira, Marta Maria Peters Arriscado de; Carvalho, Mariana Martins de (2025a). *Ormuz*. Porto: FAUP.
- Oliveira, Marta Maria Peters Arriscado de; Carvalho, Mariana Martins de (2025b). *Sofala*. Porto: FAUP.
- Portugaliae Monumenta Cartographica (1960). (Vol. V). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Stiffe, Arthur William (1874, April 1874). *The Island of Hormúz (Ormuz)*. *The Geographical Magazine*, I.
- Trindade, Luísa (2015). *Desenho: discurso e instrumento*. In Walter Rossa; Margarida Calafate Ribeiro (Ed.), *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar* (p. 401-452). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Fundação Calouste Gulbenkian.

PLANO, E PERSPECTIVA DA CIDADE DE S. THOMÉ DE MELIAPOR, E SEOS DOMINIOS, TOMADA PELOS INGLEZES NO OUTV. DE 1749.
ACOR. DE PORTUGAL.

A Cid. de S. Thomé de Meliapor. B Cidade, e sua cidade, e suas fortificações. C Casa para a habitação dos portugueses. D Casa para a habitação dos ingleses. E Casa para a habitação dos franceses. F Casa para a habitação dos holandeses. G Casa para a habitação dos portugueses. H Casa para a habitação dos franceses. I Casa para a habitação dos holandeses. L Casa para a habitação dos portugueses. M Casa para a habitação dos franceses. N Casa para a habitação dos holandeses.



CARTOGRAFIAR UM TERRITÓRIO DE ENCONTROS: SÃO TOMÉ DE MELIAPOR

Presença, memória e transformação na Costa de Coromandel

João Luís Marques

Aqui a cidade foi que se chamava
Meliapor, fermosa, grande e rica;
Os Ídolos antigos adorava,
Como inda agora faz a gente inicia.
Longe do mar naquele tempo estava,
Quando a Fé, que no mundo se publica,
Tomé vinha prégando, e já passara
Províncias mil do mundo, que ensinara.

— Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, canto X

A viagem realizada em janeiro de 2024 constituiu um marco importante no percurso de investigação. Uma semana de trabalho de campo intensivo permitiu reconhecer *in loco* o que subsiste dessa presença, iniciada por volta de 1500, em busca de informações sobre o túmulo do apóstolo Tomé. Inicialmente, o programa da viagem cingir-se-ia à cidade costeira de Chennai; contudo, por sugestão e insistência de quem por lá havia passado anteriormente, e apesar da curta duração da deslocação, este foi enriquecido com a visita a Mahabalipuram, porto do reino Pallava dos séculos VII e VIII, e a Paliacate, porto do império de Vijayanagara (Bisnaga) de onde os portugueses partiram em busca de notícias de São Tomé.

Mahabalipuram, a sul de Chennai, constituía um sítio de elevado valor histórico e arqueológico, tradicionalmente associado ao mito dos “Sete Pagodes”, evocando uma antiga paisagem monumental parcialmente submersa. Mais recuado da costa, o mais antigo farol da Índia, integra um conjunto monumental de arquitectura dravidiana: os mandapas (santuários escavados na rocha, com relevos narrativos), os rathas monolíticos (templos talhados a partir de blocos únicos, com formas que simulam estruturas construídas) e, numa fase posterior, templos estruturais em pedra aparelhada. Encontram-se representações e práticas devocionais associadas a diversas divindades hindus, incluindo Shiva e Vishnu, bem como Durga e Krishna.

Por sua vez, a norte, Paliacate constituía um dos mais antigos portos do Golfo de Bengala, talvez eco do porto referido no Périplo do Mar Eritreu, cuja localização permanece incerta. Aí se estabelecera uma comunidade árabe nas margens da lagoa, ainda sob domínio Chola e, posteriormente, sob a autoridade do Império de Bisnaga, que controlava o território aquando da chegada dos portugueses. Para além das populações locais, encontravam-se igualmente presentes mercadores arménios e outros grupos, envolvidos no comércio de

tecidos pintados e fio de algodão, integrando o porto numa vasta rede mercantil do Índico. Da presença portuguesa subsiste, junto ao bairro de pescadores cristãos, uma capela de invocação a Santo António, em avançado estado de degradação, ameaçando ruína, bem como um retábulo da primitiva igreja quinhentista dedicada a Nossa Senhora, demolida aquando da edificação da nova igreja de Nossa Senhora da Glória, iniciada em 2006.

Desta forma, a visita estendia-se no tempo e no espaço, ao longo de uma extensão de aproximadamente 90 km da Costa de Coromandel. No presente capítulo, tratar-se-á apenas da estada em Chennai.

Partimos para a viagem munido de ‘memórias de outros’ organizadas por categorias: as cartografias históricas, as gravuras e outras fontes iconográficas (inundada num mundo de postais e fotografias), a bibliografia de referência que se ia revelando ao ler teses académicas, diversos textos e artigos científicos e, claro, as palavras que retinha das ditas ‘fontes primárias’.

Construímos um lugar mental, antes de o percorrer!

Viagens de outros

Na estante organizaram-se um conjunto de livros e estudos de áreas afins — história da expansão portuguesa, do património edificado e artístico, com enfoque, no nosso caso de estudo, em São Tomé de Meliapor. Aos estudos portugueses de Luiz Filipe Thomaz, João Paulo Oliveira Costa, Pedro Dias, Rafael Moreira, Walter Rossa e Hélder Carita somaram-se trabalhos mais recentes, como os de José Freire da Silva, *São Tomé de Meliapor em fins do século XVII na stória do Moghor de Niccolau Manucci* (Universidade Aberta, 2014), e de Vera Gaspar Domingues, *Cultura e Património Urbanísticos de influência Portuguesa na Ásia, 1503–1663* (Universidade de Coimbra, 2017), bem como estudos internacionais, como os de Pearson, Subrahmanyam, S. Jeyaseela Stephen, Pius Malekandathil entre outros.

Através desses trabalhos, e do natural processo de pesquisa, foram surgindo outros estudos de investigadores como Alexandra Barreto Xavier, Cristina Oswald, Paulo Aranha e Joaquim Santos, que, nas suas especificidades, contribuíam para a compreensão deste encontro de igrejas cristãs de tradição latina e sirio-malabar. A história da igreja e dos cristãos de São Tomé, as missões do Padroado Português e da Propaganda Fide, bem como o Sínodo de Diamper, constituíam partes integrantes deste campo de investigação, que começou a ser desvendado com a viagem.

Viagens de outros, de outros Tempos

Juntámos ao plano da viagem a viagem de outros. Desde logo, as deslocações relatadas nas inquirições da segunda e terceira décadas de 1500, reunidas nas *Lendas* de Gaspar Correia: de Paleacate à casa do Apóstolo, acompanhados de mercadores arménios. Tal como os primeiros portugueses se fizeram acompanhar na procura de um caminho seguro até São Tomé, também, nesta primeira investida pela Ásia, contámos com um guia local de confiança, que encurtou

percursos e barreiras linguístico-culturais, potenciando ao máximo os dias contados. Diga-se que a visita a Meliapor, pela experiência do guia, poderia realizar-se numa única jornada. Contudo, a natureza da viagem a que nos propusemos exigia outro ritmo, com direito à repetição de lugares e contactos, procurando reunir e trazer o máximo de elementos possíveis para a nossa investigação.

A condição de estrangeiro, inerente à viagem intercontinental, levou-nos também a explorar os testemunhos publicados por César Federici (1587) e Gasparo Baldi (1590), que percorreram o assentamento português no último quartel do século XVI. Desta forma, procurávamos, através desses escritos, antecipar pistas sobre o que investigar naquele lugar, ou, ao menos, reunir memórias da sua transformação ao longo do tempo.

Se a história da presença inglesa e do seu desenvolvimento urbano parecia estar “ordenada” há muito — veja-se, a título de exemplo, os três volumes de *Vestiges of Old Madras* (1913) —, procurar a memória do registo da presença portuguesa pareceria uma missão quase impossível, que se tornou, simultaneamente, um desafio capaz de reunir várias “pontas soltas”.

Cartas, plantas

Recuar no tempo conduziu ao exercício de reconhecimento da transformação do território e da sua estrutura urbana, procurando identificar as formas permanentes. O exercício de *georreferenciar* as antigas cartas, através de uma correspondência visual entre o representado e a situação atual das imagens de satélite, constituiu a primeira etapa — anterior à viagem — seguindo métodos já explorados por outros investigadores.

Lamentavelmente, são poucos os registos gráficos de produção portuguesa disponíveis para a compreensão da estrutura urbana e do território de São Tomé de Meliapor. Não chegaram até nós documentos mais antigos, como a pintura da Casa do Apóstolo de Gaspar Correia, nem a planta da cidade, tomada por Júlio Simão e mencionada numa carta datada de 1621. Já a representação seiscentista de Pedro Barreto de Resende, que integra o *Livro das plantas de todas as fortalezas (...) da Índia Oriental*, é de natureza eminentemente simbólica, ao contrário do texto de Bocarro que a acompanha, o qual oferece uma identificação de elementos-chave da estrutura urbana, como igrejas, bem como apontamentos sobre a organização defensiva.

O *Plano e Perspectiva da Cidade de S. Thome de Meliapor e seus domínios* constitui, portanto, o documento gráfico que apresenta uma paisagem detalhada, permitindo a identificação de igrejas, pagodes, casario, pontes e estruturas militares, ainda que tenha procurado relatar a tomada da cidade pelos ingleses em 1749. Quanto à estrutura inglesa erguida nesse período, ainda se encontram alguns registos gráficos históricos; hoje, permanece apenas o sugestivo topónimo Leith Castle Street.

Num território cuja história ficou marcada pela disputa dos portos, socorremo-nos de cartas de produção francesa da segunda metade do século XVII, bem como de peças desenhadas de origem holandesa, como forma de recuar no tempo. Contudo, foram sobretudo as cartas francesas do século XVIII que permitiram

um entendimento mais alargado do território, ao evidenciar a rede de lugares costeiros articulados com o interior da região. Outras representações cartográficas conferem maior protagonismo a um conjunto de assentamentos urbanos e às suas envolventes, fornecendo informação detalhada sobre a caracterização dos diferentes usos do solo agrícola. Estas incluem legendas pontuais de campos de arroz e salinas, bem como a caracterização dos eixos viários — diferenciando ruas, caminhos e alamedas — e destacam construções significativas de programas diversos: militar, religioso, institucional, proto-industrial e habitacional.

A cartografia inglesa, por sua vez, permitia reconhecer outros aspetos. A sequência de desenhos do forte deixava inferir a relevância da presença portuguesa no seio da comunidade britânica, desde logo na primeira representação, onde surge a igreja dos Capuchinhos (construída antes da catedral anglicana), que servia a comunidade proveniente de São Tomé e deslocada para Madras. Noutras peças desenhadas encontram-se referências a Portuguese Street, Church, Cemetery e até Portuguese Square & Treasury, edificado numa antiga propriedade de um abastado português nas proximidades da Kings' Barracks.

As plantas do início do século XIX evidenciam um maior rigor científico na representação. Destaca-se ainda o facto de, no sopé do Monte Grande, ter sido traçada a primeira linha do grande levantamento trigonométrico da Índia. As plantas analisadas são particularmente atentas à representação do espaço natural, com a identificação clara de cursos de água e lagoas — hoje quase impercetíveis e/ou altamente poluídos — que desempenhavam um papel relevante na qualificação urbana. No que respeita à área de São Tomé, a cartografia inglesa revela uma ocupação mais rarefeita junto à costa e uma maior densidade no interior, permitindo, nas representações mais detalhadas, reconhecer os limites dos antigos quarteirões associados a igrejas de fundação portuguesa.

O desenvolvimento da fotografia acompanhou este período histórico, permitindo a fixação e perpetuação de alguns destes lugares através de postais ilustrados, nos quais se registam dimensões de natureza patrimonial, natural e etnográfica. Tais representações concorrem para o enriquecimento da herança visual destes territórios, cuja valorização constitui um dos propósitos do presente trabalho.

A análise deste corpus iconográfico possibilita não apenas o reconhecimento de lugares até então pouco evidenciados, mas também a identificação de elementos e espaços entretanto desaparecidos, contribuindo para a sua reconstituição histórica. Permite, igualmente, identificar os pontos de vista adotados e compreender as intenções subjacentes — nomeadamente de propaganda e divulgação —, bem como reconhecer práticas e tradições que se prolongam no tempo e que, em certos casos, não se afiguram substancialmente distintas do momento da sua primeira observação direta. Destacam-se, a este propósito, as representações de pagodes hindus, o comércio de rua, o aspeto das habitações vernáculas, a configuração da paisagem litoral, o mar e as condições de embarque características da Costa de Coromandel.

Refira-se, por fim, que este trabalho de identificação e reconstituição é, em diversos casos, viabilizado pela participação em fóruns locais dedicados ao património, cuja colaboração se revela fundamental para a validação, contextualização e aprofundamento da informação disponível.



A Viagem

A nossa viagem teve início em Chennai e foi informada pelo conjunto de materiais anteriormente referidos. Começou com a visita a uma das igrejas de fundação — a Igreja da Luz —, não por acaso aquela cuja data de origem levanta mais dúvidas, apontada para 1516. Trata-se, de forma aparentemente paradoxal, de uma cronologia anterior à intervenção régia de renovação da Casa do Apóstolo, não existindo, até à data, outra prova documental que a comprove para além da duvidosa inscrição epigráfica. Uma lenda — como tantas outras recolhidas ao longo da investigação — encontra-se perpetuada nas paredes do recinto, associando a construção da igreja a frades franciscanos que, navegando ao longo da costa, teriam seguido uma luz que os conduziu até ao local onde edificaram a igreja, num relato em tudo semelhante ao da Igreja de Nossa Senhora da Luz, em Goa.

Também à presença da comunidade jesuíta, que ali instalaria um colégio associado à Igreja de Madre de Deus, se encontra ligada uma memória de natureza lendária, registada por Gasparo Balbi alguns anos após a passagem, em 1545, de Francisco Xavier. Segundo esse relato, um grande tronco de madeira, trazido pelo mar, teria sido utilizado na cobertura de colmo da nova Igreja de São João Baptista, anexa à Casa do Apóstolo. Esta narrativa evoca outra, em múltiplos aspetos semelhante: a da construção da própria Casa do Apóstolo Tomé — um dos doze discípulos de Cristo — que, segundo a tradição, teria percorrido doze léguas transportando o madeiro que serviria para a edificação da sua casa, posteriormente reedificada pelos portugueses a partir de 1523.

Estes dois episódios, independentemente da sua veracidade histórica, evidenciam a importância das crenças e narrativas fundacionais na legitimação da (re)construção daquele lugar de São Tomé, até então associado à tradição siríaco-malabar e hindu. Esta construção, simultaneamente física e simbólica, contribuiria para o crescimento do assentamento português junto à antiga povoação costeira de Meliapor. A sua elevação a cidade e sede de bispado, bem como a adoção da designação São Tomé de Meliapor, em 1606, refletem essa dupla dimensão unificadora.

De facto, a presença portuguesa — hoje pouco reconhecida por uma parte significativa da população — continua a manifestar-se no património religioso edificado, disperso pela cidade e intercalado, tal como outrora, com templos hindus e edifícios de outras confissões. Destaca-se a maior concentração de igrejas na faixa costeira, onde inicialmente se fixou a comunidade portuguesa. Os grandes lotes outrora atribuídos a casas religiosas e seminários encontram-se atualmente ocupados por estabelecimentos de ensino, centros pastorais e o paço episcopal, organizados em torno da antiga catedral, (re)erguida no final do século XIX em estilo neogótico inglês (1896). Situação semelhante verifica-se na Igreja paroquial de São Lázaro, fundada no século XVI, remodelada no século XVII e novamente reconstruída no início do século XX (1928).

A presença das várias igrejas que chegaram até nós no bairro de São Tomé de Meliapor, nas imediações da catedral — Luz, Descanso, Rosário, Santa Rita, São Lázaro e Madre de Deus —, independentemente das sucessivas reformulações de que foram objeto, revelou-se como um conjunto de pontos-chave de ancoragem para o reconhecimento de um tecido urbano que se foi progressivamente densificando, atenuando as distâncias e os vazios que outrora separavam lugares estruturantes.

Percorrer cada uma das antigas igrejas que subsistem naquele território constituiu um exercício de revisitação crítica do que outros já haviam observado e estudado. Em cada uma delas foi possível estabelecer contacto com a comunidade local e compreender, ainda que parcialmente, os processos de ocupação, conservação e transformação em curso. Esta aproximação permitiu reunir diversos testemunhos, registos fotográficos antigos — de natureza institucional e particular —, fotocópias de documentação avulsa e, ainda, identificar exemplares de arte sacra de produção portuguesa e indo-portuguesa. A visita possibilitou igualmente atender à especificidade de cada caso, reconhecendo, contudo, o recurso a uma tipologia arquitetónica comum, que lhes confere um certo “ar de família”: corpos longitudinais abobadados, reforçados por contrafortes; cabeceiras elevadas, cobertas por abóbadas de aresta ou de cruzaria; e remates marcados por coroamentos, medalhões, merlões, pináculos e pequenas torres. A distância temporal entre diferentes campanhas de inventário permite, por outro lado, assinalar o progressivo desaparecimento dos corpos alpendrados em algumas destas igrejas.

A Igreja de Madre de Deus colocava, todavia, problemas de natureza distinta à investigação. O edifício original havia desaparecido, subsistindo apenas a sua fachada, que, à data da visita, se encontrava em profundo processo de renovação. Todo o recinto fora convertido em casa de retiros na década de 1950. No interior

da antiga cerca, um jardim acolhe hoje uma nova igreja em leque, construída em 2000, onde foram integrados os retábulos da igreja primitiva. Tudo indicava que apenas seria possível recuperar memória através do património móvel.

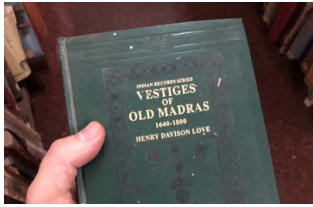
Contudo, a conversa com um dos padres mais antigos da comunidade — particularmente interessado por questões históricas — alterou este cenário. No jardim, após escavação pontual, revelou-se um friso esculpido e algumas lápides tumulares esquecidas, ali depositadas aquando da demolição. No percurso, foi ainda possível identificar uma imagem de Nossa Senhora esculpida em pedra negra que ocupava a ‘torrinha’ da igreja desaparecida e, num suporte de gaiola improvisada, vestígios de um antigo portal de feição manuelina. Perante tais achados, o sacerdote apresentou um conjunto de fotografias do exterior e do interior da desaparecida igreja, articulada em dois corpos, o que viria a permitir o seu posterior reconhecimento noutros fundos documentais analisados após a viagem, nomeadamente nas imagens do inquérito *Baroque Architecture, Tamil Nadu, India* (American Institute of Indian Studies) e nas fotografias do professor Ronald Lewcock. Partilhou, igualmente, alguns apontamentos onde se registava a data de sagração da igreja desaparecida: 8 de setembro de 1576, por frei Alexandre Valignano, S.J.

Revelou-se particularmente significativa a visita à área central de São Tomé, onde se concentram a catedral, o paço episcopal e o centro pastoral. Não tanto pela catedral neogótica — que, à semelhança do que a igreja quinhentista poderá ter feito em relação ao anterior templo multiconfessional, apagou a construção precedente —, nem pelo material de arquivo, cuja localização no Paço não foi possível, apesar do acolhimento e da entrevista concedida.

A sala-museu, anexa à catedral, reúne um conjunto heterogêneo de peças: imagens e ourivesaria de arte sacra, mobiliário e achados arqueológicos, como fechos de abóbada com cruces das ordens de Cristo e de Avis, bem como elementos pétreos cuidadosamente trabalhados — pia batismal, edícula, pedestais, lintéis, entre outros. A proveniência destes materiais é diversa e, em muitos casos, não identificada, embora uma parte significativa seja atribuível à construção primitiva entretanto demolida. Não se localizaram, contudo, descrições do interior da catedral que permitissem compreender as sucessivas campanhas de reforma, nem a localização original de muitos dos elementos hoje ali reunidos.

Numa das vitrines encontrava-se exposto um sugestivo volume intitulado *Antiquities from San Thome and Mylapore* (1936), que, após vários dias de insistência, foi possível consultar. Abriu-se, assim, uma nova linha de investigação a desenvolver no regresso da viagem, e que se perspetiva poder vir a ser aprofundada em trabalhos futuros. Parte da obra é dedicada à participação da diocese na Exposição Missionária do Vaticano de 1925. A reprodução de um conjunto de painéis, compostos por fotografias e postais ilustrados, procurou então cartografar o território e o legado construído, percorrendo as antigas igrejas e destacando o património artístico que reflete o encontro de tradições siríaco-malabares, arménias e hindus.

Cada uma das imagens integradas na exposição é analisada e detalhada, permitindo reconhecer algumas das peças observadas dispersas por outras áreas





da cidade. A obra apresenta ainda os relatórios das escavações arqueológicas de 1923, realizadas na zona da catedral, revelando as fundações da antiga catedral, outrora Casa do Apóstolo.

A presença portuguesa no termo e fora de São Tomé

A viagem reforçou a convicção de que a presença britânica ainda marca, de forma inequívoca, a área metropolitana de Chennai e a sua identidade histórica, fortemente enraizada em Madras. São abundantes as arquiteturas de referente clássico e de gosto eclético inglês — do Forte de St. George aos edifícios institucionais —, amplamente retratadas nas pinturas de várias gerações de artistas, entre os quais se destacam Thomas e William Daniell, que ali estiveram no final da década de 1790. Os seus registos gráficos, posteriormente difundidos através de numerosas gravuras, puderam ser observados no museu do forte, revelando-se também objeto de análise.

A título de exemplo, destaca-se a gravura intitulada *The Armenian Bridge, near St Thomas Mount*, representando o rio Adyar, um local visitado e igualmente figurado na vista oitocentista portuguesa anteriormente referida, junto ao à aí designada ribeira do Monte Grande. Na composição de Daniell, surge em destaque, ainda que em segundo plano, as igrejas do Monte Pequeno, um dos principais lugares de devoção cristã extramuros de São Tomé. Aquela tomada de vista serviria, muito provavelmente, de base a uma outra gravura posterior, naturalmente, reenquadrada. Ali, no século XVI, foi erguida a Capela da Cruz e se desenvolveu um santuário assistido por padres jesuítas. Este conjunto viria a ser profundamente transformado na segunda metade do século XX, com a construção de uma nova igreja de planta centralizada (1972), anexa à capela erguida sobre a primitiva gruta. O próprio título da gravura sugeriria a pertinência de investigar a proximidade entre o espaço cristão e a comunidade de mercadores arménios. Recorde-se, a este propósito, que, segundo a tradição, terão sido estes a conduzir os primeiros portugueses à Casa do Apóstolo. A construção de uma infraestrutura como a ponte permitiria estabelecer a ligação entre a área montanhosa — sacralizada e associada aos bons ares — e a zona produtiva e urbanizada da planície costeira. Ainda que a ponte original tenha sido substituída, a observação in situ confirma a sua encomenda pelo mercador Coja Petrus Uschan, conforme atesta a lápide trilingue (persa, latim e arménio), datada de 1726 e ainda hoje existente.

Esta proximidade e encontros culturais é igualmente evidenciada por outras inscrições identificadas na Capela de Santa Rita, no Monte Pequeno, e no Monte Grande, as quais documentam práticas de patrocínio e devoção partilhadas pelas comunidades portuguesa e arménia nos mesmos espaços.

Desde logo, no **Monte Grande** — lugar já sacralizado antes da chegada dos portugueses — a descoberta, em meados do século XVI, de uma antiga cruz siro-malabar, datável entre os séculos VII e IX, impulsionou a recriação do monte sacro associado ao martírio do apóstolo Tomé, ainda no decurso do mesmo século. A sucessão de episódios considerados milagrosos, amplamente relatados, terá justificado a edificação de novas capelas, tanto católicas como anglicanas,

implantadas no sopé do monte, onde se situavam extensas propriedades e casas de famílias de Madras, conforme documentado na representação portuguesa do século XVIII. Já na primeira metade desse século, o complexo fora ampliado com o patrocínio da comunidade arménia, quer ao nível do corpo edificado, quer mediante a introdução de escadarias ao longo da encosta. A este período poderão também remontar os cruzeiros e o que aparenta ter sido uma capela-calvário com cisterna adossada e terraço panorâmico, outrora existente no cimo do monte que resistiu até meados do século passado. Posteriormente, no local foi erigido um calvário em memória do bispo Louis Mathias. Em 2006, de acordo com inscrição epigráfica existente, o corpo alpendrado, dotado de cruzaria de ogiva, foi objeto de intervenção, tendo as suas três entradas sido reduzidas a uma única, alinhada com o eixo da nave. Mais recentemente, em 2025, a par da elevação do santuário a basílica menor, o complexo primitivo foi novamente ampliado, sendo a nave original ladeada por duas outras de menores dimensões e em plano recuado, concebidas como réplicas da estrutura inicial.

Importa, neste contexto final, sublinhar a relevância de uma atenção crítica às transformações recentes no edificado, particularmente num quadro marcado por tensões de natureza religiosa. Com efeito, tem-se verificado, nos últimos anos, uma intensificação das intervenções no património de matriz católica nestas áreas geográficas, frequentemente orientadas por lógicas de renovação, ampliação ou mesmo substituição de estruturas preexistentes. Estas ações, ainda que por vezes justificadas por necessidades funcionais, pastorais ou pelo crescimento das comunidades, não são neutras do ponto de vista patrimonial e simbólico.

Pelo contrário, tal como no passado, também hoje as intervenções arquitetónicas se inscrevem num campo de disputas identitárias e de afirmação religiosa, no qual o edificado assume um papel ativo enquanto suporte material de memória, pertença e visibilidade. Simultaneamente, contribuem para processos de descaracterização ou mesmo de perda de elementos históricos relevantes, dificultando a leitura das sucessivas camadas de ocupação e comprometendo a integridade dos conjuntos.

Todo este processo de transformação, aqui analisado, evidencia a crescente dificuldade de, no presente, cartografar uma presença progressivamente diluída e afastada no tempo. Permanece, contudo, na arquitetura, a exigência de uma verificação direta — uma aproximação ao território que, à semelhança do caso de São Tomé, convoca o ver como condição do conhecer.

**MAPAS E VISTAS
DE PORTOS DO ÍNDICO
NO FUNDO ANTIGO
DA UNIVERSIDADE
DO PORTO
(SÉCULOS XVI-XIX)**



Fig 1. Sala de leitura da Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, c. 1925.
Negativo vidro, p/b, 18 x 24 cm, gelatina e sal de prata. Coleção Fotografia Alvão, Centro Português de Fotografia, ref. PT/CPF/ALV/024862

LIVROS QUE DESENHAM O MUNDO: O FUNDO ANTIGO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Ana Freitas

Antes de se afirmar como Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto, este acervo foi, acima de tudo, instrumento de ensino. Não nasceu como coleção hermética ou arquivo de memória cristalizada, mas formou-se no seio de uma instituição que procurava responder às exigências científicas e técnicas de uma cidade em plena transformação.

A sua génese remonta à criação, em 1762, da Aula Náutica do Porto, iniciativa de negociantes que entenderam que o saber técnico era condição de sobrevivência económica. Preparar pilotos, formar oficiais, dominar a arte da navegação exigia mais do que experiência empírica: requeria matemática, astronomia, hidrografia. A biblioteca que se foi organizando em seu redor reunia tratados de navegação, compêndios científicos, relatos marítimos e mapas que permitiam estudar o mundo para além da experiência imediata.

A par desta formação técnica, a Aula de Debuxo e Desenho, instituída em 1779, introduziu uma outra dimensão igualmente estruturante. Se a Náutica ensinava a medir o mundo, o Desenho ensinava a representá-lo. Nela se praticava o traçado de cartas geográficas e topográficas, plantas de embarcações, vistas costeiras e perfis de baías, mas também a cópia de gravuras e o estudo das proporções clássicas. O desenho era uma linguagem científica: instrumento de cálculo, de projeto e de observação rigorosa. A biblioteca acompanhava essa exigência reunindo tratados de perspectiva, geometria, arquitetura naval, ornato e figura, bem como atlas ilustrados que serviam de modelo e referência.

Com a fundação da Academia Real da Marinha e do Comércio, em 1803, a biblioteca assume um carácter institucional, ainda que limitado em número e qualidade de obras, como notaria José Silvestre Ribeiro, em 1872¹. Contudo, o momento de viragem dá-se com a extinção das ordens religiosas. Em 1836, no contexto da reorganização dos fundos da Real Biblioteca Pública do Porto, foram entregues à biblioteca da Academia 2.207 volumes de História e Ciências auxiliares². Outras remessas se seguiram, nomeadamente em 1840, já no quadro da Academia Politécnica. Tratava-se, em grande parte, de duplicados provenientes das bibliotecas dos extintos conventos, redistribuídos segundo critérios científicos definidos: matemática, navegação, comércio, agricultura, indústria, geografia, cronologia, história³. Aquilo que poderia ter sido dispersão caótica tornou-se numa reconfiguração estratégica. Começava uma diáspora bibliográfica que moldaria o perfil intelectual da biblioteca e consolidaria o seu lugar enquanto espaço estruturado de conhecimento.

Em 1859-1860, o relatório apresentado por João Batista Ribeiro fixava um retrato expressivo da biblioteca académica: 1.978 obras em 5.171 volumes, distribuídas por História, Matemática, Filosofia, Comércio, Literatura, Desenho e Arquitetura. A leitura desse documento revela não apenas a composição da coleção e o valor de algumas das suas preciosidades, mas também as suas fragilidades: a carência de

dotação para aquisição de obras modernas, a necessidade de uma organização sistemática, o desejo de um catálogo impresso que tornasse visível o que existia nas estantes⁴.

Nos anos que se seguiram, estas preocupações traduziram-se em medidas concretas. Entre os vários documentos conservados no Arquivo da Universidade do Porto relativos à aquisição de livros, destaca-se um registo datado de 30 de junho de 1866 (Fig. 2), que atesta a compra de obras fundamentais de Geodesia, Física, Análise e Economia Política, maioritariamente de autores franceses. A fatura surge emitida em nome da casa da Viúva Moré, cuja assinatura integra já o nome de E. Char-dron, indício das dinâmicas de continuidade e transformação do comércio livreiro portuense na segunda metade do século XIX. A conta discrimina não apenas o valor dos volumes, mas também as despesas de “reliure”, revelando que os livros eram adquiridos brochados e posteriormente encadernados segundo padrões institucionais. O documento não constitui apenas prova de atualização científica; evidencia um esforço deliberado de alinhamento com as correntes europeias e testemunha a inserção da biblioteca nas redes livrescas e culturais da cidade.

A par deste investimento na renovação do acervo, a Biblioteca consolidava progressivamente a sua organização interna. Ao longo da segunda metade do século XIX, a biblioteca afirmou-se não apenas como espaço de estudo, mas como referência de organização e disciplina intelectual. É neste contexto que surge o primeiro regulamento, que determinava a responsabilidade do bibliotecário na conservação das obras, a existência de quatro ordens de catálogo, o registo rigoroso das saídas e entradas de volumes e a elaboração anual de balanços⁵. Os livros não eram apenas guardados: eram classificados, monitorizados, integrados numa arquitetura intelectual que espelhava a própria organização do saber.

Com a criação da Universidade do Porto, em 1911, a biblioteca da Academia Politécnica tornou-se núcleo fundador da biblioteca da Faculdade de Ciências. Herdou-se um acervo que abrangia obras do século XV ao século XIX, incluindo edições de referência da tradição clássica, tratados científicos, compilações de viagens, descrições estatísticas, atlas universais e obras dedicadas aos territórios coloniais. Livros que não apenas descreviam o mundo, mas o organizavam simbolicamente — desenhando-o segundo sistemas de medida, coordenadas e hierarquias de conhecimento.

O levantamento realizado em meados do século XX aponta já para um acervo com cerca de 100.000 volumes. Entre eles figuravam edições raras e coleções completas das Obras Gerais de autores como Euler, Gauss, Laplace, Newton ou Poincaré. A biblioteca adquiriu e recebeu ainda importantes doações de professores e das suas famílias, como as de Rodrigues de Freitas, Gomes Teixeira, Duarte Leite, Francisco de Paula Azeredo, Silva Albuquerque, Sebastião e Silva ou Sciapão Gomes de Carvalho⁶. Cada doação representava mais do que um acréscimo quantitativo: era a incorporação de uma memória intelectual individual no corpo coletivo da instituição.

ACADEMIA POLYTECHNICA		
1. <i>Revue de Géométrie</i>	1	4,000
2. <i>Revue de Physique</i>	1	1,200
3. <i>Revue de Chimie</i>	1	4,000
4. <i>Revue de Mécanique</i>	1	1,000
5. <i>Revue de Astronomie</i>	1	1,000
6. <i>Revue de Géologie</i>	1	1,000
7. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
8. <i>Revue de Droit</i>	1	1,000
9. <i>Revue de Littérature</i>	1	1,000
10. <i>Revue de Philosophie</i>	1	1,000
11. <i>Revue de Histoire</i>	1	1,000
12. <i>Revue de Politique</i>	1	1,000
13. <i>Revue de Économie</i>	1	1,000
14. <i>Revue de Statistique</i>	1	1,000
15. <i>Revue de Sociologie</i>	1	1,000
16. <i>Revue de Psychologie</i>	1	1,000
17. <i>Revue de Biologie</i>	1	1,000
18. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
19. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
20. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
21. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
22. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
23. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
24. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
25. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
26. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
27. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
28. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
29. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
30. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
31. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
32. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
33. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
34. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
35. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
36. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
37. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
38. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
39. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
40. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
41. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
42. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
43. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
44. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
45. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
46. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
47. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
48. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
49. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
50. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
51. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
52. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
53. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
54. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
55. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
56. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
57. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
58. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
59. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
60. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
61. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
62. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
63. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
64. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
65. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
66. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
67. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
68. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
69. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
70. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
71. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
72. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
73. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
74. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
75. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
76. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
77. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
78. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
79. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
80. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
81. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
82. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
83. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
84. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
85. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
86. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
87. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
88. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
89. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
90. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
91. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
92. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
93. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
94. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
95. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
96. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
97. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
98. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
99. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
100. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
101. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
102. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
103. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
104. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
105. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
106. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
107. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
108. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
109. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
110. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
111. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
112. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
113. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
114. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
115. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
116. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
117. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
118. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
119. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
120. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
121. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
122. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
123. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
124. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
125. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
126. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
127. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
128. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
129. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
130. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
131. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
132. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
133. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
134. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
135. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
136. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
137. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
138. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
139. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
140. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
141. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
142. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
143. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
144. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
145. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
146. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
147. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
148. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
149. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
150. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
151. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
152. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
153. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
154. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
155. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
156. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
157. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
158. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
159. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
160. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
161. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
162. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
163. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
164. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
165. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
166. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
167. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
168. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
169. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
170. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
171. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
172. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
173. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
174. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
175. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
176. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
177. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
178. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
179. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
180. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
181. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
182. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
183. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
184. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
185. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
186. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
187. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
188. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
189. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
190. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
191. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
192. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
193. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
194. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
195. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
196. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
197. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
198. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
199. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
200. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
201. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
202. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
203. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
204. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
205. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
206. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
207. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
208. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
209. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
210. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
211. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
212. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
213. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
214. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
215. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
216. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
217. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
218. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
219. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
220. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
221. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
222. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
223. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
224. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
225. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
226. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
227. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
228. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
229. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
230. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
231. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
232. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
233. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
234. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
235. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
236. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
237. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
238. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
239. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
240. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
241. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
242. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
243. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
244. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
245. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
246. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,000
247. <i>Revue de Pharmacie</i>	1	1,000
248. <i>Revue de Chirurgie</i>	1	1,000
249. <i>Revue de Obstétrique</i>	1	1,000
250. <i>Revue de Pédiatrie</i>	1	1,000
251. <i>Revue de Hygiène</i>	1	1,000
252. <i>Revue de Médecine</i>	1	1,

Ao longo do século xx, a biblioteca foi também objeto de adaptações físicas e funcionais. Ampliações, reorganização das salas de leitura, aquisição de mobiliário adequado e melhoria das condições de armazenamento acompanharam o crescimento do acervo. Em 1968, no âmbito do III Plano de Fomento, iniciou-se um processo de recatologação segundo a Classificação Decimal Universal, substituindo critérios antigos por métodos compatíveis com uma biblioteca moderna^{7,8}. Esta transição não foi meramente técnica. Ao reclassificar, redefiniu-se a legibilidade do acervo; ao atualizar métodos, evitou-se que a herança acumulada se tornasse opaca às gerações futuras.

No início do século XXI, entre 2004 e 2008, uma nova reestruturação consolidou a organização do fundo por coleções e integrou processos sistemáticos de higienização, acondicionamento e monitorização do estado de conservação⁹. Separaram-se conjuntos, trataram-se materiais, reorganizaram-se espaços, criaram-se circuitos de consulta diferenciados. A digitalização e a disponibilização online ampliaram a presença do acervo, retirando-o do silêncio exclusivo das estantes e inscrevendo-o em novos modos de acesso. Preservar passou a significar também tornar acessível — porque aquilo que é consultado continua vivo no espaço público do conhecimento.

Este trabalho mantém-se nas primeiras décadas do século XXI, assegurando uma linha de continuidade que passou da Reitoria da Universidade do Porto para a atual Universidade do Porto Digital, num processo de adaptação às novas exigências técnicas e organizativas. É neste contexto de continuidade e transformação que hoje se reconhece a Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto, não como herança imobilizada, mas como organismo vivo e vulnerável, que exige vigilância continuada, atualização metodológica e responsabilidade ética. Um acervo esquecido entra rapidamente em declínio — não apenas material, mas também simbólico. Pode perder-se sem ruído, sem incêndio, sem dramatismo. A história demonstra que a destruição do conhecimento nem sempre é abrupta; muitas vezes instala-se lentamente, por desinvestimento, por deslocação de prioridades ou por simples indiferença. Preservar é, por isso, um gesto ativo e reiterado. É decidir, uma e outra vez, que estes livros — impressos há séculos, anotados por professores, manuseados por gerações de estudantes — continuam a ter lugar no presente. Cada intervenção de conservação e restauro, cada catalogação, cada digitalização e cada mostra expositiva reafirma essa decisão. E nessa decisão reside a continuidade da Universidade enquanto comunidade de memória e de futuro.

Ana Freitas, Serviço de Gestão de Documentação e Informação. UPDigital

1 Ribeiro, José Silvestre. 1872. *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Vol. 2. Lisboa: typographia da Academia Real das Sciencias, p. 419.

2 Cruz, António. 1988. *A Biblioteca Pública Municipal do Porto na cidade e na Região*. Bibliotheca Portucalensis, Série 2, n.º 3, pág. 17.

3 Cruz, António. 1988. *A Biblioteca Pública Municipal do Porto na cidade e na Região*. Bibliotheca Portucalensis, Série 2, n.º 3, p. 18.

4 Basto, Artur de Magalhães. 1987. *Memória histórica da Academia Politécnica do Porto. Memória sobre a Academia Real de Marinha e Comércio*. Porto: Universidade do Porto, p. 330.

5 *Catálogo da bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto*. 1883. Porto: Typographia Central, pp. xiii–xv.

6 Faculdade de Ciências do Porto: 1762–1803–1837–1911. 1969. Porto: Faculdade de Ciências, p. 332.

7 Faculdade de Ciências do Porto: 1762–1803–1837–1911. 1969. Porto: Faculdade de Ciências, p. 335.

8 Portocarrero, António. 1969. A reorganização da biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. *Cadernos BAD* (1). <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.1132>

9 Andresen, Maria Teresa. 2007. *Projeto de informatização, digitalização e divulgação do fundo bibliográfico antigo*. *Relatório de actividades*: 2005, 2006, 2007. Porto: s.n.

MAPAS DO OCEANO ORIENTAL E PLANTAS DOS SEUS PORTOS (SÉCULOS XVI–XIX)

João Carlos Garcia

1

Procurar e encontrar os mapas do Índico e dos seus portos, nos séculos XVI e XVII, na Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto, não é tarefa fácil. Nem o grande oceano e as suas costas são espaços importantes para Portugal e para o Porto na época da constituição desse universo bibliográfico, nem a cronologia do tema em estudo neste projeto corresponde à maioria das datas de edição das obras existentes, cuja proveniência remete para as livrarias das comunidades monásticas extintas pelo Liberalismo. As instituições de ensino superior existentes na cidade, desde a Aula da Náutica (1762) até ao estabelecimento da Universidade do Porto (1911), foram reunindo através de incorporações, de aquisições ou de ofertas particulares, manuscritos e impressos, monografias e periódicos, iconografia e cartografia, instrumentos científicos e peças museológicas de muitos e diversos tipos. Atendendo à comunidade de professores e alunos que constituía a escola, todo o acervo revertia para as duas atividades que a justificavam: o ensino e a investigação. Por estas razões se poderá compreender a existência da bibliografia procurada e encontrada ou não encontrada.

A história e os percursos das obras e das imagens que nelas se encontram inseridas são dados por anotações, ex-libris e carimbos, que lembram os antigos possuidores, sejam eles instituições ou particulares, cientistas, bibliófilos ou simples curiosos. As obras mais antigas reúnem nas suas páginas de rosto esses testemunhos de passagem de posse, quase sempre do privado para o público, da função divulgativa ou de entretenimento, para a investigação e o ensino.

No universo da documentação selecionada apenas um particular inscreve o seu nome num atlas inglês datado de 1775, entrando a obra, posteriormente, na Real Biblioteca Pública do Porto, fundada em 1833. É esta instituição que recebe, graças a Alexandre Herculano, muitos tesouros bibliográficos, particularmente do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, mas também do Colégio de São Jerónimo. Na nossa amostra, da livraria do primeiro vieram as *Civitates Orbis Terrarum*, de Braunio (1599) e a *Histoire Générale des Voyages*, de Prévost (1746–1761); da segunda, a *Geographia* de Ptolomeu (1535). À semelhança da Biblioteca Nacional, em Lisboa, a “Biblioteca Portuense” repartiu muitas obras entre instituições públicas, em particular a Real Academia do Porto. São marcas de todas estas instituições que encontramos nos mapas inventariados para esta mostra.

2

Entre globos, mapas, plantas e vistas foram selecionadas trinta imagens. São apenas documentos impressos, avulsos ou insertos em atlas ou monografias, maioritariamente, com datas de edição que abarcam um século — 1730/1830 — ainda que as datas extremas (1535 e 1836) possibilitem um enquadramento mais amplo.

Nessa produção editorial do Século das Luzes destacamos os distintos tipos de atlas: os celestes, os enciclopédicos e os universais, os náuticos ou hidrográficos e os que surgem como complemento dos livros de viagens. Aliás, atendendo às viagens de exploração, que na sequência das desenvolvidas pelos países ibéricos nos séculos XV e XVI, holandeses, franceses e ingleses levaram a cabo nos séculos XVII e XVIII, abundante foi a cartografia encontrada nas diversas histórias universais ou nacionais e, sobretudo, nas volumosas compilações de histórias de viagens divulgadas pelas casas editoriais do norte da Europa.

A questão da língua utilizada na difusão do conhecimento coloca-se neste universo bibliográfico com bastante pertinência, já que a presença de 20 obras em francês monopoliza por completo o conjunto. A importância e o poder da Cultura e da edição francesas em Portugal, nos séculos XVIII e XIX, está bem patente na constituição dos acervos das bibliotecas públicas e privadas. Mas ainda contamos com: três obras em inglês, três em português e um em holandês.

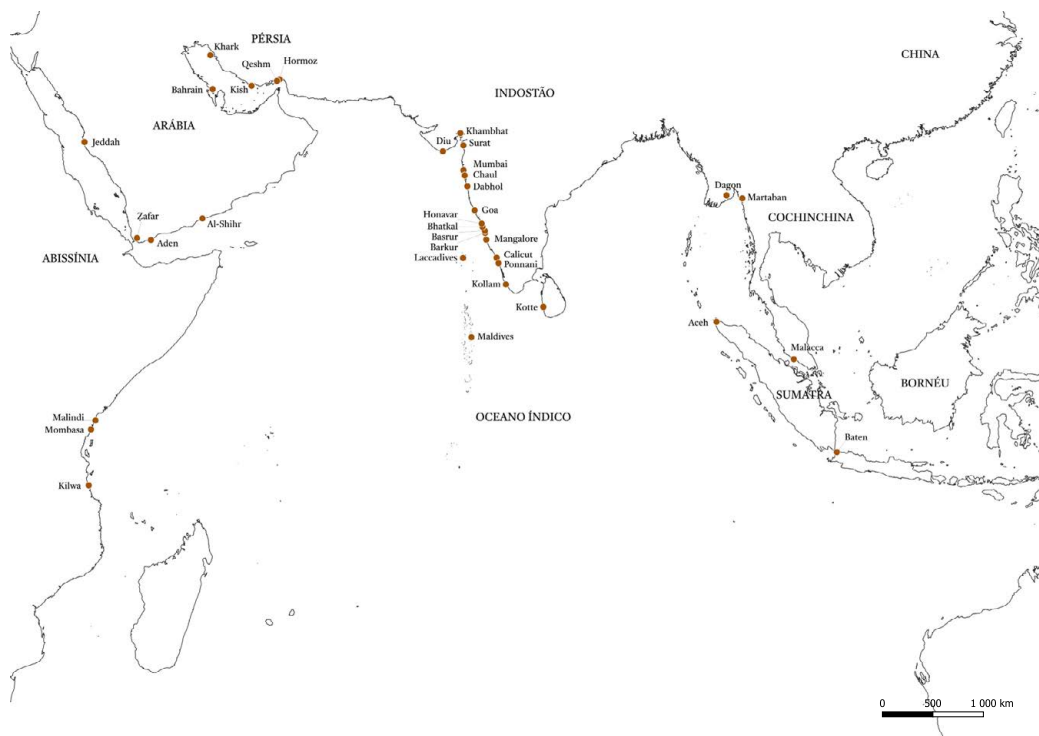
A estrutura da exposição e do catálogo é geográfica, em torno do Oceano Índico, da escala Mundo à escala urbana, passando por cada uma das grandes regiões que recorrentemente surgem figuradas nos mapas: a África Oriental, a Ásia/Índico, o Indostão e o Ceilão.

Procurámos que estivessem presentes de forma destacada, embora o número de imagens seja muito escasso, os cinco núcleos urbanos e também portos marítimos, que constituem o tema central deste projeto: Sofala, Ormuz, Chaul, Jaffna e São Tomé de Meliapor. A partir de vistas ou plantas, foi possível uma aproximação a cada um deles, ainda que as faltas de iconografia conhecida e esperada na coleção sejam significativas, como a *Ásia Portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, *La Galerie Agreeable du Monde*, de Pierre van der Aa ou a *Description de l'Univers*, de A. de Manesson Mallet. Não chegaram a entrar no acervo ou desapareceram das instituições, por variadas razões ?

3

Para a contextualização da densa rede de circulação marítima existente entre os portos do oceano Índico nos séculos XVI a XVIII e da breve coleção de mapas antigos existente no Fundo Antigo da UP, elaborámos três mapas temáticos históricos que correspondem a três momentos na evolução do processo em estudo: a situação antes da chegada dos portugueses em 1497, a presença dos portugueses nos portos do Índico nos séculos XVI–XVII, e a instalação das outras potências coloniais europeias, nos séculos XVII e XVIII.

O primeiro (Mapa 1), tem por base o quadro descrito por Sanjay Subrahmanyam sobre os portos do Índico ocidental, no final do século XV, na sua biografia de Vasco da Gama (1997). Trata-se apenas dos principais e não os localmente existentes que justificavam a intensa navegação de cabotagem. De

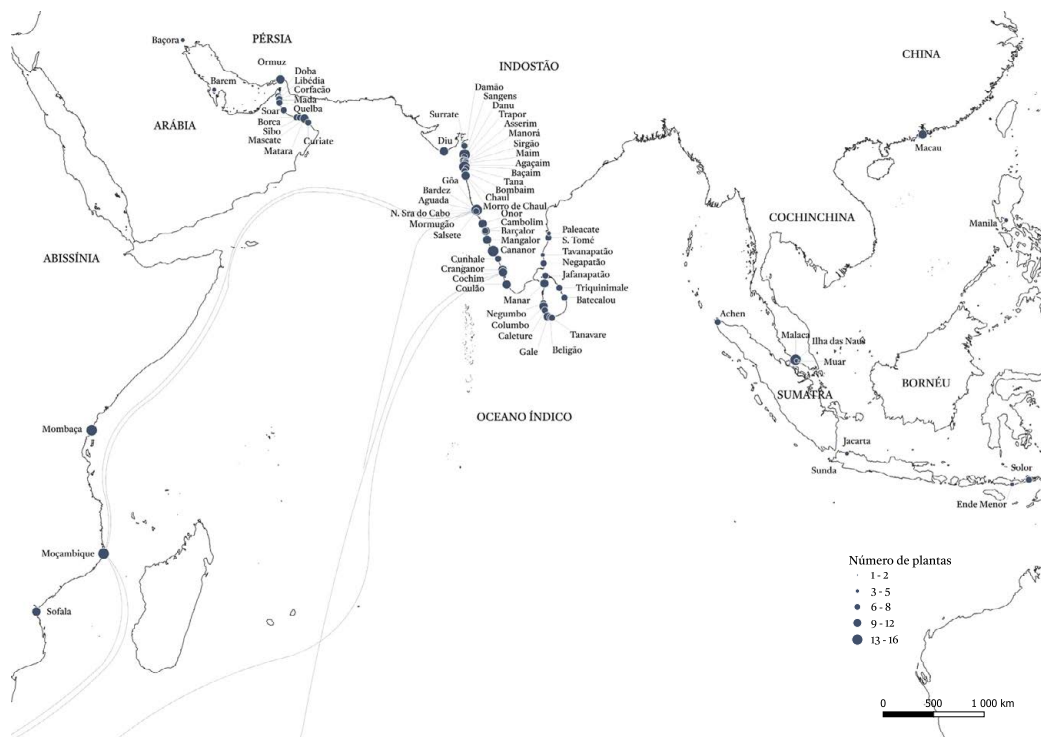


Mapa 1 Principais portos do Índico Ocidental no final do século xv.

Fonte: Sanjay Subrahmanyam — Vasco da Gama, legende & tribulations du vice-roi des Indes. Paris, Chandeigne, 2023, p.

referir as concentrações de portos em determinadas faixas dos litorais africanos e asiáticos, onde os portugueses procuraram tomar posições: na África oriental, entre a foz do Zambeze e a Somália, no Golfo de Aden, no Golfo Pérsico e na fachada ocidental do Indostão, de Diu ao Ceilão, onde a sequência de portos em muito se adensa.

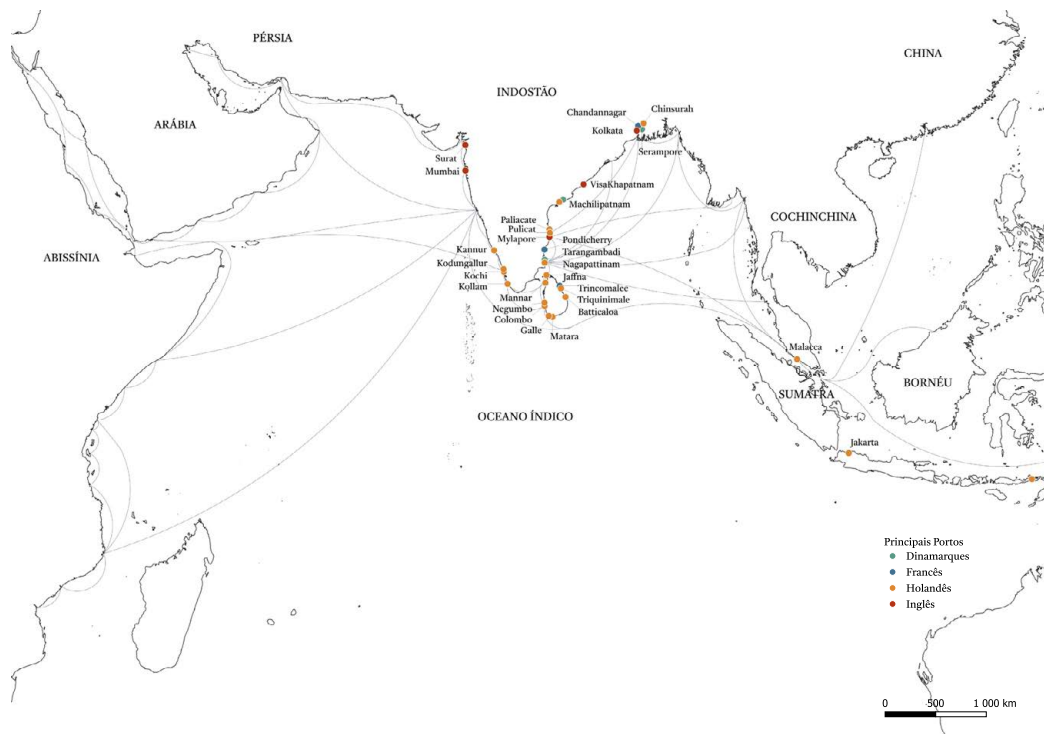
O segundo mapa temático (Mapa 2) foi elaborado para a análise dos Livros e Atlas do Estado da Índia Oriental, de conhecidos cartógrafos portugueses como Pedro Barreto de Resende, António de Maris Carneiro, João Nunes Tinoco, Manuel Godinho de Erédia ou João Teixeira Albernaz I e João Teixeira Albernaz II, com datas entre 1610 e 1675, nos *Portugaliae Monumenta Cartographica*, por A. Teixeira da Mota (vol. V, 1962). Nesta versão, refeita em função da quantidade de plantas existentes para cada um dos núcleos, é possível avaliar o maior ou menor interesse militar e comercial, por parte dos portugueses, por determinados locais (vilas, cidades e portos), áreas e mesmo regiões ao longo dos litorais do Índico, como os estudos de Luís Filipe Thomaz sobre a expansão portuguesa demonstram. É o caso do acesso ao Estreito de Ormuz, apenas na margem da Península Arábica, no atual território de Oman, e não do lado persa, de Quriyat (Curiate) a Dibá (Doba). É o caso da costa do Decão, de Daman (Damão) a Chaul, a da costa do Malabar, de Goa a Kollam (Coulão). É ainda o caso da costa ocidental de Ceilão. A concentração de fortificações portuguesas nestas áreas é notável.



Mapa 2 Portos, cidades e fortificações presentes nos livros e atlas do Estado da Índia Oriental, no século XVII. *Portugaliae Monumenta Cartographica* de Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota. Vol. V, Lisboa, 1962, p. 79-85

O terceiro mapa temático (Mapa 3), contemplando apenas os principais entrepostos marítimos e circuitos de navegação do Índico pertencentes às companhias holandesa, francesa e inglesa das Índias Orientais, permite uma visão geral dos europeus (núcleos populacionais, importantes estruturas militares e feitorias de comércio), durante a decadência da presença portuguesa naquele espaço oceânico, no século XVII. Observamos muitos dos nós da rede de ligações marítimas estabelecidos por Portugal passarem ao domínio holandês e, mais tarde, ao inglês; mas o mais visível é a alteração dos espaços procurados e ocupados. A ilha de Ceilão tornou-se um polo de atração (com a multiplicação de polos de ocupação na costa e no interior) e uma plataforma de distribuição, já que dos seus portos saem e aos seus portos chegam numerosos eixos de comunicação marítima. Já no continente próximo, é agora o litoral oriental do Indostão, e não o ocidental, que concentra os entrepostos holandeses, franceses, ingleses e mesmo dinamarqueses. Os primeiros prolongam a sua influência em direção a Sumatra, às Ilhas de Sonda e às Molucas.

É no final deste contexto geográfico e histórico que na Europa Ocidental se produzem e se difundem centenas de mapas sobre esses espaços longínquos, orientais e exóticos, mas também de ocupação e exploração, e de difusão e conversão religiosa, estudados por Chet van Duzer, no quadro da evolução da Cartografia do Oceano Índico. São alguns deles que encontramos no Fundo Antigo da Universidade do Porto.



1 Presença Europeia não portuguesa nos portos do Oceano Índico no século XVII.

4

Nesta apresentação, o enquadramento do Índico e dos seus portos à escala do globo faz-se entre uma imagem de reconstituição histórica do Mundo Antigo, de Pompónio Mela, numa versão seiscentista de Bertius divulgada nos meados do século XVIII (Fig. 1), em que o mar oceano é apenas um e o sul da Ásia não inclui um sub-continente indiano, e um Mapa Mundo colado em “gomos” sobre um globo de grandes dimensões, construído em Londres, por John Addison, ca. 1825, onde os litorais de todas as grandes massas terrestres se encontram detalhadamente traçados e os portos que neles se repartem são localizados e identificados com precisão.

Complementar do globo terrestre existente no Fundo Antigo da Universidade do Porto é o outro elemento do par, o globo celeste (Fig. 30), do mesmo fabricante e de data muito próxima, também ele dedicado a Jorge IV de Inglaterra. Este instrumento científico e, ao mesmo tempo, exemplo particular de material escolar, recorda o novo céu e os novos astros do hemisfério sul (Fig. 9), que foi necessário identificar, classificar e estudar para estabelecer as novas rotas de navegação, nos oceanos até então pouco conhecidos.

A nossa aproximação ao Índico é feita a partir da África oriental. Primeiro visualizada em mapas de pequena escala que retratam o conjunto do continente, um deles (ca. 1: 23.000.000) existente num atlas universal inglês, dedicado ao Príncipe de Orange-Nassau, de 1775 (Fig. 2); outro (ca. 1: 56.000.000) inserto numa narrativa de viagens, obra francesa de divulgação, de 1788 (Fig. 3). Nos

mapas procuramos Sofala, junto à foz do Zambeze, como importante entreposto entre o eixo de penetração ao longo do vale em direção ao Monomotapa e as ligações marítimas aos portos do Indostão. Mas, onde esse facto se encontra evidente é no mapa intitulado *Empire du Monomotapa et États Voisins*, de maior escala (ca. 1: 8.000.000), de Guillaume Delisle (Fig. 4), incluído no vol. V da *Histoire Générale des Voyages*, de Prévost (1748). Os estados vizinhos ao longo dos litorais, para sul até ao Cabo da Boa Esperança, e para norte até à costa da Somália, conhecem bem os portugueses, pelas trocas comerciais e pelos episódios dos naufrágios, no caminho e volta da Índia (Fig. 5).

Finalmente, a ilha, o núcleo urbano e a fortaleza de Sofala, estão presentes nesta mostra, através de uma das suas mais antigas e difundidas imagens, a presente no I vol. da obra de Braunio, *Civitates Orbis Terrarum*, com edições a partir de 1572 (Fig. 6). Interessante seria contar com as imagens de Sofala na *Cosmographie Universelle de Tout le Monde*, de Belle-forest (1575) ou nas *Embassades Mémoires de la Compagnie des Indes Orientales* (1680), entre outras, inventariadas por Luís Silveira, no seu *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar* (1955).

Assim como o Atlântico sul (o Mar Etiópico) é o oceano da África, e o Pacífico (o Mar do Sul) é o oceano da América, assim o Índico (o Oceano Oriental) é o oceano da Ásia. Recorrentemente, o mapa de conjunto do continente ocupa a metade superior da folha de papel; na metade inferior figura-se o grande espaço da massa oceânica. É o que acontece, quer nas imagens (*Asie*) das edições do último quartel do século XVIII (Fig. 7), quer nas reconstituições históricas (*Asie Ancienne*) dos atlas do primeiro quartel do século seguinte (Fig. 8), sobretudo, quando se trata de pequenas escalas (ca. 1: 50.000.000 e ca. 1: 30.000.000). Os mapas citados são bons exemplos de folhas de atlas gerais e históricos: o primeiro, um atlas enciclopédico (1787); o segundo, um atlas complementar de uma conhecida e divulgada Geografia universal, de Malte-Brun (1812).

Ao aumentarmos a escala (ca. 1: 13.000.000), os títulos tornam-se mais concretos e detalhados (*Carte des costes de Perse, Gusarat et Malabar*), ganhando a imagem em espaço terrestre e perdendo em espaço oceânico (Fig. 10). Trata-se, uma vez mais, de um mapa inserto na *Histoire Générale des Voyages* (vol. I, 1746), de Prévost, que recolhe numerosos e diversos mapas como este, produzido a partir da *Carte Française de l'Océan Oriental*, do conhecido cartógrafo francês Jacques-Nicolas Bellin, como se refere no próprio título.

O enquadramento da ilha, cidade e porto de Ormuz faz-se através do mapa *Royaume de Perse, et Géorgie* (Fig. 11), na escala de ca. 1: 9.500.000, presente no *Atlas Encyclopédique* (vol. II, 1788). A posição do geo-estratégico nó, localizado à entrada do Golfo Pérsico, nas densas redes de transporte, terrestres e marítimas, entre o Indostão, a Península Arábica e o interior da Ásia, particularmente, no que respeita aos principais circuitos no território persa, está bem patente no mapa elaborado pelo cartógrafo francês Rigobert Bonne.

A ilha de Ormuz atacada por Afonso de Albuquerque em 1507 e ocupada pelos portugueses entre 1515 e 1622, está presente nesta recolha por duas das suas mais conhecidas imagens: a divulgada nas edições do vol. I da obra *Civitates Orbis Terrarum*, de Braunio, com edições a partir de 1572, numa página em conjunto

com vistas de Calecute e Cananor, na costa do Malabar, e de São Jorge da Mina, no Golfo da Guiné (Fig. 12); e a vista/planta intitulada *Ville et Isle d'Ormuz* (Fig. 13), que sob um retrato de Afonso de Albuquerque, ilustra uma página gravada da obra do jesuíta Joseph-François Lafitau, *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde* (vol. II, 1733). Mas, para desejáveis comparações entre imagens impressas, lamentamos não ter na coleção as insertas nas edições das *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, e da *Ásia Portuguesa*, de Faria e Sousa.

Até ao início de Quinhentos, os litorais do sul da Ásia alinhavam-se entre a foz do Indo e a foz do Ganges, numa configuração que a Tabula X da *Geographia* de Ptolomeu (Fig. 14) fixara e difundira, primeiro em versão manuscrita, depois em versão impressa, com a redescoberta e tradução da obra na Europa ocidental, um século antes. A tardia configuração piramidal do Indostão, que se alcança com a informação trazida pelo Gama e que Camões lembra em *Os Lusíadas*, constrói-se graças aos mapas portugueses, como o Planisfério de Cantino (1502), multiplicando-se rapidamente na cartografia estrangeira.

No século XVIII, o sub-contidente indiano surge cada vez mais detalhado, com abundantes dados sobre aspetos físicos e humanos das suas regiões, optando os editores por o repartir entre folhas complementares, que se reaproveitam de edição para edição, por vezes com diferentes formatos, e mesmo de obra para obra. É o que acontece no terceiro quartel de Setecentos com o mapa do Indostão (em duas folhas), pelo cartógrafo francês Belin, com escala ca. 1: 9.000.000. Por um lado, a imagem ilustra o volume X da *Histoire Général des Voyages* de Prévost (Fig. 16) ou, não tendo sido colada ou encadernada no volume, faz parte do atlas complementar da obra (Fig. 15). Neste último exemplar, *Carte de l'Inde en dèca du Gange*, refere-se a localização aconselhada para a colocação do mapa: na p. 1 se a edição for in-quarto, na p. 116 se a edição for in-oitavo. Quanto à imagem do volume X (Fig. 16), a *Suite de la Carte de l'Indoustan*, poderá ser redescoberta no volume XVIII de uma *Histoire Universelle* traduzida do inglês e publicada em francês, em Amsterdão e Leipzig, em 1762 (Fig. 17).

Para os primeiros anos do século XIX encontramos mapas do Indostão com escalas menores (Fig. 18 e Fig. 19), que ilustram obras de autores ingleses traduzidas para francês, como é a *Nouvelle Géographie Universelle* de William Guthrie; e com escalas maiores, que revelam os interesses coloniais da França, durante o Consulado, como é o caso da *Carte de l'Inde* (Fig. 20), que encontramos na *Statistique Générale et Particulière de la France et de ses colonies* (1803), com um *Atlas grand in-4º*.

Os dois núcleos populacionais indianos com presença portuguesa desde o início do século XVI selecionados neste projeto foram os portos de Chaul e Meliapor, um na costa ocidental, o outro na costa oriental do Indostão. A posição do primeiro na região envolvente é dada pelo *Plan de Bombay et ses environs* (Fig. 21), originalmente uma carta náutica inglesa de John Thornton reaproveitada na *Histoire Général des Voyages* (vol. IX, 1751), de Prévost. A decadência de Chaul ocorrera há muito e a situação agora periférica do local é facilmente observável. A ocupação inglesa de Bombaim, desde 1665, controlava totalmente a organização deste espaço da costa do Malabar. A vista/planta da cidade

quinhentista de Chaul (Fig. 22), com a sua estrutura urbana, as suas defesas militares, os seus arrabaldes e o seu concorrido porto, está presente através de uma versão incluída na *Histoire des Découvertes et Conquestes des Portugais dans le Nouveau Monde*, de Lafitau (vol. II, 1733).

Para o caso do núcleo e porto de Meliapor, na costa do Coromandel, onde terão aparecido as relíquias de São Tomé (Fig. 24), Apóstolo de Cristo e um dos evangelizadores da Ásia, os testemunhos cartográficos encontrados na coleção são bastante escassos. A cidade próxima, que cresceu e se fortificou com a ocupação colonial inglesa em torno do Forte de Saint George, desde meados do século XVII, foi Madras, hoje Chennai. Na planta que Bellin delineou (Fig. 23), orientada de terra para o mar, numa grande escala (ca. 1: 7.500). Publicada na *Histoire Général des Voyages* (vol. XVII, 1761), de Prévost, recorda-se no seu título a conquista do forte inglês pelos franceses, em 21 de setembro de 1746. O Índico do Século das Luzes conheceu recorrentes conflitos bélicos entre as Companhias das Índias Orientais, que defendiam os interesses geoestratégicos, militares e, sobretudo, económicos, das diferentes potências europeias em confronto.

Um espaço privilegiado para relembrarmos e reconstituirmos essas disputas de cidades e portos, de pessoas e bens, de circuitos terrestres e marítimos, é a ilha de Ceilão. No extremo sul do sub-contidente indiano, identifica-se, inicialmente, como o padrão extremo da primeira navegação portuguesa, depois, passada que foi a Taprobana, o ponto de divisão entre os dois Índicos, o ocidental e o oriental, o Mar da Arábia e o Mar de Bengala, dos atlas escolares do final de Oitocentos.

Esta é imagem que podemos observar na folha dedicada a Ceilão e aos litorais do Malabar e do Coromandel (Fig. 25) no atlas náutico *Le Neptune Oriental* de d'Après de Manneville, de 1775. Assim, na entrada do último quartel do século XVIII, temos já as costas do Indostão (Ceilão incluído) hidrograficamente levantadas com um detalhe extremo (escala ca. 1.900.000). Aproximadamente à mesma escala (ca. 1.800.000), contamos com uma imagem da ilha por Bellin (Fig. 27), “pour servir à l'Histoire Générale des Voyages”, de Prévost (vol. VIII, 1750). Mas, por oposição ao anterior, este é um Ceilão terrestre, repleto de informações, quer físicas (relevo, rede hidrográfica, vegetação), quer humanas (povoamento, unidades políticas e administrativas, toponímia).

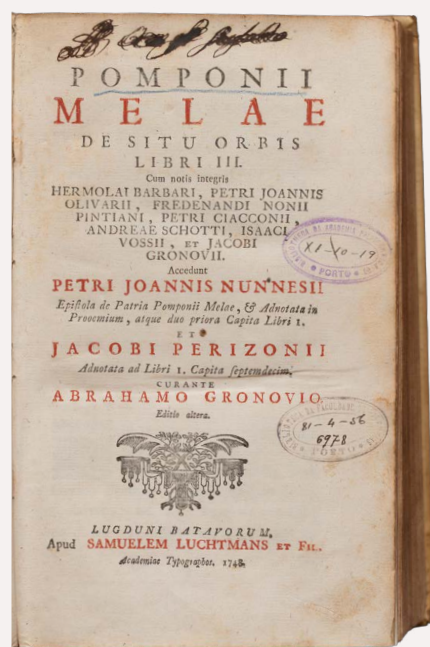
Um particular mapa da ilha é o que ilustra a edição da obra do capitão João Ribeiro, *Fatalidade Histórica da Ilha de Ceilão*, redigida em 1685 e publicada pela Academia das Ciências de Lisboa em 1836. Trata-se de um *croquis* muito geral (Fig. 26), com uma escala de ca. 1: 1.000.000, onde sobre um fundo físico, em que se figuram as principais cadeias montanhosas e os elementos mais destacados da rede hidrográfica, são localizados e identificados numa coluna lateral de topónimos através de números (58): acidentes geográficos, núcleos de povoamento, monumentos e edifícios notáveis e centros de produção económica. Desenhado (ou não) pelo autor do texto, que terá vivido quase duas décadas em Ceilão, a imagem difunde muitos dados sobre a faixa litoral e poucos sobre o interior montanhoso, mais sobre a região sudoeste e pouco sobre o norte. Conhecimento direto e falta dele, na construção do mapa mental e do mapa “real”?

Por fim, a planta/vista de Jaffna (Jaffenapatan), numa escala de ca. 1: 4.200 (Fig. 28), um dos antigos portos de ocupação portuguesa em estudo neste projeto, que ilustra o mesmo volume da *Histoire Général des Voyages*, de Prévost, onde encontrámos, dentro do mesmo “modelo”, a planta de Madras (XVII, 1761). Situada no extremo norte da ilha, a presença portuguesa data do final do século XVI, com um estabelecimento de núcleo urbano e um porto ativo, entre as décadas de 20 e 50 de Seiscentos. A imagem retrata o período de ocupação holandesa da cidade e seus arredores agrícolas, com alguma herança portuguesa, que se estendeu por quase século e meio, até à tomada da ilha pelos ingleses, no final do século XVIII. Uma outra etapa da história mundial da navegação e comércio começava então.

CATÁLOGO







1 BERTIUS, Petrus, 1565-1629

Orbis Terrarum Ex Mente Pomponii Melae / delineatus a P. Bertio Christianissimi Regis Geographo. — Escala indeterminada. — 1 mapa : gravura, p&b ; 17,0 × 16,5 cm em folha de 20,7 × 22,0 cm.

In: Pomponii Melae De situ orbis Libri III. Cum notis integris Hermolai Barbari, Petri Joannis Olivarii, Fredenandi Nonii Pintiani, Petri Ciacconii, Andrae Schotti, Isaaci Vossii, et Jacobi Gronovii. Accedunt Petri Joannis Nunnesii Epistola de Patria Pomponii Melae... et Jacobi Perizonii Adnotata ad Libri I... Curante Abrahamo Gronovio. — Editio altera. — Lugduni Batavorum : Apud Samuelem Luchtmans et Fil., ex typographia Dammeana, 1748. — [Mapa inserido antes p. 1].

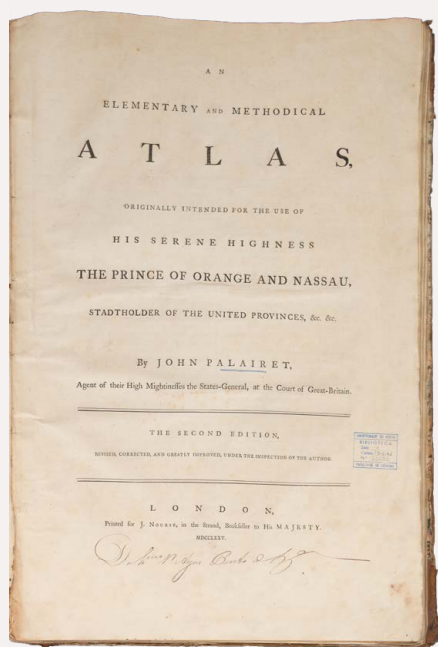
Pert.: "Real Academia do Porto" ; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto".
Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-81-2-7-6978

Page 1.

SEPTENTRIO



II — ÁFRICA ORIENTAL



2 PALAIRET, John, 1697-1774

Africa . — Escala [ca. 1: 22.840.000], 1000 English Miles 69 ½ to a Degree = [7,0 cm] . — 1 mapa : gravura, aguarelada ; 43,3 × 52,2 cm em folha de 52,8 × 64,6 cm.

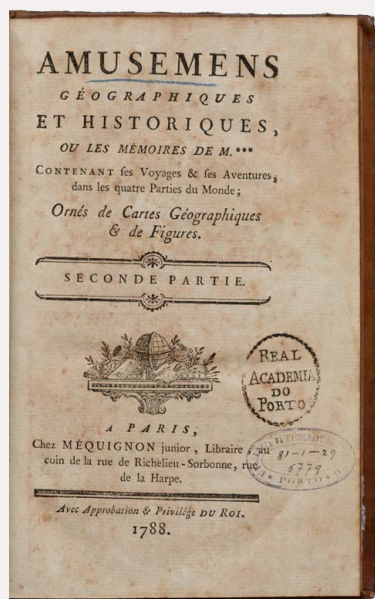
Contém no canto inferior esquerdo a seguinte informação: “Long. West from Ferro” e no inferior direito: “Longitude East from Ferro”.

In: An Elementary and Methodical Atlas, originally intended for the use of His Serene Highness the Prince of Orange and Nassau. Stadtholder of the United Provinces, &c &c / by John Palairet . — The second edition, revised, corrected, and greatly improved, under the inspection of the author . — Londres : Printed for J. Nourse, 1775 . — [Mapa 7].

Pert.: “Do Exmo Sr. Ayres Bento d’Azevedo” ; “B[iblioteca] Portuense, Duplicado” ; “Real Academia do Porto” . — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-141-2-46-50070



II — ÁFRICA ORIENTAL



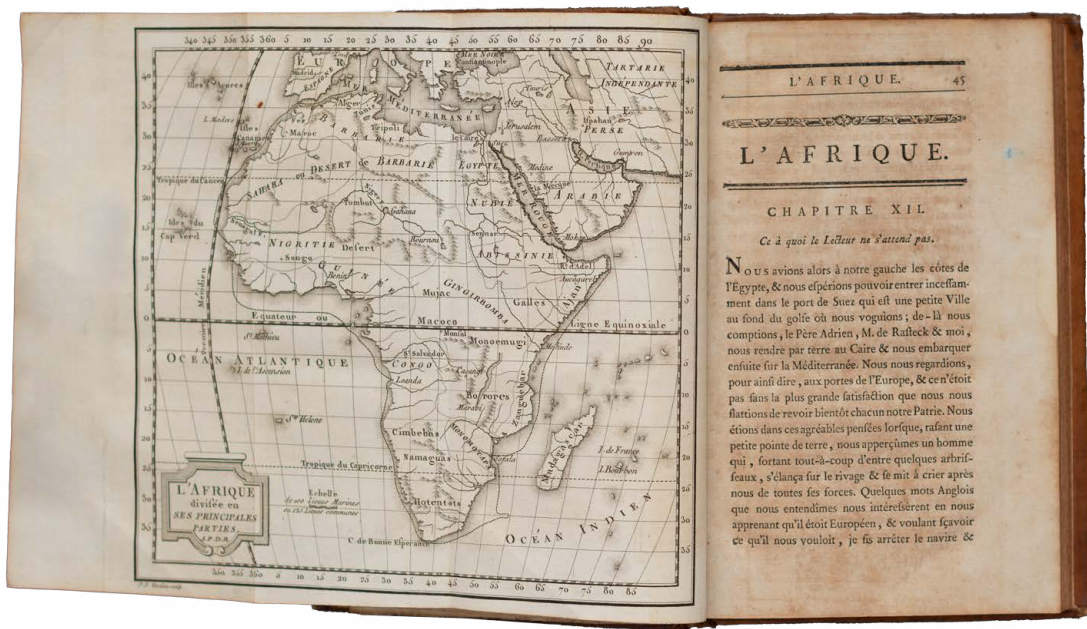
3 L'afrique Divisée en ses Principales Parties

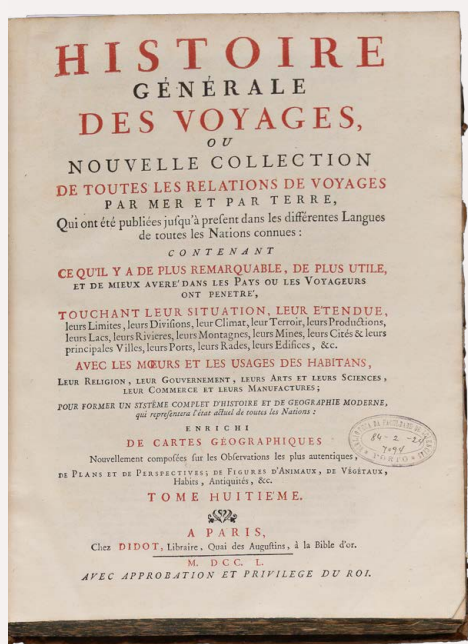
L'Afrique divisée en ses principales parties
/ A.P.D.R. ; P. F. Tardieu sculp. . — Escala
[ca. 1: 55.600.000], 100 Lieues Marines ou 125
Lieues communes = [1,0 cm] . — 1 mapa : gravura,
p&b ; 18,4 × 19,6 cm em folha de 19,8 × 25,5 cm.

Os valores de longitude encontram-se referidos ao
meridiano das Canárias.

In: Amusemens géographiques et historiques, ou
les mémoires de M*** contenant ses voyages & ses
aventures, dans les quatre parties du monde: ornés de
cartes géographiques & de figures... / [P. Navarre]. —
A Paris : Chez Méquignon junior, Libraire, 1788 . — Vol. II,
[mapa inserido entre p. 44-45].

Pert.: “Real Academia do Porto” ; “Bibliotheca da
Academia Polytechnica do Porto”. — Coleção: Fundo
Antigo da Universidade do Porto 4-81-2-9-6779





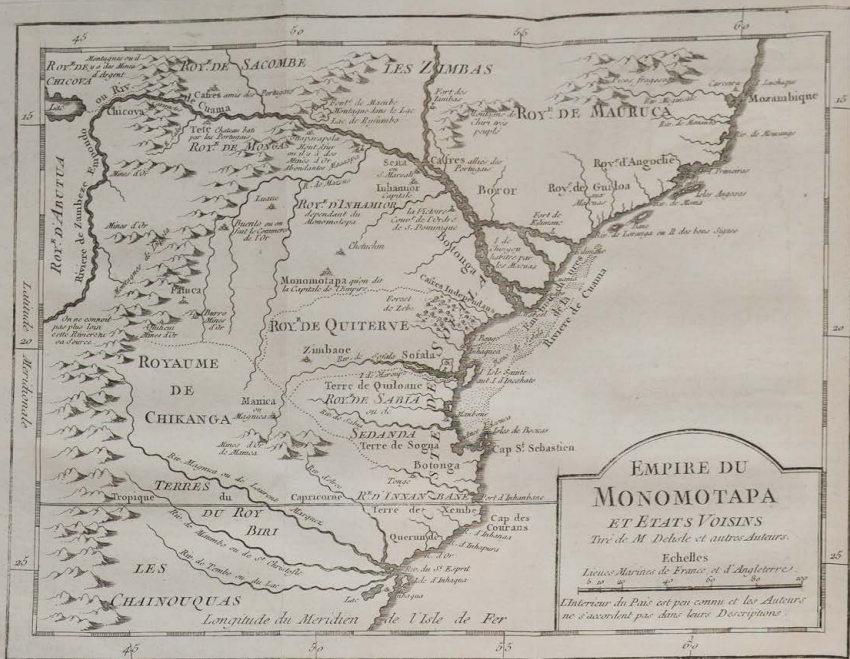
4 DELISLE, Guillaume, 1675-1726

Empire du Monomotapa et Etats Voisins tiré de M. Delisle et autres Auteurs. — Escala [ca. 1: 7.940.000], 100 Lieues Marines de France et d'Angleterre = [7,0 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 20,0 × 26,2 cm em folha de 25,1 × 35,5 cm.

Os valores de longitude encontram-se referidos ao meridiano das Canárias. — Contém a seguinte informação no canto inferior direito: "Tom. V. Nº 14".

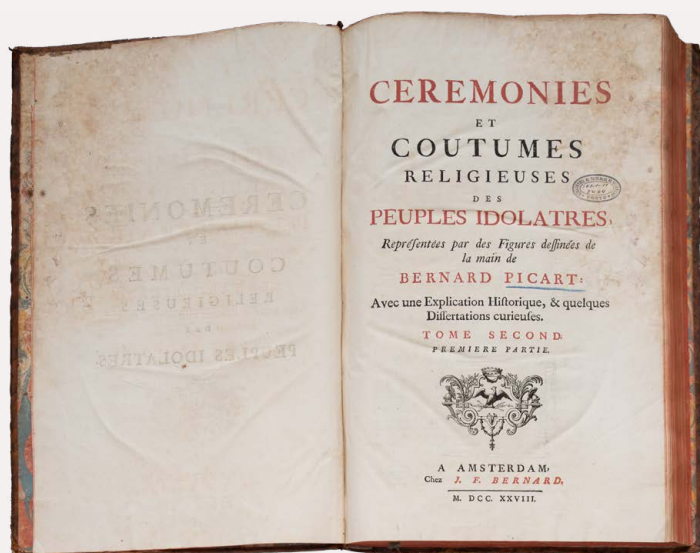
In: Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues de toutes les nations connues; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques / [Antoine-François Prévost]. — A Paris : Chez Didot, 1748. — Vol. 5, [mapa inserido entre p. 218-219].

Pert.: "[Mosteiro de] Sta. Cruz de Coimbra"; "Real Academia do Porto"; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto".
Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-81-5-21-7091



Tom. V. N° 14.





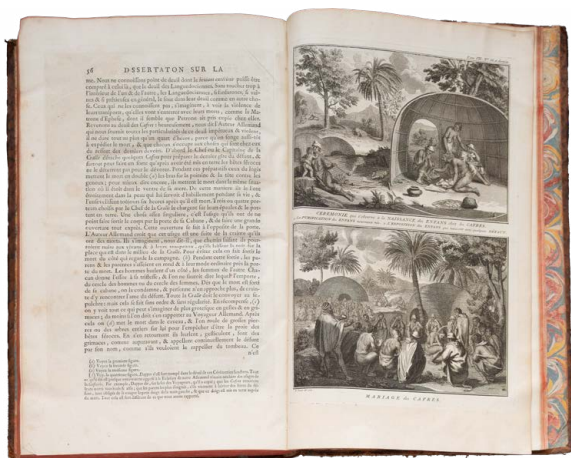
5 PICART, Bernard, 1673-1733

Mariage des Cafres / B. Picart del. . — 1 gravura, p&b ; 15,0 x 20,8 cm em folha de 40,0 x 29,5 cm.

Na sequência da autoria apresenta a seguinte datação: “1729”. — Imagem gravada na mesma página, com: “Ceremonie qui s’observe à la naissance des enfans chez les cafres”. — Contém a seguinte informação no canto superior direito: “Tom VII, nº 58 et dernier”.

In: Ceremonies et coutumes religieuses des peuples idolatres représentées par des figures dessinées de la main de Bernard Picart avec une explication historique, & quelques dissertations curieuses / J.-F. Bernard . — A Amsterdam : Chez J.-F. Bernard, 1728 . — Vol. II, [gravura inserida entre p. 56-57]. A imagem integra a Partie III — Dissertation sur les ceremonies religieuses des Peuples de l’Afrique. O volume II constitui o sétimo e último volume da obra Ceremonies et coutumes religieuses de tous les peuples du monde représentées par des figures dessinées de la main de Bernard Picart avec une explication historique, & quelques dissertations curieuses . — A Amsterdam: chez J.-F. Bernard, 1733-1739”.

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-113-6-18-8464



6 BRAUN, Georg, 1541-1622

Cefala / [Georg Braun] . — Escala indeterminada .
— 1 vista : gravura, aguarelada ; 13,5 × 14,5 cm em
folha de 16,2 × 18,3 cm.

Em exemplares não recortados do fólio original, a imagem
está gravada na mesma página com três outras vistas de
cidades-portos do Índico ocidental: “Aden”, “Mombaza” e
“Qviloa” e, no seu verso encontram-se textos breves sobre
cada um destes núcleos urbanos.

Provavelmente retirado de uma das edições de *Civitates
orbis terrarum liber primus* / Georgius Braun; Franciscus
Hogenbergius . — 1.^a ed. 1572 . — Vol. I, [Mapa 53].

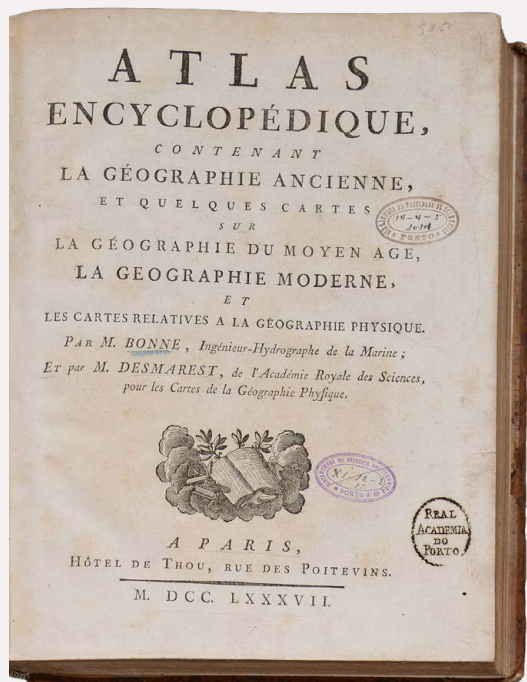
Coleção: Particular



E

213

III — ÁSIA/ÍNDICO



7 BONNE, Rigobert, 1727-1795

Asie / par M. Bonne, Ing.r Hydrographe de la Marine ; Hérissou del. ; André sculp. . — Escala [ca. 1: 50.500.000], 500 Lieues communes de France de 25 au Deg. = [4,4 cm] . — 1 mapa : gravura, p&b ; 23,5 × 34,8 cm em folha de 29,0 × 41,5 cm.

Informação presente na base do mapa: "Longitude du Méridien de Paris".

In: Atlas encyclopédique, contenant la Géographie ancienne, et quelques cartes sur la Géographie du moyen age, la Geographie moderne, et les cartes relatives a la Géographie physique . — A Paris : Hôtel de Thou, 1787 . — Tomo I, [Mapa] 28.

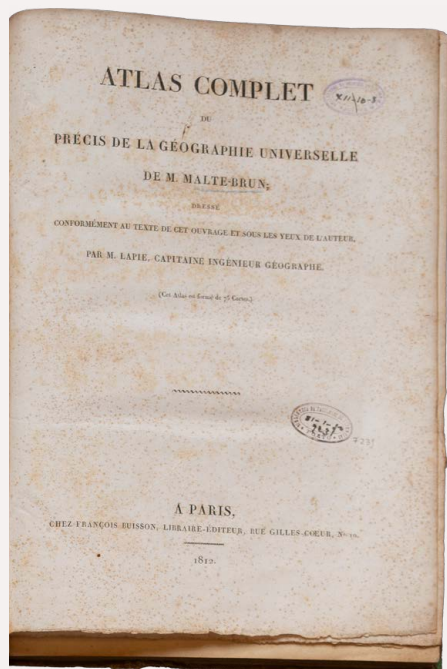
Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-81-6-25-10101

ASIE.

Par M. Bosc, Ing^s Hydrographe
de la Marine.



Longitude de Méridien de Paris.



8 GIRALDON, Jean-Baptiste, 1775?-1820

Asie Ancienne / Ecrit par Giraldon ; Gravé par Chamouim, rue de la Harpe, n° 35. — Escala [ca. 1: 30.000.000]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 22,0 × 30,0 cm em folha de 26,0 × 36,4 cm.

Escala determinada com o valor calculado 3,7 cm para 10° Latitude. — Informação presente no topo do mapa: "Longitude du Méridien de Lutèce".

In: Atlas Complet du Précis de la Géographie Universelle / de M. Malte-Brun... — A Paris : Chez François Buisson, Libraire-Éditeur, Rue Gilles-Coeur, n° 10, 1812. — [Mapa 7].

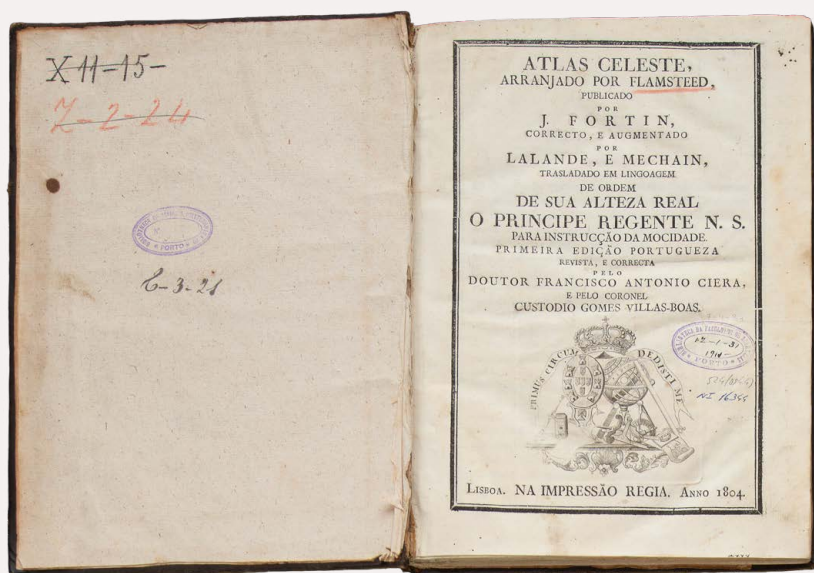
Pert.: "Real Academia do Porto". Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-81-6-28-7231

Longitude du Méridien de Louvre.



Sculp. par l'Académie, sur de la Carte, N. 31.

Sculp. par l'Académie.



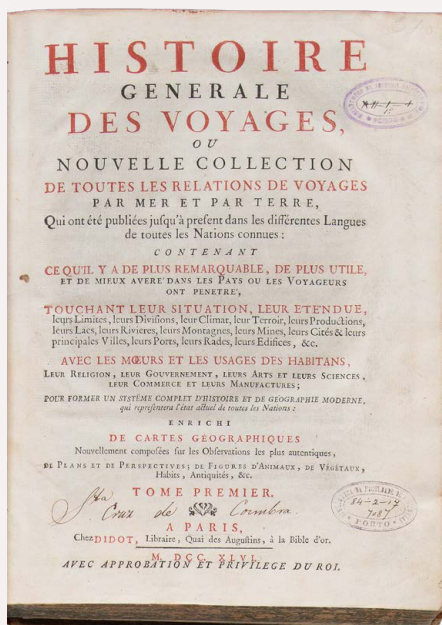
9 FLAMSTEED, John, 1649-1719

Hemispherio XVIII Austral / Neves sc. no Arco do Cego. — Escala indeterminada. — 1 mapa celeste : gravura, p&b ; 17,8 × 22,5 cm em folha de 23,7 × 32,2 cm.

In: Atlas celeste / arranjado por Flamsteed ; publicado por J. Fortin ; correcto, e augmentado por Lalande, e Mechain ; traslادado em lingoagem de Ordem de Sua Alteza Real, o Principe Regente N. S. para instrucção da Mocidade. Primeira edição portuguesa revista, e correcta pelo Doutor Francisco Antonio Ciera e pelo coronel Custodio Gomes Villas-Boas. — Lisboa : Na Impressão Regia, 1804. — [Carta] 28.

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-74-2-33-1915





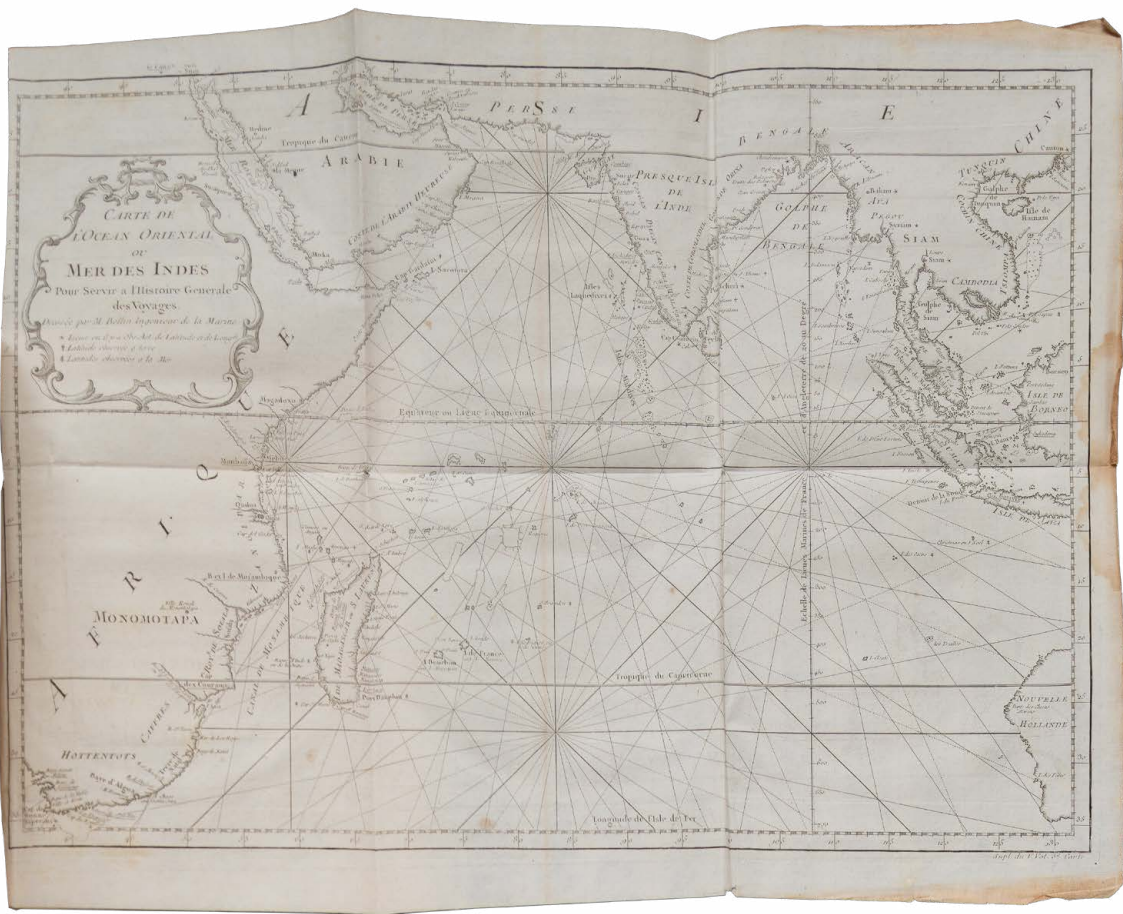
10 BELLIN, Jacques-Nicolas, 1703-1772

Carte des Costes de Perse, Gusarat et Malabar tirée de la Carte Française de l'Océan Oriental publiée par ordre de M.gr le Comte de Maurepas en 1740 / [Jacques-Nicolas Bellin]. — Escala [ca. 1: 13.200.000]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 24,5 × 20,0 cm em folha de 34,8 × 25,4 cm.

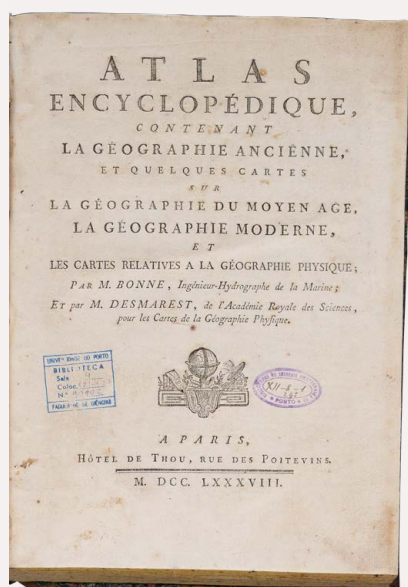
Escala determinada com o valor calculado 4,2 cm para 5° Latitude. — Contém no canto inferior esquerdo a seguinte informação: "Longitude de l'Isle de Fer".

In: Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues de toutes les nations connues; ... pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques / [Antoine-François Prevost]. — A Paris : Chez Didot, 1746. — Vol. I, [mapa] N° 5, [inserido entre p. 34-35].

Pert.: "[Mosteiro de] Sta. Cruz de Coimbra"; "Real Academia do Porto"; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto". — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-81-5-17-7087



IV — GOLFO PÉRSICO



11 BONNE, Rigobert, 1727-1795

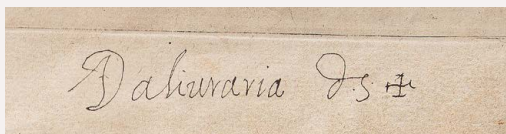
Royaume de Perse, et Géorgie / par M. Bonne, Ingénieur Hydrographe de la Marine ; André sculp. . — Escala [ca. 1: 9.500.000], 240 Milles Géographiques, de 60 au Degré = [4,7 cm] . — 1 mapa : gravura, p&b ; 23,5 × 34,4 cm em folha de 29,9 × 43,0 cm.

Informação presente no topo do mapa: "Longitude du Méridien de l'Isle de Fer" . — E na base do mapa: "Longitude du Méridien de Paris".

In: Atlas encyclopédique, contenant la Géographie ancienne, et quelques cartes sur la Géographie du moyen age, la Géographie moderne et les cartes relatives a la Géographie physique / par M. Bonne et M. Desmarest . — A Paris : Hôtel de Thou Charles-Joseph Panchoucke, 1788 . — Tomo II, [Mapa 86].

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-121-4-27-10102





12 BRAUN, Georg, 1541-1622

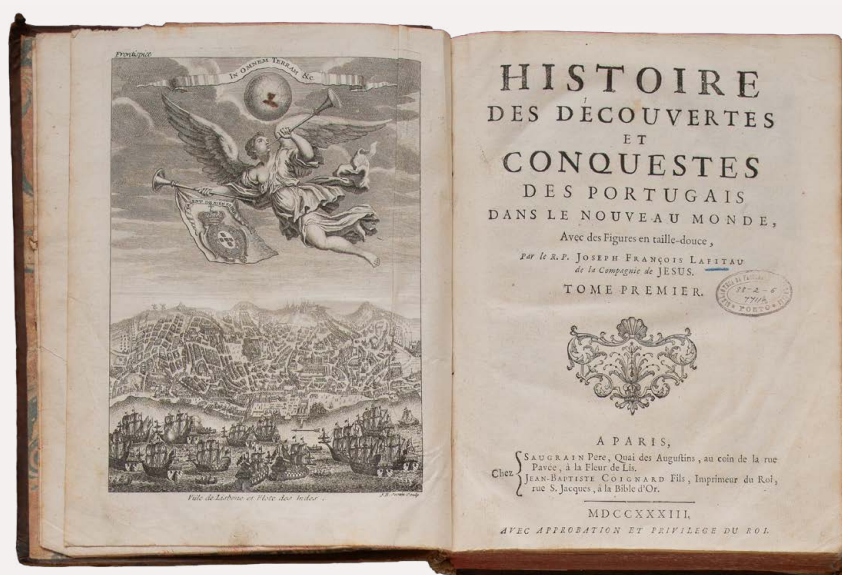
OrmvS / [Georg Braun]. — Escala indeterminada .
— 1 vista : gravura, p&b ; 14,4 × 15,8 cm em folha de
42,5 × 56,0 cm.

A imagem está gravada com duas outras vistas
de cidades-portos do Índico ocidental: "Calechvt
Celeberrimun Indiae Emporivm" e "Cananor", e uma do
Golfo da Guiné, "S. Georgii Oppidum Mina", na mesma
página. — No verso do fólio encontram-se textos breves
sobre cada um dos núcleos urbanos.

In: Civitates orbis terrarum liber primus / Georgius
Braun; Franciscus Hogenbergius. — Coloniae
Agrippinae: apud Bertramum Bochholtz, sumptibus
auctorum, 1599. — [Mapa 54].

Pert.: "Da Livraria de Santa Cruz" ; "Real Academia
do Porto" ; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do
Porto" ; "Biblioteca da Faculdade de Sciencias". —
Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-165-1-25-11346





13 Ville et Île d'Ormuz

Ville et Isle d'Ormuz . — Escala indeterminada .
— 1 vista : gravura, p&b ; 10,0 × 14,0 cm em folha
de 19,0 × 24,5 cm.

Imagem gravada na mesma página, com: "Alphonse d'Albuquerque surnommé le Grand". — No canto superior direito contém a seguinte informação: "Tom. II, page 254".

In: Histoire des découvertes et conquêtes des Portugais dans le Nouveau Monde : avec des figures en taille-douce / par le R. P. Joseph François Lafitau de la Compagnie de Jesus . — A Paris : Chez Saugrain Pere, Quai des Augustins, Chez Jean Baptiste Coignard Fils, Imprimeur du Roi, 1733 .
— Vol. II, [mapa inserido entre p. 254–255].

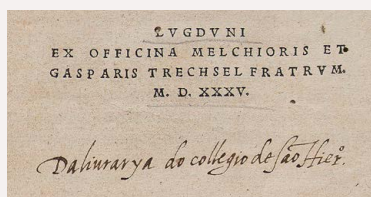
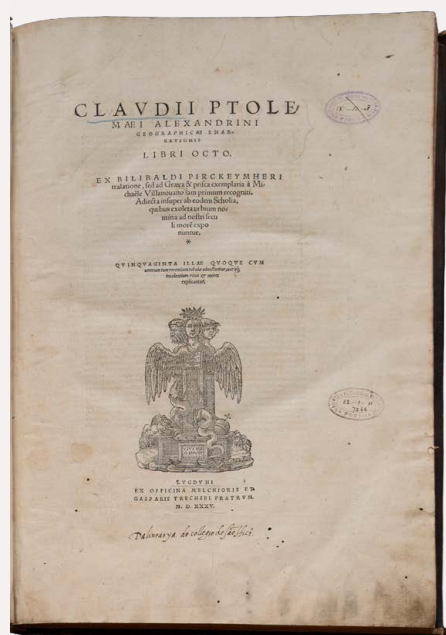
Pert. : "B[iblioteca] Portuense, duplicado" ;
"Real Academia do Porto". — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-95-3-11-7711A



Alphonse d'Albuquerque surnommé le Grand.



Ville et Isles d'Ormuz.



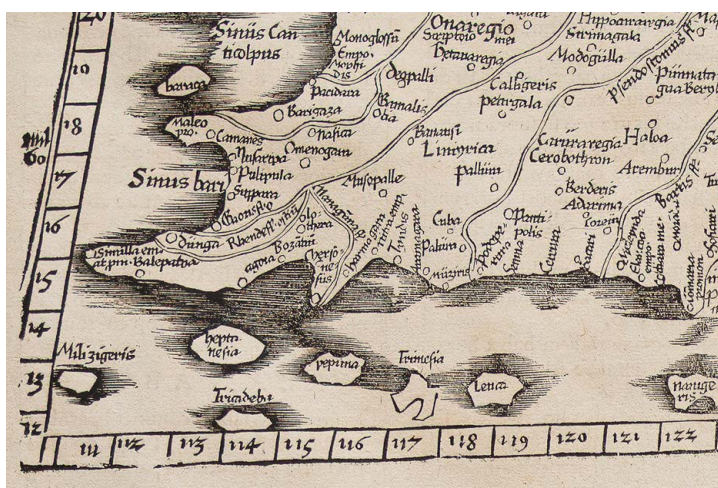
**14 WALDSEEMÜLLER, Martin,
1470-1520, e outros**

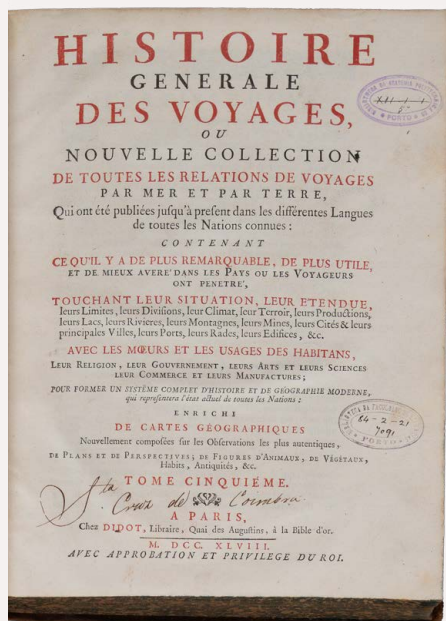
Tabula X. Asiae / [Martin Waldseemüller ; Laurentius Frisius ; Michael Servetus] . — Escala [ca. 1: 9.500.000] . — 1 mapa : gravura, p&b ; 29,7 × 47,5 cm em folha de 40,5 × 56,0 cm.

Escala determinada com o valor calculado 11,7 cm para 10° Latitude. — No verso encontra-se um texto intitulado: "Hae Sunt et Cognitis Totius Orbis. Prouincijs seu Praefecturis quas decima Asiae tabula complectitur. India intra Gangem".

In: Claudii Ptolemai Alexandrini geographicae enarrationis libri octo. Ex Bilibaldi Pirkeymheri tralatione, sed ad graeca & prisca exemplaria à Michael Villanovano iam primum recogniti. Adiecta insuper ab eodem Scholia, quibus exoleta urbium nomina ad nostri seculi more exponuntur. Quinquaginta illae quoque cum veterum tum recentium tabulae adnectuntur uarijsq[ue] incolentium ritus [et] mores explicantur . — Lugduni : ex Officina Melchioris et Gasparis Trechsel Fratrum, 1535 . — [Mapa inserido entre p. 246-247].

Pert.: "Da livraria do collegio de São Hier.º" ; "[B]iblioteca] Portuense, Duplicado" ; "Real Academia do Porto" ; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto". — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-165-1-24-7246





15 BELLIN, Jacques-Nicolas, 1703-1772

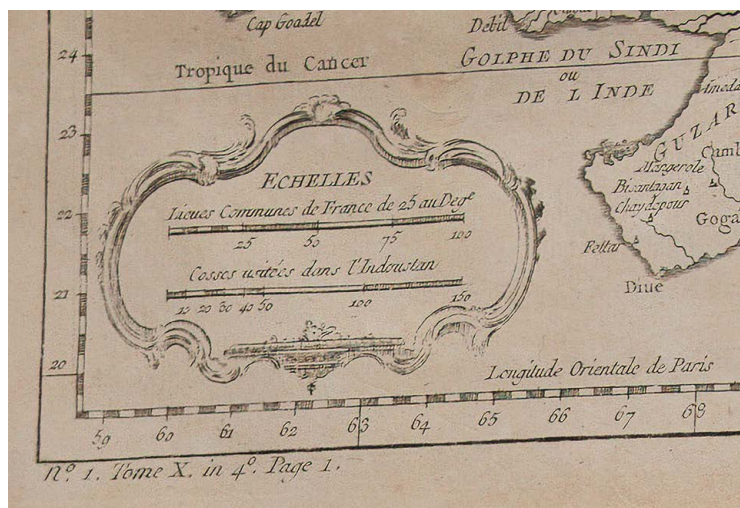
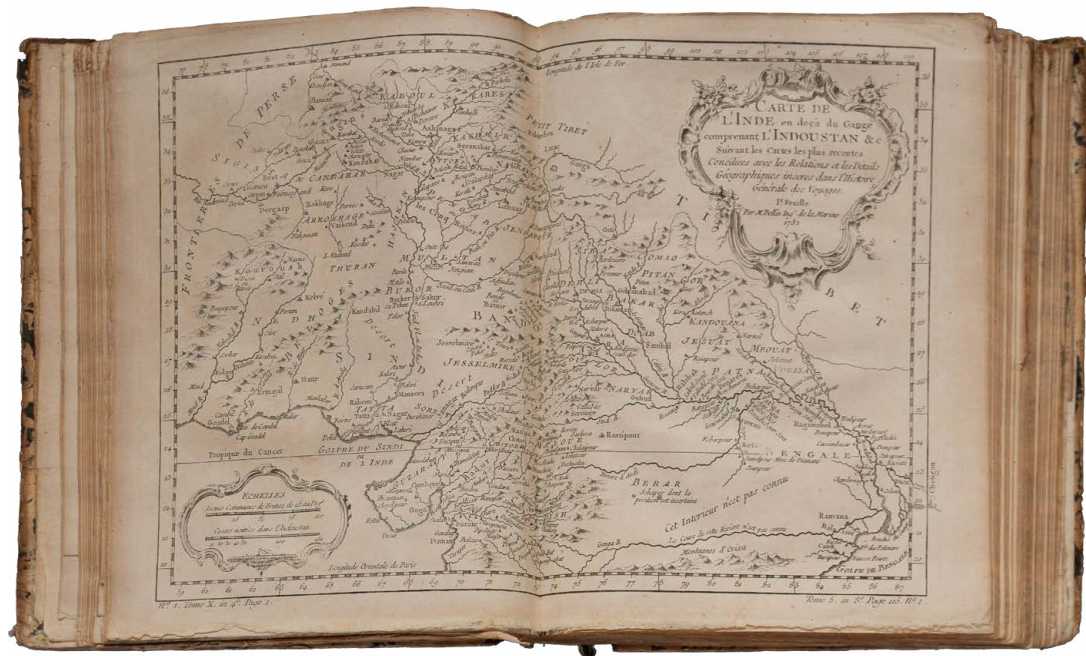
Carte de l'Inde en deçà du Gange comprenant l'Indoustan &c suivant les Cartes les plus recentes conciliees avec les Relations et les Détails Géographiques inseres dans l'Histoire Generale des Voyages : Le Feuille / Par M. Bellin Ing.r de la Marine. — Escala [ca. 1: 8.700.000], 100 Lieues Communes de France de 25 au Deg.e = [5,1 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 22,7 x 33,0 cm em folha de 25,5 x 38,6 cm.

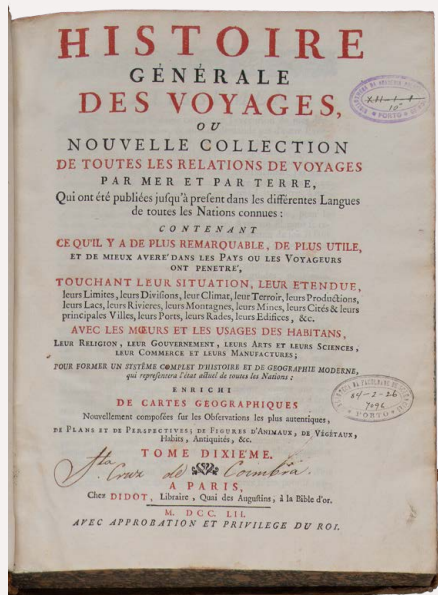
Sob o título e a autoria inclui a seguinte datação: "1752". Refere-se no topo do mapa: "Longitude de l'Isle de Fer". — E na base do mapa: "Longitude Orientale de Paris". — No canto inferior esquerdo contém a seguinte informação: "Tome X, in 4º Page 1". — E no canto inferior direito: "Tome 5, in 8º Page 116, nº 1".

In: [Atlas de Histoire générale des voyages]. s.l. s.n., [1770?]. — [Mapa 22].

Volume complementar da obra Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à present dans les différentes langues de toutes les nations connues; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques... / [Antoine-François Prevost]. — A Paris: chez Didot, 1746-1770. — 19 volumes. — 4-81-5-17-7087 a 4-81-5-35-7105.

Pert.: "Real Academia do Porto"; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto". — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-81-5-36-7106





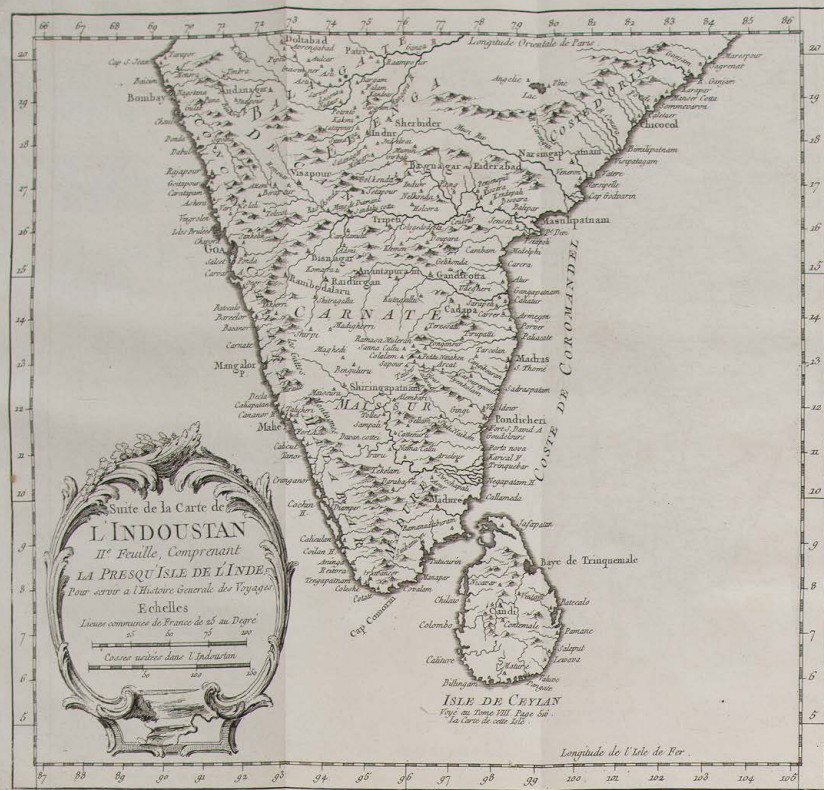
16 BELLIN, Jacques-Nicolas, 1703-1772

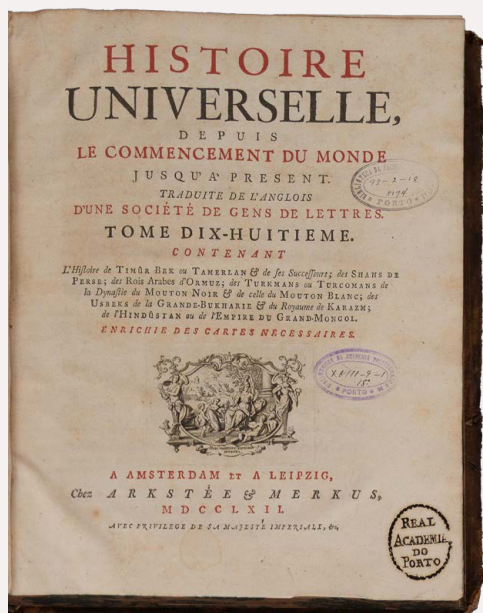
Suite de la Carte de l'Indoustan. IIe Feuille, comprenant la presque Isle de l'Inde. Pour servir à l'Histoire Generale des Voyages / [Jacques-Nicolas Bellin]. — Escala [ca. 1: 8.900.000], 100 Lieues communes de France de 25 au Degré = [5,0 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 22,1 × 24,6 cm em folha de 25,3 × 34,7 cm.

Os valores de longitude encontram-se referidos ao meridiano da ilha do Ferro, Canárias. No canto inferior direito contém a seguinte informação: "Nº I, Tome X. Page 1".

In: Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à présent dans les différentes langues de toutes les nations connues; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques / [Antoine-François Prevost] — A Paris : Chez Didot, 1752. — Vol. X, [mapa inserido no final da introdução].

Pert.: "Sta. Cruz de Coimbra" ; "Real Academia do Porto" ; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto". — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-81-5-26-7096





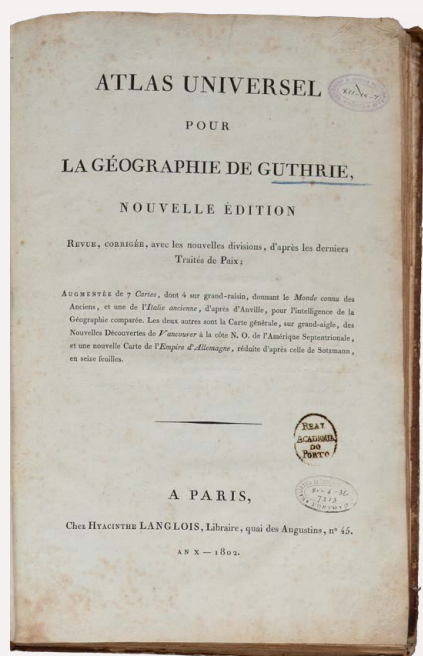
17 BELLIN, Jacques-Nicolas, 1703-1772

Suite de la Carte de l'Indoustan. IIe Feuille, comprenant la presqu'Isle de l'Inde. Pour servir a l'Histoire Generale des Voyages / [Jacques-Nicolas Bellin]. — Escala [ca. 1: 8.900.000], 100 Lieues communes de France de 25 au Degré = [5,0 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 22,6 × 24,2 cm em folha de 25,0 × 38,8 cm.

Os valores de Longitude encontram-se referidos ao meridiano das Canárias.

In: Histoire universelle, depuis le commencement du monde, jusqu'a present. Traduite de l'anglois d'une Société de Gens de Lettres. Nouvelle edition, revue, corrigée considérablement . — Tome dix-huitieme, contenant l'histoire de Timur Bek ou Tamerlan & de ses successeurs; des shahs de Perse; des rois Arabes d'Ormuz; des Turkmans ou Turcomans de la dynastie du Mouton Noir & de celle du Mouton Blanc / Société de Gens de Lettres . — A Amsterdam et a Leipzig: chez Arkstée et Merku, 1762.— Vol. XVIII, [mapa inserido entre p. 408-409].

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-87-5-18-8194



18 GUTHRIE, William, 1708-1770

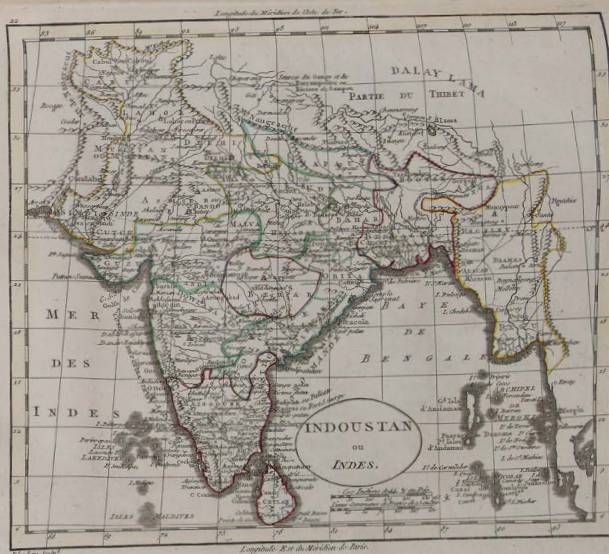
Indoustan ou Indes / Blondeau Sculp. — Escala
[ca.1: 18.500.000], 150 Lieues Communes de
France de 25 au Dég. = [3,6 cm]. — 1 mapa :
gravura, p&b ; 18,6 × 21,1 cm em folha de
23,0 × 36,7 cm.

Refere-se na base do mapa:
"Longitude Est du Méridien de Paris".

In: Atlas universelle pour la géographie de Guthrie .
— A Paris : Chez Hyacinthe Langlois, Libraire, 1802 . —
[Mapa] 22.

Volume complementar da obra Nouvelle Géographie
Universelle, descriptive, historique, industrielle et
commerciale, des quatres parties du Monde / par
William Guthrie . — A Paris: Chez Hyacinthe Langlois,
An X — 1802 . — 5 vols. . — Existe um exemplar da obra
na 4.^a edição francesa, em 9 vols., de 1809, na Biblioteca
do Fundo Antigo da Universidade do Porto, sob a
cota: 4-81-2-6823 a 4-81-2-23-6831.

Pert.: "Real Academia do Porto" ; "Bibliotheca da
Academia Polytechnica do Porto". — Coleção: Fundo
Antigo da Universidade do Porto 4-81-6-27-7213

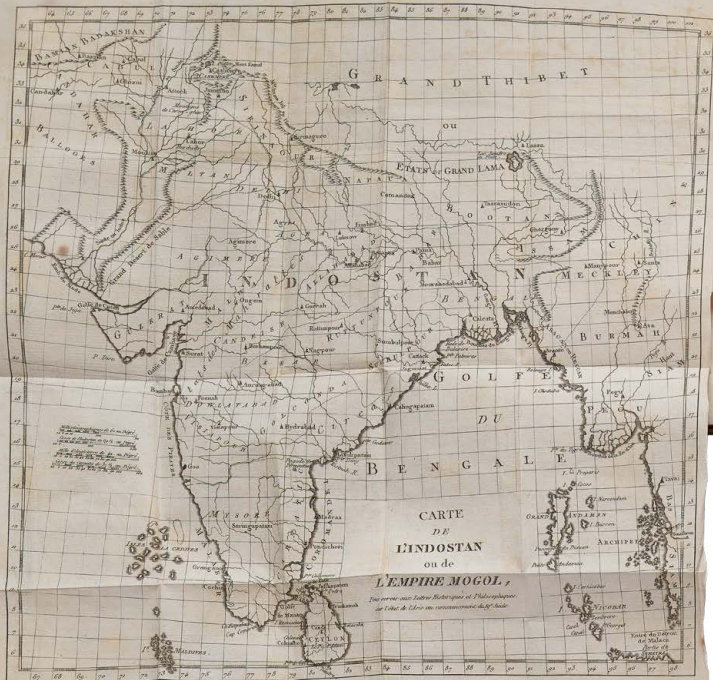


19 Carte de L'hindoustan ou de L'empire Mogol

Carte de l'Indostan ou de l'Empire Mogol, pour servir aux Lettres Historiques Philosophiques, sur l'état de l'Asie au commencement du 19e siècle . — Escala [ca. 1: 12.350.000], 200 Milles Géographiques de 60 au Degré = [3,0 cm] . — 1 mapa : gravura, p&b ; 29,6 × 30,9 cm em folha de 38,2 × 33,3 cm.

In: Lettres philosophiques et historiques a mylord S*** sur l'etat moral et politique de l'Inde, des indous, et des quelques autres principaux peuples de l'Asie, au commencement du dix-neuvième siècle. Traduites, en très-grande partie, des Asiatic Researches, des Worcks [sic] of William Jones, et d'autres ouvrages anglais / Par l'auteur de l'Essai historique et militaire sur l'art de la guerre, depuis son origine jusqu'à nos jours, de la ci-devant Académie de Caen . — Paris : Ch. Pougens, 1803 . — [Mapa inserido antes da folha de rosto].

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-67-4-26-6230



LETTRES PHILOSOPHIQUES ET HISTORIQUES, A M. DE LA HARPE.

Sur l'Etat moral et politique de l'Inde, des Indes, et de quelques autres principales parties de l'Asie, au commencement du dix-septième siècle.

Traduction, en très-grande partie, des *Annales* de l'Inde, de M. de la Harpe, et de l'Asie, de M. de la Harpe, et de l'Asie, de M. de la Harpe.

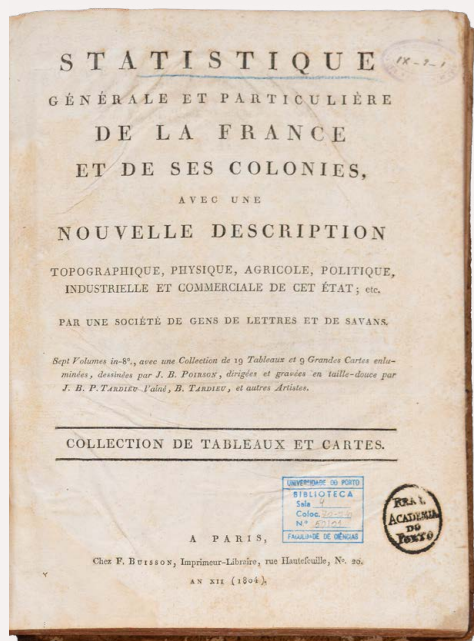
Par l'auteur de l'Asie, de M. de la Harpe, et de l'Asie, de M. de la Harpe.

Mais la quantité d'ouvrages qui ont paru dans notre Empire, en l'Inde, la capitale de son histoire, et son état, ont été tellement multipliés, qu'il n'est plus possible de les citer tous.

A PARIS.

Chez M. de la Harpe, Libraire, quai Voltaire, N.° 10.

AN XI—1802.



20 POIRSON, Jean-Baptiste, 1761-1831

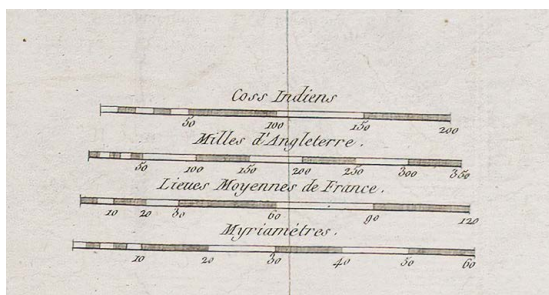
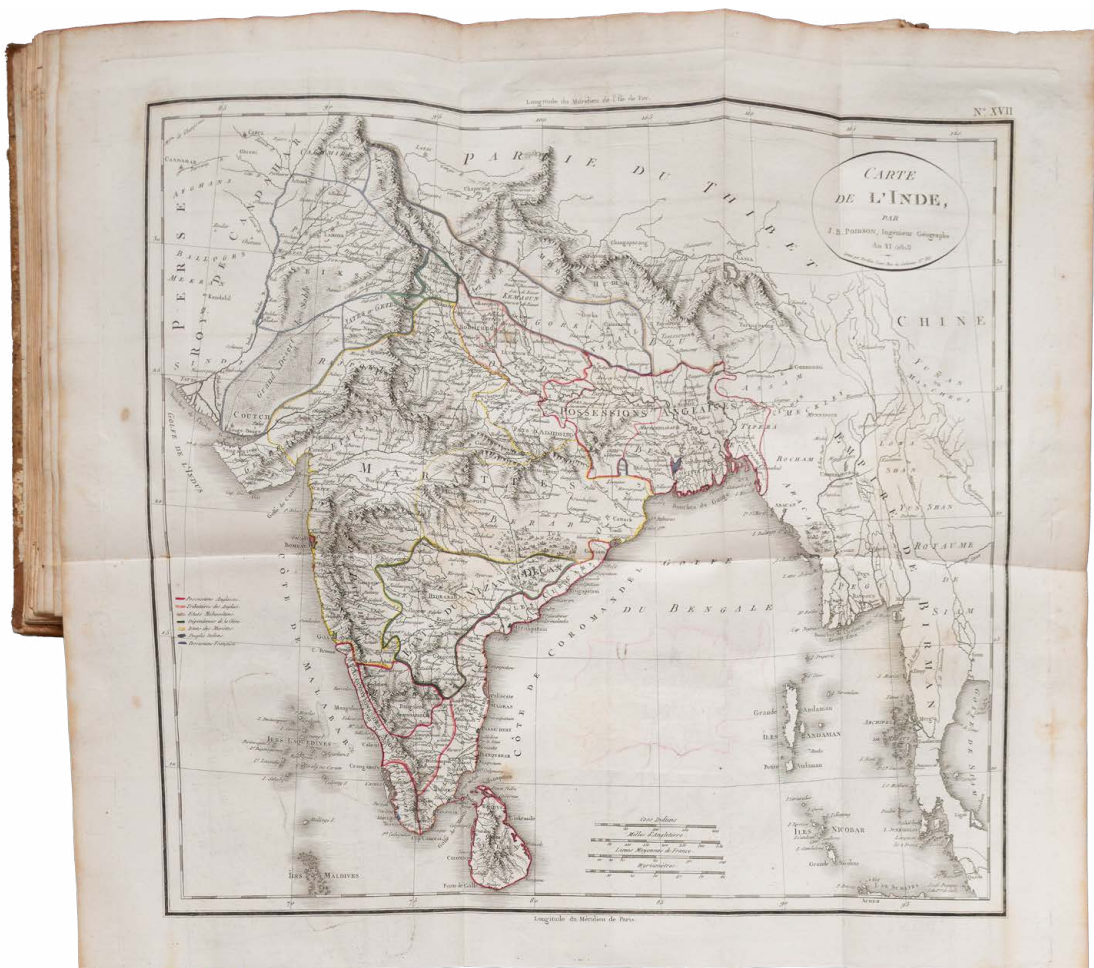
Carte de l'Inde / par J. B. Poirson, Ingénieur Géographe ; Gravé par Tardieu l'ainé Rue de Sorbonne n° 385. — Escala [ca. 1: 8.100.000], 120 Lieues Moyennes de France = [6,6 cm]. — 1 mapa : gravura, aguarelado ; 38,8 × 42,4 cm em folha de 45,5 × 50,5 cm.

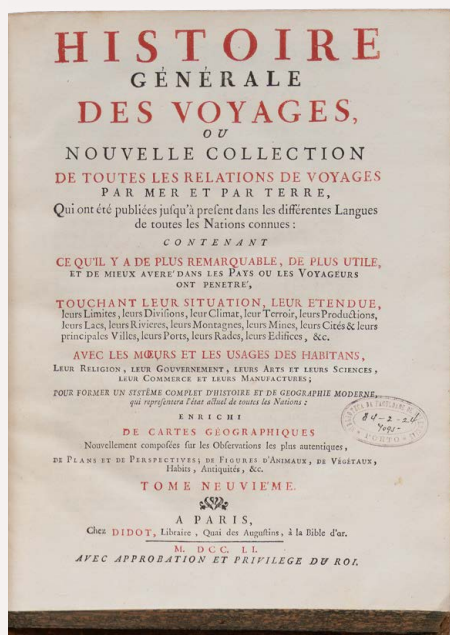
Sob o título e a autoria inclui a seguinte datação: "An XI (1803)".

Informação presente no topo do mapa: "Longitude du Méridien de l'Isle de Fer". — E na base do mapa: "Longitude du Méridien de Paris".

In: Statistique générale et particulière de la France et de ses colonies, avec une nouvelle description topographique, physique, agricole, politique, industrielle et commerciale de cet état; avec un Atlas grand in-4°, contenant 19 tableaux, et 9 grandes et belles cartes enluminées... — A Paris : Chez F. Buisson, Imprimeur-Libraire, 1803. — [Mapa] n° XVII.

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-70-5-41-50101





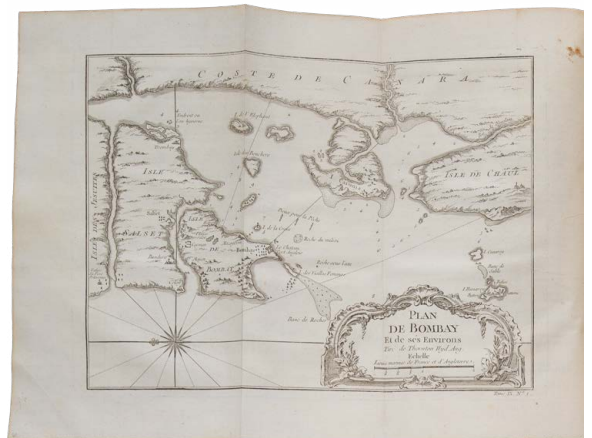
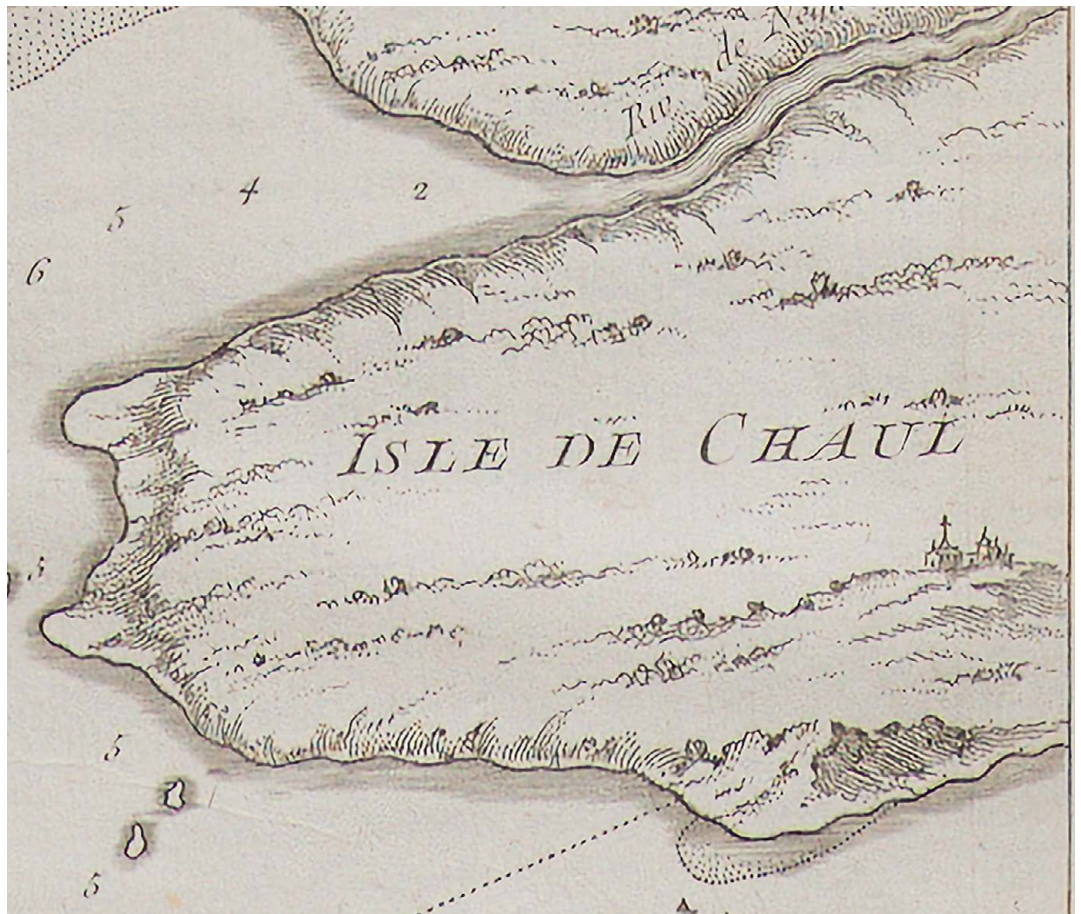
21 THORNTON, John, 1641-1708

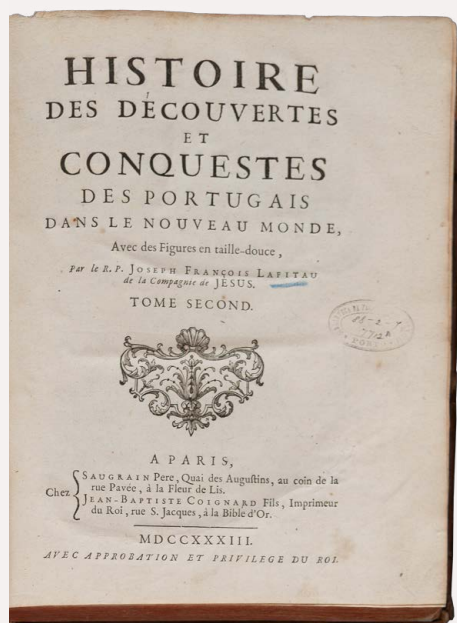
Plan de Bombay et de sés Environs tiré de Thornton Hyd. Ang. . — Escala [ca. 1: 190.000], 2 Lieues marines de France et d'Angleterre = [6,0 cm]. — 1 mapa : gravura ; 19,6 × 26,4 cm em folha de 25,3 × 36,2 cm.

O mapa encontra-se orientado com o Leste no topo.
— Contém a seguinte informação no canto inferior direito: "Tome IX. Nº 1".

In: Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à present dans les différentes langues de toutes les nations connues; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques / [Antoine-François Prevost]. — A Paris : Chez Didot, 1751 . — Vol. IX, [mapa inserido entre p. 30-31].

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-81-5-25-7095





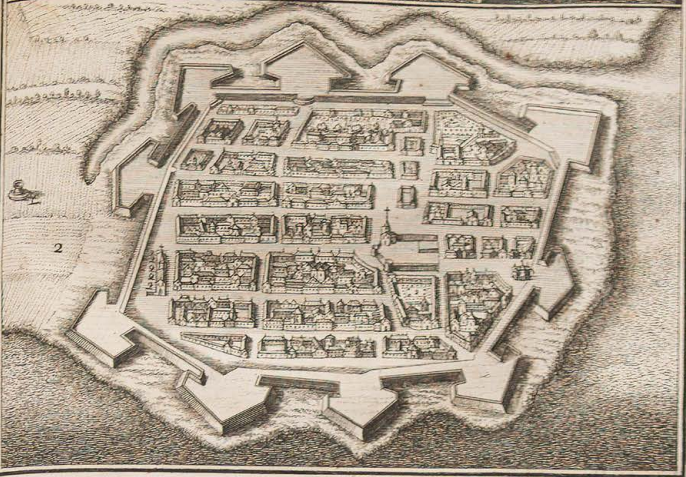
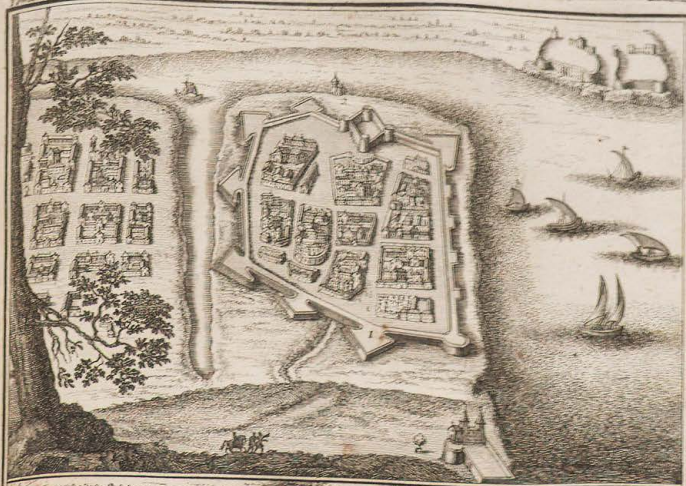
22 Ville de Chaul

La Ville de Chaul. — Escala indeterminada. —
1 vista : gravura, p&b ; 9,5 × 13,8 cm em folha de
24,8 × 18,5 cm.

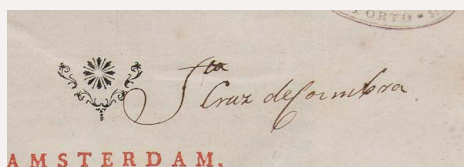
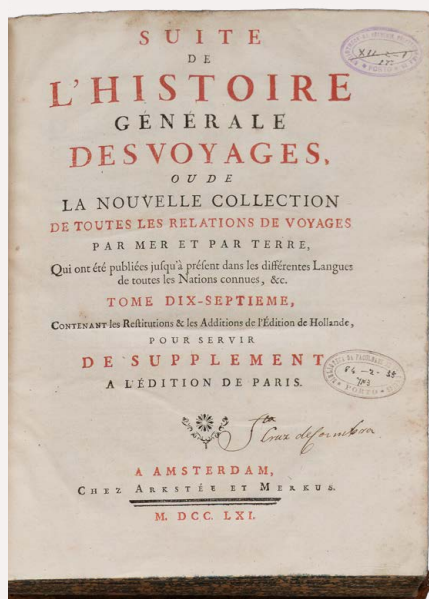
Imagem gravada na mesma página, com:
“La Ville de Baçaim”.

In: Histoire des découvertes et conquestes des Portugais
dans le Nouveau Monde : avec des figures en taille-douce
/ par le R. P. Joseph François Lafitau de la Compagnie de
Jesus. — A Paris: Chez Saugrain Pere, Quai des Augustins,
Chez Jean Baptiste Coignard Fils, Imprimeur du Roi, 1733.
— Vol. II, [mapa inserido na p. 542].

Pert.: “Biblioteca] Portuense, duplicado” ;
“Real Academia do Porto”. — Coleção: Fundo Antigo da
Universidade do Porto
4-95-3-12-7712A



1. La Ville de Chaül. 2. La Ville de Baçaim.



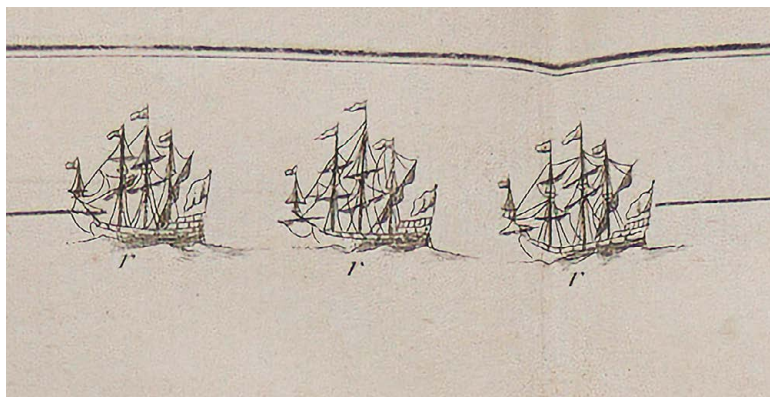
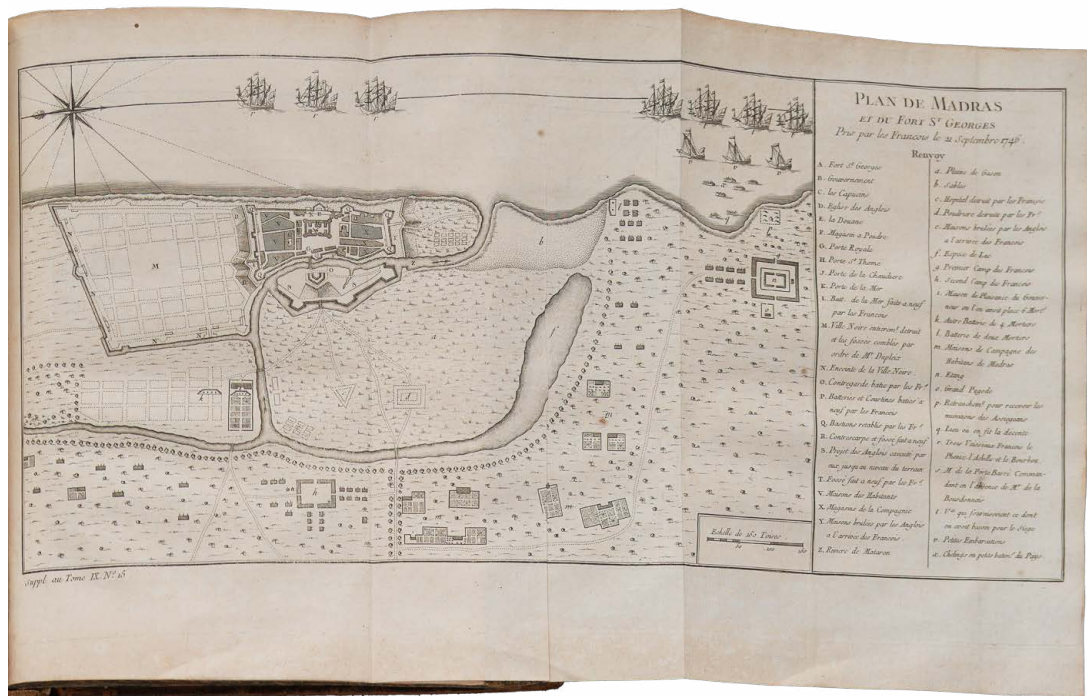
23 BELLIN, Jacques-Nicolas, 1703-1772

Plan de Madras et du Fort St Georges pris par les François le 21 Septembre 1746 / [Jacques-Nicolas Bellin]. — Escala [ca. 1: 7,500], 150 toises = [3,9 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 19,1 × 40,8 cm em folha de 25,1 × 43,2 cm.

O mapa encontra-se orientado com o Leste no topo. — Contém no canto inferior esquerdo a seguinte informação: "Suppl. au tome IX, nº 15".

In: Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à present dans les différentes langues de toutes les nations connues; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques / [Antoine-François Prevost]. — Amsterdam : Chez Arkstée et Merkus, 1761 . — Vol. XVII, [mapa inserido entre p. 262-263].

Pert.: "[Mosteiro de] Sta. Cruz de Coimbra" ; "Real Academia do Porto" ; "Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto". — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-81-5-33-7103



42 VIDA DE D. JOÃO DE CASTRO.
seguindo a condicão dos juízos humanos, que não
ca. deo louvor ás desgraças, nem ás victorias cul-
pa.

Entrando o Governador em Goa, foi recebi-
do com singular applauso daquelle Povo tão colu-
mado a vér, e deprezar victorias. E porque nella,
e nas mais batalhas que D. João venceu, appelli-
dou o nome de S. Thomé Apollolo da India, cre-
mos que foraõ havidas com o auspicio de hum Pa-
traõ tão grande; o qual por gratificar a piedade,
e honrar a memoria de D. João de Castro, se fer-
vio de descobrir nos dias de seu governo aquella
maravilhosa Cruz, achada em Meliapor na costa de
Coromandel, quasi cubertos de huma mesma terra
a milagrosa Cruz, e o Corpo Santo. E como D.
João de Castro venerava este sinal de nossa redemp-
ção com devido, mas peregrino obsequio, pois
sempre que topava Cruz, se apeava do palanquin,
ou cavallo, pondo-se de joelhos: não parecerá ca-
sual a maravilha desse descobrimento, pois as mi-
sericordias do Ceo não vem por accidente. Dare-
mos a relação deste mysterio por involver hum mi-
lagre succellivo, testemunho da fé Oriental culti-
vada naquellas Regiões com o sangue, e doutrina
de nossos Portuguezes.

Depois da maravilhosa invenção do Corpo dei-
to Sagrado Apollolo na Cidade ou ruínas de Me-
liapor, que entã se chamava Calamina, os Reis
D. Manoel, e D. João ardão em piedoso zelo de
soprar aquellas cinzas mortas, que da primeira
Christandade do Apollolo alli ficáraõ, ainda que
corruptas já com a doutrina de Sacerdotes Arme-
nios,



Id. 95

24 Cruz de São Tomé de Meliapor

[Cruz de São Tomé de Meliapor]. — 1 gravura,
p&b; 11,3 × 6,8 cm em folha de 14,5 × 10,0 cm.

Contém a seguinte informação no canto inferior
direito: "Pag. 42".

In: Vida de Dom João de Castro, quarto Viso-Rei da India.
Nova edição correcta, emendada e augmentada / Jacinto
Freire de Andrade. — Lisboa : Typografia Rollandiana,
1786. — [Gravura inserida na p. 42].

Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-91-1-8-7768



VIDA DE DOM JOÃO DE CASTRO,

QUARTO VISO-REI DA INDIA ;

POR

JACINTO FREYRE DE ANDRADA.

Nova Edição correcta, emendada, e augmentada com a Dedicatória, Prologo, e Vida do Author; e adornada com os Retratos de D. João de Castro, de Coge Co-far, e de D. João Mascarenhas com a planta da Fortaleza de Diu.



LISBOA,

NA TIPOGRAFIA ROLLANDIANA.

1786.

Com licença da Real Meza Censoria.



**25 APRÈS DE MANNEVILLETTE,
Jean-Baptiste-Nicolas-Denis d', 1707-1780**

Carte Plate qui comprend l'Isle de Ceylan, et une partie des Côtes de Malabar et de Coromandel / [Jean-Baptiste-Nicolas-Denis d'Après de Mannevillette ; Guillaume-Nicolas de la Haye].

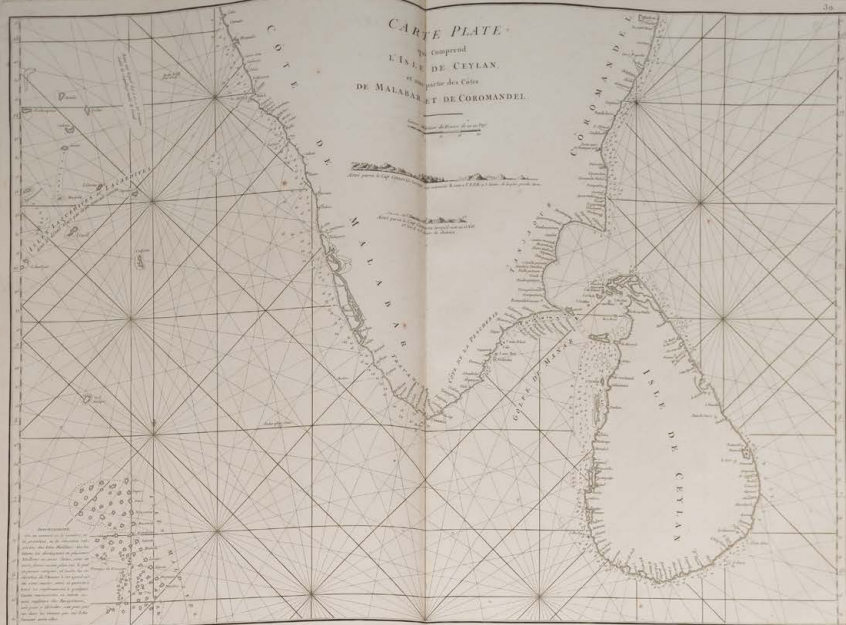
— Escala [ca. 1: 1.900.000], 20 Lieues Marines de France de 20 au Deg. = [6,0 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 48,6 × 67,1 cm em folha de 55,8 × 78,2 cm.

Autoria da gravação atribuída a de la Haye com base na apresentada nos mapas impressos nas folhas anterior e seguinte da obra. Sob o título e a escala apresenta dois perfis de costa: "Ainsi paroît le Cap Camorin lorsque son extrémité A reste à l'E.N.E. à 3 lieues de la plus proche terre" e "Ainsi paroît le Cap Comorin lorsqu'il reste au O.N.O. 3.d Nord à 8 lieues de distance".

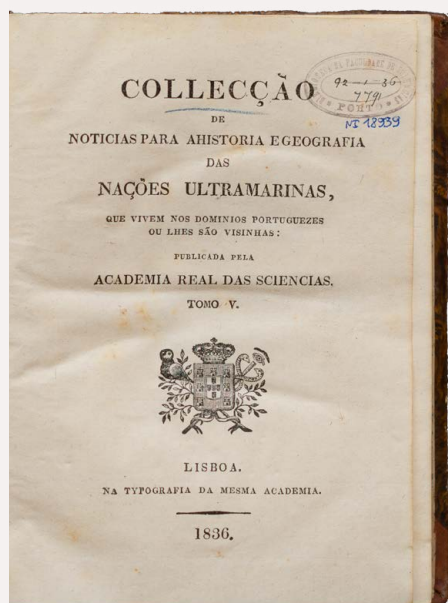
In: *Le Neptune Oriental, dédié au Roi / par M. d'Après de Mannevillette*. — A Paris et a Brest : Chez Demonville, Imprimeur-Libraire de l'Academie Française chez Malassis, Imprimeur-libraire de la Marine, 1775.
— [Mapa 30].

Pert.: "Real Academia do Porto". Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto 4-140-3-17-50279

CARTE PLATE
 qui comprend
 L'ISLE DE Ceylan,
 et les côtes de MALABAR ET DE COROMANDEL.



VI — CEILÃO



26 Ilha de Ceilão

Ilha de Ceilão . — Escala [ca. 1: 970.000].

— 1 mapa : gravura, p&b ; 20,6 × 29,1 cm em folha de 26,5 × 33,6 cm.

Escala determinada com o valor calculado 23,0 cm para 2° Latitude.

In: Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes ou lhes são vizinhas / publicada pela Academia Real das Sciencias . — Lisboa : Na typografia da mesma Academia, 1836 . — Tomo V, [mapa anexo no fim da obra].

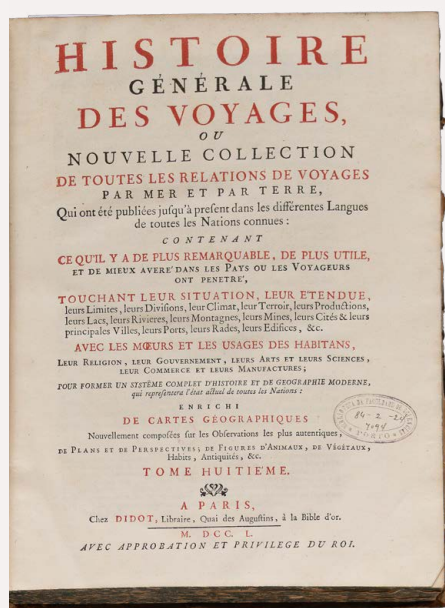
O mapa complementa o seguinte texto que faz parte da coletânea: Fatalidade histórica da Ilha de Ceilão dedicada à Magestade do Serenissimo D. Pedro II, Rei de Portugal Nosso Senhor / escrita pelo Capitão João Ribeiro.

Pert.: “Real Academia do Porto” ; “Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto”. — Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto

4-79-1-28-7791



VI — CEILÃO



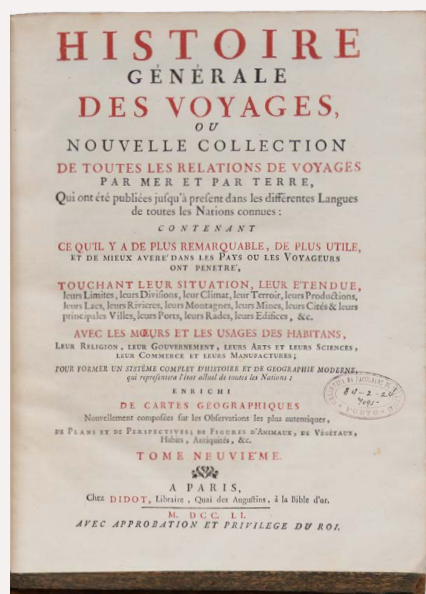
27 BELLIN, Jacques-Nicolas, 1703-1772

Carte de l'Isle de Ceylan pour servir à l'Histoire Generale des Voyages / Par M. Bellin Ing.r ord.re de la Marine. — Escala [ca. 1: 1.800.000], 15 Lieues Marines de France = [4,6 cm]. — 1 mapa : gravura, p&b ; 25,6 × 24,6 cm em folha de 28,7 × 25,4 cm.

Na sequência do título e da autoria inclui a seguinte datação: “1750”. — Informação presente no canto inferior esquerdo: “Longitude du Méridien de l'Isle de Fer”. — Contém no canto inferior direito a seguinte informação: “Tome VIII. N° 9”.

In: Histoire générale des voyages, ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à present dans les différentes langues de toutes les nations connues; pour former un système complet d'histoire et de géographie moderne, qui représentera l'état actuel de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques / [Antoine-François Prevost]. — A Paris : Chez Didot, 1750. — Vol. VIII, [mapa inserido entre p. 516-517].

Pert.: “Sta. Cruz de Coimbra” ; “Real Academia do Porto” ; “Bibliotheca da Academia Polytechnica do Porto”.
— Coleção: Fundo Antigo da Universidade do Porto
4-81-5-24-7094



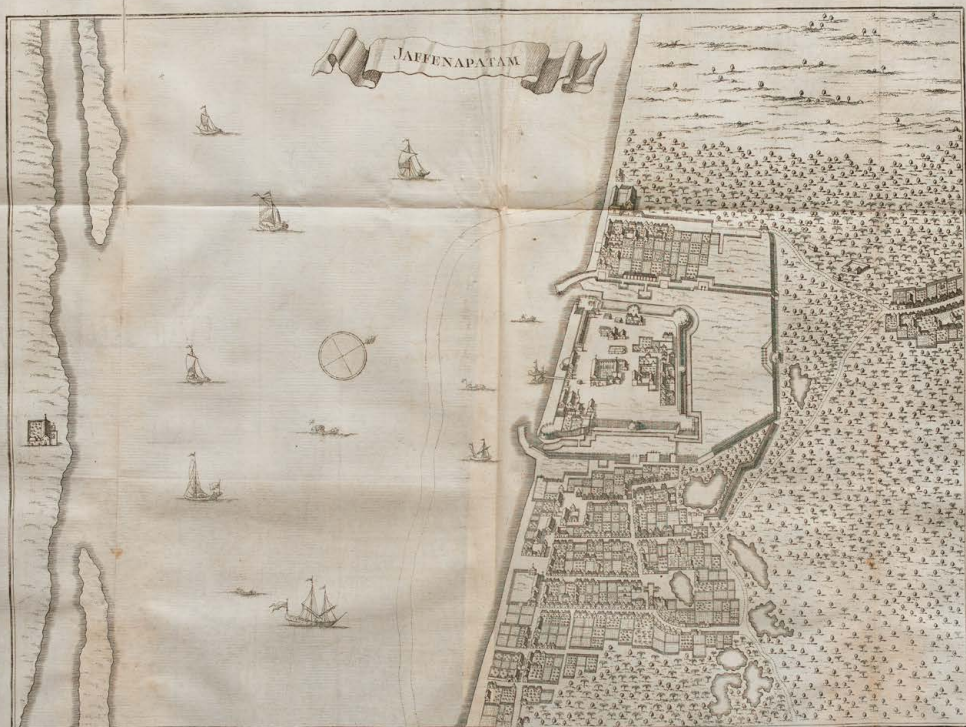
28 Jaffenapatam

Jaffenapatam. — Escala [ca. 1: 4.200]. — 1 planta :
gravura, p&b ; 26,5 × 35,5 cm em folha de
34,2 × 41,8 cm.

Escala calculada por comparação com uma planta de
escala conhecida. — Contém no canto inferior direito a
seguinte informação: "Suppl. au Tome VIII. N.º 3".

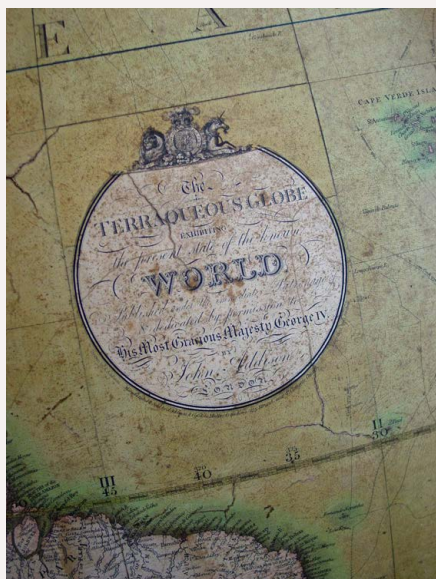
Provavelmente retirado de: Histoire générale des voyages,
ou nouvelle collection de toutes les relations de voyages
par mer et par terre, qui ont été publiées jusqu'à present
dans les différentes langues de toutes les nations
connues; pour former un système complet d'histoire et
de géographie moderne, qui représentera l'état actuel
de toutes les nations, enrichi de cartes géographiques
/ [Antoine-François Prévost]. — Amsterdam : Chez
Arkstée et Merkus, 1761. — Vol. XVII, [mapa inserido
entre p. 116-117].

Coleção: Particular



Suppl. au Tome VIII N° 3.

VII — GLOBOS



29 ADDISON, John (ca. 1791-1847)

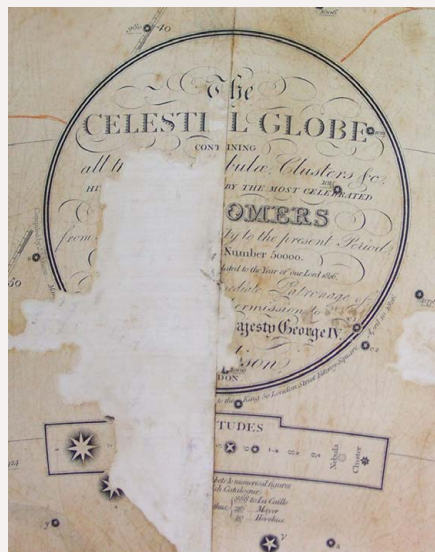
The Terraqueous Globe exhibiting the present state of the known World. Published under the immediate Patronage of & dedicated by permission to His Most Gracious Majesty Georges IV / by John Addison . — Escala [ca. 1: 14.000.000]. — Londres : John Addison & Co., [ca.1825]. — 1 globo : gravura, color.; 135 × 112 × 112 cm.

Escala determinada com o valor calculado 91,4 cm de diâmetro do globo.

Coleção: Museu de História Natural e da Ciência —
Universidade do Porto MHNC-UP — Inv. 000004



VII — GLOBOS



30 ADDISON, John (ca. 1791-1847)

The Celestial Globe containing all the Stars, Nebulae, Clusters hitherto discovered by the most celebrated Astronomers from the remotest Antiquity to the presente period exceeding in number 50000. The precession carefully calculated to the year of our Lord 1826. Published under the immediate patronage of & dedicated by permission to His Most Gracious Magesty Georges IV / by John Addison . — Escala indeterminada . — Londres : John Addison & Co., 1826 . — 1 globo : gravura, color.; 135 × 112 × 112 cm.

Coleção: Museu de História Natural e da Ciência —
Universidade do Porto MHNC-UP — Inv. 000002



Ana Freitas

Conservadora-restauradora de documentos gráficos no Serviço de Gestão de Documentação e Informação da UPDigital, responsável pela gestão e preservação da Biblioteca do Fundo Antigo da Universidade do Porto. Desenvolve trabalho na salvaguarda do património documental histórico, com enfoque na conservação preventiva, no diagnóstico do estado de conservação, no estudo dos materiais e na definição de estratégias de intervenção e mitigação de riscos. A sua prática articula intervenção técnica com investigação aplicada, incidindo sobre acervos bibliográficos e iconográficos. Participa em projetos de tratamento, acondicionamento e monitorização de coleções, assegurando a sua preservação, acessibilidade e valorização institucional.

Filipa de Castro Guerreiro

Arquitecta (FAUP, 2000), professora associada e investigadora na FAUP. Cofundadora do Atelier da Bouça, onde desenvolve obra de arquitectura. Integra projectos como 'Habitação: 100 anos de Políticas Públicas em Portugal', 'Cidade participada: arquitectura e democracia — Operações SAAL', PORTofCALL, FUTURURAL, SEALabHaus, REVIVE, SIB_MATER e 'R2U Technologies — modular systems'. Integra a organização dos projectos 'NEB goes South' e 'Mais do que Casas'. Os seus interesses centram-se no ensino de projecto; representação como espaço de afinidade entre projecto e investigação; habitação, políticas públicas e desenho do território. É autora do livro *Colónias Agrícolas* (Dafne Editora, 2022).

João Carlos Garcia

Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1996), onde foi docente entre 1982 e 2024. Investigador do Centro de Estudos Geográficos (1980–2012) e do Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Técnica, da Universidade de Lisboa (2013–2017), e Colaborador do Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, do Instituto de Investigação Científica Tropical (2000–2015). Sócio efetivo da Sociedade de Geografia de Lisboa (1989–) e da Academia das Ciências de Lisboa (2022–). Coordenou e participou em 25 projetos de investigação científica e na organização de 40 exposições de Cartografia Antiga e História da Geografia. É autor de: *A Navegação no Baixo Guadiana durante o Ciclo do Minério, 1857–1917* (1996); *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas coleções da Biblioteca Nacional (1700–1822)*, coord. (2001) e *História da Cartografia Portuguesa: séculos XV–XVII*, com M.F. Alegria, S. Daveau e F. Relação (2012).

João Luís Marques

Arquitecto, professor convidado e investigador na FAUP. Licenciado pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto em 2006, onde obteve o doutoramento em Arquitectura — Teoria, Projecto, História, em 2017, com a tese 'A igreja na cidade: serviço e acolhimento: arquitectura portuguesa 1950–1975'. Desenvolve prática profissional articulada com a investigação em história da arquitectura portuguesa, com especial enfoque na arquitectura religiosa e na relação entre igreja e cidade. Colaborador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa. Integra o Observatório de Arquitectura Religiosa Contemporânea. Participa em projectos de investigação e iniciativas científicas nacionais e internacionais: 'PORTofCALL', 'A Casa Senhorial', 'CoVHer'.

Mariana Martins de Carvalho

Mariana Martins de Carvalho é arquiteta (FAUP, 2005), licenciada em Belas Artes (FBAUP, 2011) e doutorada em Arquitetura, pela Universidade do Porto através da Faculdade de Arquitectura, em 2022, com a tese *Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Ebora*, que foi distinguida com o Prémio Eduardo da Cunha Serrão (2023). Desde 2012, é investigadora colaboradora no CENP-FAUP. Entre 2020–2024, integrou o Laboratório Colaborativo ProChild CoLAB. A sua prática de investigação centra-se no desenho como método de análise, assumindo-o como linguagem e ferramenta essencial para a leitura e interpretação do passado da arquitetura e do território. Actualmente, é Professora Auxiliar Convidada na FAUP e no DARQ da UCoimbra, tendo lecionado, entre 2022–2024, na EAAD da UMinho.

Marta Oliveira

Professora Associada Jubilada da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; Investigadora do Centro de Estudos Nuno Portas (FAUP). Arquitecta pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto; doutora em Arquitectura pela Universidade do Porto. Leccionou, e desenvolve investigação em áreas de História da Arquitectura Portuguesa, Teoria e História da Arquitectura, Teoria e História da Reabilitação Arquitectónica, e Reconversão da Construção. Directora do Programa de Doutoramento em Arquitectura da FAUP; coordenou a Opção de Estudos B, Arquitectura: Teoria Projecto História (PDA) e os respectivos Seminários de Projecto de Tese, associando a supervisão de projectos de investigação de doutoramento.

PORTofCALL

Descrições e Mapas de Portos do Índico

(Séculos XVI–XIX)

Cartografias de investigação

Colóquio

Esta publicação reúne o Catálogo da Exposição ‘Mapas e Vistas de Portos do Índico no Fundo Antigo da Universidade do Porto (Séculos XVI–XVIII)’, coordenada por João Carlos Garcia, e contributos do Colóquio ‘PORTofCALL Cartografias de investigação’. Os dois eventos tiveram lugar na Reitoria da Universidade do Porto, a 11 de Junho de 2025, enquadrando-se nas iniciativas de encerramento do projecto de investigação, ‘PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: Património Cultural e Portos de Escala no Oceano Índico, durante a Época Primo-Moderna’.

O Colóquio foi seguido de uma mesa-redonda, com moderação de Walter Rossa (Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra), e a participação de Alexandre Alves Costa (Professor emérito da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto) e de Jorge Correia (Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho).

PORTofCALL

A publicação *PORTofCALL. Mapas e Vistas do Portos do Índico no Fundo Antigo da Universidade de Coimbra (Séculos XVI–XVIII). Cartografias de investigação* foi produzida no âmbito do projeto de investigação ‘PORTofCALL. Encontros entre África, Ásia e Europa: Património cultural e portos de escala no Oceano Índico durante a Idade Moderna’, financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, com a referência FCT/PTDC/ART-DAQ/4357/2021, e coordenado pela Investigadora Principal Marta Oliveira (FAUP) e pelo Co-Investigador Principal Sidh Losa Mendiratta (CES-UC).

Instituição Proponente

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Instituições Parceiras com Orçamento

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Instituições Parceiras

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fundação Calouste Gulbenkian

University of Bonn



CARTE DE

L'OCEAN ORIENTAL

ou

MER DES INDES

Pour Servir a l'Histoire Generale
des Voyages.

Dressée par M. Bellin Ingénieur de la Marine

- * Azens ou il y a Observ. de Latitude et de Longitude
- † Latitude observée a terre
- ‡ Latitudes observées a la Mer

A

Tropique du Cancer

ARABIE

COSTE DE L'ARABIE HEUREUSE

PERSSE

E

Equateur ou Ligne Equinoxiale

MONOMOTAPA

F

R

I

Q

A

HOTTENTOTS

Baye d'Algoa

CELEST DE MOZAMBIQUE

ILE DE MADAGASCAR ou S. LAURENCE

ILE DE FRANCE

ILE DE BOURBON

Port Dauphin

ILE DE FRANCE

ILE DE BOURBON

Port Dauphin